

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 33, DE 29 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Habilitação em Língua Portuguesa e literaturas, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 32/2009.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 29 de junho de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras: Habilitação em Língua Portuguesa e literaturas, Câmpus de Porto Nacional, aprovado pela Resolução Consepe nº 32/2009, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM LETRAS: HABILITAÇÃO EM
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS, CÂMPUS
DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO 2018).**

Anexo da Resolução nº 33/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de junho de 2018.

PORTO NACIONAL/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 33/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
(ATUALIZAÇÃO 2018).**

PORTO NACIONAL/TO

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL**

***PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS***

Porto Nacional

Julho – 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ADMINISTRAÇÃO

Reitor

Luís Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-reitor de Administração e Finanças

Jasiel Nascimento Lima

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitora de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitora de Extensão e Cultura

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Diretor do Câmpus de Porto Nacional

George França

Coordenador do Curso de Letras

Antônio Egno do Carmo Gomes

Sumário

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	5
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins	5
1.2 A UFT no Contexto Regional e Local.....	7
1.3 Missão Institucional	9
1.3.1 Área de Atuação Acadêmica	10
1.3.2 Cursos de Graduação Oferecidos pela UFT	12
1.3.3 Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> oferecidos pela UFT.....	13
1.4 Estrutura Organizacional.....	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	16
2.1 Histórico do Curso: sua criação e trajetória.....	16
2.2 Dados do Curso	18
2.3 Diretor do Câmpus.....	19
2.4 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins – As Atribuições da Direção do Câmpus.....	19
2.5 Coordenador do Curso	22
2.6 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As Atribuições do Coordenador de Curso e do Colegiado	22
2.7 Relação Nominal dos Membros do Colegiado	23
2.8 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As Atribuições do Colegiado de Curso	24
2.9 Comissão Responsável Pela Redação Final do Projeto Pedagógico de Curso	25
2.10 Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	25
3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	26
3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	28
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	29
4.1 Projeto Pedagógico do Curso de Letras	29
4.2 Justificativa	30
4.3 Objetivos do Curso.....	31
4.4 Perfil do Egresso.....	32
4.5 Campos de Atuação Profissional	33
4.6 Competências, Atitudes e Habilidades	33
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	34
5.1 A Organização Por Núcleos e Distribuição da Carga Horária	34
5.2 Aulas Campo.....	35
5.3 A Prática Como Componente Curricular	36

5.4 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010).....	38
5.5 Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11) ...	38
5.6 Outros Temas e Conteúdos Transversais (Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº2 de 01 de julho de 2015).....	39
5.7 Matriz Curricular – Composição, Pré-requisitos e Equivalências dos Componentes Curriculares.....	40
5.8 Equivalências e Complementações de Habilitação.....	44
5.9 Ementário.....	46
5.9.1 Núcleo I	46
5.9.2 Núcleo II.....	76
5.9.3 Estágios Supervisionados.....	79
5.9.4 Práticas Interdisciplinares.....	82
6 METODOLOGIA.....	87
7 INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	88
7.1 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão: a Monitoria, o PIBID e o PADI.....	90
7.2 Interface com as Atividades Complementares	92
8 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO.....	94
8.1 Introdução e Diagnóstico	94
8.2 Objetivo geral	96
8.3 Objetivos específicos	96
8.4 Metodologia	97
9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	98
10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO.....	99
10.1 Corpo Docente	100
10.2 Corpo Discente	101
10.3 Processos de Avaliação Interna e de Avaliação Externa	102
11 CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	102
11.1 Formação Acadêmica e Profissional do Corpo Docente.....	102
11.2 Regime de trabalho	109
11.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.....	109
11.4 Produção de material didático ou científico do corpo docente.....	111
11.5 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo do Curso	112
12 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	112

12.1 Laboratórios e Instalações.....	112
12.2 Biblioteca.....	113
12.3 Periódicos Especializados	114
12.4 Instalações E Equipamentos Complementares.....	115
12.5 Área de Lazer e Circulação	115
12.6 Recursos Audiovisuais	115
12.7 Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais (Decreto Nº 5.296/2004).....	116
12.8 Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso.....	116
13 ANEXOS	116
13.1 Regimento do Curso.....	116
13.2 Ata de aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Câmpus	122
13.3 Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório.....	123
13.4 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso	128
13.5 Direitos e Deveres dos Discentes	146

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002 o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos, que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da

comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também assessor do Ministério da Educação. Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, o Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do CNE/CES nº 041 e da Portaria Ministerial nº 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da nação.

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que envolvam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e o desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura multicâmpus, possui 7 (sete) câmpus universitários localizados em regiões estratégicas do estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *câmpus*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Educação, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. A Universidade constitui-se no tripé indissolúvel, a saber: ensino, pesquisa e extensão, que tem como princípio a educação de qualidade socialmente referenciada, nas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT.

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma

agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e com qualidade de vida para a população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem como preocupação o desenvolvimento de políticas e ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

A UFT destaca-se também nas pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando a definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino tanto no âmbito estadual, que comporta 510 unidades escolares, quanto nos 139 municípios necessita ser atendida, é emergente a formação de profissionais que atuam nos sistemas de ensino em escolas do estado do Tocantins, nos estados circunvizinhos, bem como em esfera nacional, investindo nos cursos de licenciaturas voltados essencialmente para a qualidade da educação pública.

Ampliando nossa lente, na caracterização educacional da região, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), no estado do Tocantins existem 1.475 escolas de ensino fundamental; 304 escolas de ensino médio, sendo 257 públicas, totalizando 63.507 matrículas. O índice de analfabetismo de 10 a 14 anos era de 1,9 %, e de 15 ou mais, de 12,2% (IBGE, 2011). O estado ocupa a 13ª posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma média de 4,3, ficando apenas dois décimos abaixo da média nacional avaliada em 4,5. Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins ocupa a segunda posição da região norte, com uma média de 27% de aprendizagem em português, na competência de leitura e 18,5% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas. O índice nacional é de 31,5% e 23%,

para português e matemática, respectivamente. O Estado conta com 26 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas duas são públicas, UFT e Unitins, e 47 mil estudantes matriculados no ensino superior, registrados em 2013. A evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 26,8% na rede privada e 13,5% na pública. Já os cursos a distância (EAD) apresentaram uma taxa de evasão de 26,5% na rede privada e 10,6% na pública (SEMESP, 2015). Em 2013, o estado do Tocantins foi responsável pela formação de 16 mil estudantes universitários, sendo 5,6 mil em cursos presenciais e 10,6 mil em cursos EAD. No mesmo ano, o estado registrou 55 mil empregados com carteira assinada, de ensino superior completo (SEMESP, 2015).

1.3 Missão Institucional

No Planejamento Estratégico - PE (2014-2022), a *Missão* da Universidade deve traduzir o propósito da instituição, e dizer o que ela produz e o modo como contribui para a comunidade na qual está inserida. Já a *Visão* prevê que ela deve representar o futuro desejável da instituição e traduzir o consenso da comunidade acadêmica sobre a projeção da autoimagem de futuro, independente da sua limitação atual, mas com a crença de que é possível torná-la real. Desse modo, a *Visão* reflete a ideologia da instituição.

Quanto aos *Valores*, referem-se às crenças e aos princípios que devem orientar as ações, a cultura, a estrutura, sua forma de organização, os níveis hierárquicos e o modo de tomada de decisão da instituição. Os valores devem determinar e ser determinados pelo comportamento das pessoas.

São esses os pilares previstos no PE (2014-2022) para o planejamento da instituição. A UFT, ao definir esses elementos, busca criar sua identidade, resgatando as especificidades de cada câmpus para consolidar uma Universidade reconhecida pelo ensino, pesquisa e extensão.

A partir da reformulação do PE (2014-2022), bem como previsto no Projeto Pedagógico Institucional - PPI e no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), reforça-se que na missão da UFT busca-se fazer a definição dos princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas e traduzi-los em metas para que se tenha uma visão clara e coerente dos nossos objetivos em função da missão institucional, que é a de: “Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com

inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal”.

Para a promoção da missão no PDI (2016-2020) a UFT declara e promove os seguintes valores: a) Respeito à vida e à diversidade; b) Transparência; c) Comprometimento com a qualidade; d) Criatividade e inovação; e) Responsabilidade social e f) Equidade. Para os pilares estratégicos a UFT elege: 1) Atuação sistêmica; 2) Articulação com a sociedade; 3) Aprimoramento da gestão e Valorização humana.

Esses documentos foram aprovados pelos Conselhos Superiores e visam a: “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”. Tratando de forma detalhada veremos a seguir a área de atuação acadêmica da UFT prevista no PDI (2016-2020).

1.3.1 Área de Atuação Acadêmica

O investimento em ensino, pesquisa e extensão na UFT busca sintonia com as especificidades da Amazônia Legal, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade. Foram elencadas, assim, cinco áreas prioritárias de atuação:

a) Identidade, Cultura e Territorialidade

As diversas formas de territorialidade no Tocantins são pesquisadas na UFT. Por meio de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, as ocupações dos espaços por indígenas e afrodescendentes, entre outros grupos, vêm sendo conhecidas. Revelam múltiplas identidades e diversas manifestações culturais presentes na realidade do estado.

b) Agropecuária e meio-ambiente

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos, como soja e milho, e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investidores de várias regiões do Brasil –, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado tanto para o pequeno quanto ao grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e com qualidade de vida da população rural.

c) Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

d) Educação

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea, que agrupa tribos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade do Estado, oferecendo uma educação participativa e inclusiva. Dessa forma, a universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, a educação rural e de jovens e adultos.

e) Fontes de Energia Renováveis

Diante da perspectiva de escassez das reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energia alternativa socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio – e biomassa, visando a definir protocolos capazes de atender as demandas da Amazônia Legal. Para atendimento das áreas citadas anteriormente a UFT oferece cursos de graduação e pós-graduação nos seus sete câmpus (Figura 01).

Figura 1 Mapa com a localização dos sete câmpus da UFT



Adaptação: Silva, M. A., 2018.

1.3.2 Cursos de Graduação Oferecidos pela UFT

Câmpus de Araguaína: Cursos de Biologia e Biologia EAD, Física, Geografia, História (Bacharelado), História (Licenciatura), Letras - Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Matemática, Medicina Veterinária, Química, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística, Zootecnia e Medicina.

Câmpus de Arraias: Cursos de Administração Pública EAD, Matemática, Educação do Campo e Pedagogia.

Câmpus de Gurupi: Cursos de Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, Engenharia Florestal, Química Ambiental e Química EAD.

Câmpus de Miracema: Cursos de Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

Câmpus de Palmas: Cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia, Física EAD, Jornalismo, Medicina, Nutrição, Pedagogia e Teatro.

Câmpus de Porto Nacional: Cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado), Geografia (Bacharelado), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras - Língua Portuguesa ou Língua Inglesa (Licenciatura), Letras - Libras (Licenciatura) e Relações Internacionais.

Câmpus de Tocantinópolis: Cursos de Ciências Sociais (Licenciatura), Educação do Campo (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura) e Pedagogia (Licenciatura). (PROGRAD, 2015).

1.3.3 Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* oferecidos pela UFT

Mestrado: AGROENERGIA – Acadêmico – Iniciou em 2008 PALMAS; CIÊNCIAS DO AMBIENTE– Acadêmico - Iniciou em 2003 PALMAS; CIÊNCIAS DA SAÚDE – Profissional - Iniciou em 2007 PALMAS; DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Acadêmico - Iniciou em 2007 PALMAS; CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS - Acadêmico - Iniciou em 2012 PALMAS; GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS– Profissional - Iniciou em 2012 PALMAS; EDUCAÇÃO – Acadêmico – Iniciou em 2012 PALMAS; MODELAGEM COMPUTACIONAL DO CONHECIMENTO – Profissional - Iniciou em 2012 PALMAS; PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM DIREITOS HUMANOS – Profissional - Iniciou em 2013 PALMAS; ENGENHARIA AMBIENTAL – Profissional - Iniciou em 2011 PALMAS; MATEMÁTICA – Prof. em Rede - Iniciou em 2011 PALMAS; ENSINO EM CIÊNCIA E SAÚDE - Acadêmico - Aprovado em 2015 PALMAS; EDUCAÇÃO Profissional - Aprovado em 2015 PALMAS; GEOGRAFIA – Acadêmico - Iniciou em 2011 PORTO NACIONAL; ECOLOGIA DE ECÓTONOS -Acadêmico - Iniciou em 2008 PORTO NACIONAL; LETRAS – Acadêmico Aprovado em 2015 PORTO NACIONAL; ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA–Acadêmico - Iniciou em 2009 ARAGUAÍNA; SANIDADE ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA NOS TRÓPICOS - Acadêmico - Aprovado em 2015 ARAGUAÍNA; ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO - Acadêmico - Aprovado em 2015 ARAGUAÍNA; CIÊNCIA ANIMAL TROPICAL - Acadêmico - Iniciou em 2006 ARAGUAÍNA; LETRAS – EM REDE – Profissional- Iniciou em 2013 ARAGUAÍNA; HISTÓRIA- EM REDE- Profissional - - Iniciou em 2014 ARAGUAÍNA; FÍSICA – EM REDE Profissional – iniciou em 2015 ARAGUAÍNA; PRODUÇÃO VEGETAL –Acadêmico - Iniciou em 2006 GURUPI; BIOTECNOLOGIA – Acadêmico - Iniciou em 2011 GURUPI; CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS -

Acadêmico - Iniciou em 2012 GURUPI; MATEMÁTICA –Prof. em Rede - - Iniciou em 2014 ARRAIAS.

Doutorado - DOUTORADO EM REDE EM BIOTECNOLOGIA E BIODIVERSIDADE - Acadêmico - Iniciou em 2012 PALMAS; CIÊNCIAS DO AMBIENTE – Acadêmico - Iniciou em 2014 PALMAS; DESENVOLVIMENTO REGIONAL -Acadêmico - Iniciou em 2007 PALMAS; DOUTORADO CIÊNCIA ANIMAL TROPICAL – Acadêmico - Iniciou em 2009 ARAGUAÍNA; DOUTORADO PRODUÇÃO VEGETAL– Acadêmico - Iniciou em 2013 GURUPI; DOUTORADO EM ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURAS - Acadêmico - Iniciou em 2013 ARAGUAÍNA.

Segundo os dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2015) os cursos de pós-graduação *stricto sensu* totalizam 22 Mestrados e 6 Doutorados na UFT. Existem ainda 44 cursos de pós-graduação nível *lato sensu*.

1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da UFT obedece às alterações do Estatuto da UFT, pela resolução nº 16 de 19 de novembro de 2015. A Estrutura Organizacional, as Instâncias de Decisão e o Organograma Institucional e Acadêmico da UFT, segundo o Art. 8º do Estatuto Fundação Universidade Federal do Tocantins, são compostos pelos seguintes órgãos da Administração Superior: I - Assembleia Universitária; II - Conselho Universitário; III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - Reitoria; V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

I- Assembleia Universitária, Art. 9º. A Assembleia Universitária será constituída: I - pelos membros do corpo docente; II - pelos membros do corpo discente; III - pelos membros do corpo técnico-administrativo. Parágrafo Único. A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora presidida pelo Reitor.

II- Conselho Universitário, Art. 12. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso. O Conselho Universitário será constituído pelo: I - Reitor, que será seu presidente; II - Vice-reitor; III - Pró-reitores; IV - Diretores de Câmpus; V - 04 (quatro) representantes da comunidade docente; VI - 15% (quinze por

cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII - 15% (quinze por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente.

III- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Art. 15. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica. Parágrafo Único. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição: I - Reitor, que será seu Presidente; II - Vice-reitor; III - Pró-reitores; IV - Coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância e de pós- graduação *stricto sensu*; V - 02 (dois) representantes da categoria docente; VI - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; VII - 15% (quinze por cento) de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

IV- Reitoria, Art. 17. A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição: I - Gabinete do Reitor; II - Gabinete do Vice-reitor; III - Pró-reitorias; IV - Procuradoria Jurídica; V - Assessorias Especiais; VI - Diretorias; VII - Prefeitura Universitária; VIII - Copese; IX - Hospitais Universitários; X - Institutos; XI - Fundação de Pesquisa; XII - Editora Universitária. Parágrafo Único. O Regimento Geral da Universidade disporá sobre a estrutura e a competência dos setores que compõem a Reitoria.

V- Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT), Art. 22. O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Parágrafo Único. O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição: I - o Reitor, que será seu presidente; II - um representante do setor industrial do Estado do Tocantins; III - um representante do setor de comércio e serviços; IV - um representante agropecuário do Estado; V - um representante das pequenas e microempresas; VI - um representante da imprensa; VII - um representante

do Governo do Estado; VIII - um representante do Legislativo do Tocantins; IX - um representante do Sindicato dos Trabalhadores; X - um representante do fórum dos movimentos sociais; XI - um representante dos discentes; XII um representante dos docentes; XIII - um representante dos técnico-administrativos. (NR). Art. 23. O Conselho de Desenvolvimento da UFT se reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor.

A UFT possui na sua estrutura sete unidades universitárias denominadas câmpus, que conforme o Art. 24 do Estatuto obedecerão às normas fixadas no Regimento Geral da Universidade e nos seus próprios regimentos.

O Art. 25 determina como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado: I - pelo Diretor do câmpus, seu presidente; II - Vice-Diretor; III - pelos Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; IV - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente; V- 15% (quinze por cento) de servidores técnico-administrativos tendo como referência a representação docente. §1º O Conselho Diretor do Câmpus, a seu critério poderá seguir a mesma normativa do Consepe no que se refere a sua composição. Segundo o Regimento da Universidade (Art. 26) o Conselho do Diretor é o órgão dos câmpus com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Histórico do Curso: sua criação e trajetória

O Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional foi implantado em 1985, quando ainda funcionava a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, autorizado pelo Decreto nº 91.365 de 21 de junho de 1985 (Doc. nº 8.) e reconhecido pela Portaria do MEC, nº 1.367 de 16 de junho de 1992 (Doc. nº 9). Com a criação da Unitins, em 21 de fevereiro de 1990, o curso passou a integrar a instituição autarquizada. O reconhecimento do curso foi oficializado pelo parecer do Conselho Federal de Educação nº 423/92, em Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, sendo ministrado pela Faculdade de Filosofia de Porto Nacional.

Devido à necessidade de melhoria do ensino e da graduação e, conseqüentemente, de suas futuras profissionalizações no ensino dos então 1º e 2º graus, foi emergencial que o curso propiciasse aos alunos oportunidades múltiplas de aprofundamento nas diversas manifestações da linguagem e da produção literária. Para que este objetivo fosse alcançado, fez-se necessária a introdução de alterações e inovações na Estrutura Curricular da Licenciatura oferecida pelo curso de Letras - Licenciatura Plena, com habilitação em Português e Inglês e respectivas Literaturas, com a implantação da Licenciatura com duas habilitações, em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas, visando à restauração e ao aprofundamento dos objetivos do curso, pela implementação de maior densidade aos conteúdos ministrados e pela integração entre as diversas disciplinas. Foi proposto ainda o oferecimento de disciplinas optativas. Com as alterações realizadas o curso passou a ser direcionado aos anseios do alunado. O regime anual, como todos os demais cursos da Universidade, foi substituído pelo regime semestral, conforme Resolução nº 001/98, da Reitoria.

Como já exposto, instituiu-se a criação da UFT, pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, com sua sede e foro em Palmas, por meio do processo de encampação dos cursos da Unitins. Pelo decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, ficou a cargo da UnB a responsabilidade de, no prazo de um ano, organizar a implantação da UFT. Através de um acordo firmado, em 17 de julho de 2002, entre UFT, o Estado do Tocantins e a Unitins, o processo de federalização começou a ser efetivado.

O primeiro concurso público realizado em maio de 2003, marco de implantação da UFT, previa 16 vagas para docentes mestres e doutores para atuarem no Curso de Letras. Esse projeto se distanciava do ideal para o curso. Hoje, configura-se um novo momento, com ampliação do quadro permanente de docentes, para atender às demandas existentes e suprir as exigências no setor educacional.

Diante dessa realidade, neste Projeto Pedagógico, definiu-se um Curso de Licenciatura em Letras de habilitação simples: uma para Língua Portuguesa e outra para Língua Inglesa, ambas com suas respectivas Literaturas, com uma estrutura composta por componentes curriculares.

Naquele momento entendemos que era premente a necessidade do Curso de Espanhol, pois era uma das prerrogativas do Mercosul, sendo prevista na legislação brasileira, após o governo federal ter aprovado a Lei 11.161/05, de 5 de agosto de 2005, a obrigatoriedade do

ensino da língua espanhola nos currículos do ensino médio. Os caminhos de construção do PPC do Curso haviam sido pavimentados, já que o Curso fora aprovado no Colegiado e no Conselho Diretor, e encaminhado ao CONSEPE. Pensávamos que seria um passo importante ofertarmos o Curso de Espanhol, ainda para atender às necessidades locais e estadual. Assim, o colegiado do curso tem trabalhado para que, no futuro, seja possível a implantação de uma habilitação de Letras/Espanhol.

O Curso de Licenciatura em Letras, a partir do ano de 2009, ofereceu 80 vagas anualmente. O processo seletivo do vestibular para o Curso de Letras foi realizado com duas entradas semestrais por turno, contempladas as habilitações de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa e respectivas Literaturas, distribuídas em 40 vagas semestrais. O Curso de Licenciatura em Letras, com habilitações distintas, foi organizado em núcleos: comum, de formação específica obrigatória, de formação complementar e de componentes curriculares eletivos. Os discentes, inicialmente, cursam disciplinas comuns até o segundo semestre. A partir do terceiro, devem fazer opção por uma das habilitações oferecidas, o que defendemos que garante saberes, competências e habilidades mais densos para uma prática profissional eficiente. Tal proposta justificava-se por atender ao perfil de uma instituição pública referenciada socialmente.

O Curso de Licenciatura em Letras alinhava-se a uma nova perspectiva epistemológica, pedagógica, tecnológica e social, com habilitações distintas a partir do terceiro semestre sobrepondo-se qualitativamente por meio de matrizes definidas por componentes curriculares flexíveis, entrelaçados de forma dialógica, transversal, inter e transdisciplinar.

2.2 Dados do Curso

Nome do curso: Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas

Grau Acadêmico: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Endereço do Curso: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês / CEP: 77500-000 / Porto Nacional – TO

Telefone: 3363-9406

e-mail: letrasporto@uft.edu.br

Ato legal de reconhecimento do curso: Portaria MEC nº 123, de 09/07/2012, publicado no DOU de 10/07/2012, S.1, p. 86 e 87.

Última avaliação da Habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas, aconteceu no ano de 2011, obtendo a nota 3.

Número de Vagas: 80 vagas por ano, sendo 40 em cada entrada (março e agosto) distribuídos entre as duas habilitações com escolha de habilitação ao final do 2º período.

Prazo mínimo de conclusão: 8 semestres.

Prazo máximo de conclusão: 12 semestres.

Turnos: matutino (ingresso em março) e noturno (ingresso em agosto).

Dimensão das turmas teóricas e práticas: 80 alunos por ano, sendo 40 em cada entrada semestral.

Carga horária total do curso: 3285h

2.3 Diretor do Câmpus

Prof. Dr. George França

2.4 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins – As Atribuições da Direção do Câmpus

As atribuições da Direção do Câmpus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II - Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Câmpus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos Câmpus de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Câmpus:

I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;

- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Câmpus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de –Professor Emérito †;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;

XX. emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Câmpus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Câmpus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de *Câmpus* poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Câmpus:

I. administrar o Câmpus;

II. representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;

III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

V. integrar o Conselho Universitário;

VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;

VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.5 Coordenador do Curso

Prof. Dr. Antônio Egno do Carmo Gomes

2.6 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As Atribuições do Coordenador de Curso e do Colegiado

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do Câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Câmpus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 - As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 - Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e,

extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 - Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.7 Relação Nominal dos Membros do Colegiado

Adriana Carvalho Capuchinho

Ângela Francine Fuza

Ana Claudia Turcato de Oliveira

Antônio Egno do Carmo Gomes

Carine Haupt

Carlos Roberto Ludwig

Dalve Oliveira Batista Santos

Daniella Corcioli Azevedo Rocha

Daniela Silva Costa Campos

José Edicarlos de Aquino

Enilda Rodrigues de Almeida Bueno

Fábio Nascimento Sandes

Greize Alves da Silva

Lívia Chaves de Melo

Lyanna Costa Carvalho

Marília Fátima de Oliveira

Maria da Glória de Castro Azevedo

Maria Perla de Araújo Morais

Marisa Souza Neres

Neila Nunes de Souza

Rejane de Souza Ferreira

Rubenilson Pereira de Araujo

Silvana Fernandes de Andrade

Thiago Barbosa Soares

Viviane Cristina Oliveira

2.8 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As Atribuições do Colegiado de Curso

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I – Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios: de ensino e de acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que têm direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

2.9 Comissão Responsável Pela Redação Final do Projeto Pedagógico de Curso

O presente PPC é resultado dos esforços, das pesquisas e das contribuições dos membros do seu Colegiado, incluindo aí o secretário, os representantes estudantis e os docentes efetivos e substitutos, os quais se debruçaram nas inúmeras tarefas relacionadas à reflexão e composição dos itens que o integram, ao que o Núcleo Docente Estruturante – NDE – assume a responsabilidade final.

O atual PPC, não obstante, atende plenamente ao que preconiza a citada Resolução, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O Art. 22 da citada lei afirma que os cursos de formação de professores que se encontravam em funcionamento na data da publicação deveriam adaptar-se à Resolução no prazo de 2 (dois) anos, prazo esse estendido por mais 2 (dois) anos.

2.10 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Neila Nunes de Souza – Presidente

Carlos Roberto Ludwig

Antônio Egno do Carmo Gomes - Coordenador do Curso de Letras

Adriana Carvalho Capuchinho

Rubra Pereira de Araújo

Carine Haupt

Daniella Corcioli Azevedo Rocha

Lyanna Costa Carvalho

Marília Fátima de Oliveira

Maria da Glória de Castro Azevedo

Marisa Souza Neres

3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formado.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior, cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso se efetiva, de fato, através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores, de alunos e gestores, que dará sentido às premissas acima, que, assim, se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, são parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Elas devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com que lida no presente e com que poderá se defrontar no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;

- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas, integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e ser capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas das demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foram apontadas como questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem encontradas em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

Para reelaboração do PPC do Curso de Letras da UFT/Porto Nacional, em consonância com as legislações vigentes e com os documentos institucionais, faz-se necessário pensar a organização didático-pedagógica numa dimensão ampla para contemplar a complexidade do fazer humano e de sua formação profissional.

Diante da complexidade social e humana, tomamos à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Assim, aproximando teoria e prática, sujeito e realidade, competências e habilidades, objetividade e subjetividades dos conteúdos e metodologias, a partir de diversas linguagens e tecnologias, contribuiremos para ampliar a visão e a atuação desse profissional de Letras, priorizando, inclusive, aulas campo.

4.1 Projeto Pedagógico do Curso de Letras

Este projeto é fruto de um trabalho coletivo com a participação do corpo docente e discente do colegiado de Letras do Câmpus de Porto Nacional. O engajamento e a mobilização de todos os docentes do curso de Letras nos debates, nas análises e na elaboração deste projeto tornaram-se fundamentais para esta proposta.

O PPC do Curso de Letras orienta-se por uma formação que tem como proposta a adoção de princípios que permitam redimensionar o PPC através de articulações entre conhecimentos teóricos das disciplinas com a prática profissional permeando o curso, desde os primeiros anos. Também entendemos ser necessário que o formando de Letras tenha um espaço e tempo para desenvolver suas análises, reflexões e pesquisas sobre as experiências vivenciadas nos componentes curriculares teóricos e práticos através de atividades interdisciplinares. O projeto prevê a flexibilização curricular para que o/a discente de Letras defina o seu percurso de formação em áreas específicas do saber e com atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de seu interesse, conforme núcleo definido no inciso III do Art. 12 da Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Denominamos, neste PPC, tais atividades teórico práticos como atividades complementares.

4.2 Justificativa

O curso de Letras enfatiza a formação da competência humana, com vistas à construção de novos paradigmas para a cidadania. Portanto, a formação acadêmica que se pleiteia na UFT, a partir das normas internas previstas no Regimento Interno, no PDI da Universidade e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve transcender o tradicional espaço da sala de aula e articular-se às diferentes dimensões da realidade, instaurando, assim, novos papéis para os envolvidos no processo de formação.

Tendo em vista a necessidade de atender aos anseios da população, no que tange à formação docente, e às constantes exigências de revisão e atualização das teorias educacionais, o Câmpus de Porto Nacional busca estruturar o seu Curso de Letras e tem por finalidade discutir os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como na Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de formação pedagógica e formação continuada, além de considerar as recomendações constantes dos parâmetros e referenciais curriculares para a Educação Básica, elaboradas pelo Ministério da Educação.

A tônica difundida pela comunidade recai sobre a relevância da formação de professores para atuarem na formação básica. Cerca de 80% dos discentes que concluem o Ensino Médio procuram a Universidade para prosseguir seus estudos; dentre estes, 60% dão prioridade aos cursos de licenciaturas, inclusive ao próprio curso de Letras (SEDUC/TO, 2017). Por isso, o Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional atua na qualificação dos professores para trabalharem na Educação Básica, a fim de garantir aprendizagens essenciais à sua formação, possibilitando-lhes competências suficientes para difundir o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

O curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional compreende que somente priorizando a formação de educadores capacitados e comprometidos com o processo ensino-aprendizagem poderá garantir condições básicas para o funcionamento da escola como uma dimensão pedagógica. Apesar de as mudanças socioculturais exigirem ampla e sólida formação profissional, as reformas universitárias implementadas pelas políticas neoliberais se mostram ineficientes para a realidade educacional.

Por outro lado, as Instituições de Ensino Superior apontam propostas alternativas de enfrentamento das políticas neoliberais, objetivando superar a contradição existente nas propostas governamentais, que invertem os valores estabelecidos pela Constituição Brasileira. As alternativas contraditórias que se apresentam no cenário político educacional nos desafiam a pensar em políticas de formação do profissional de Letras.

A educação escolar, neste contexto, assume responsabilidades cruciais, uma vez que a inserção crítica das novas realidades do mundo contemporâneo depende substancialmente de um processo de escolarização que valorize o conhecimento, o desenvolvimento das dimensões cognitivas, humanas, éticas e estéticas.

4.3 Objetivos do Curso

Geral: promover o desenvolvimento linguístico e literário da comunidade em que o Câmpus de Porto Nacional está inserido, buscando a investigação científica e cultural na área de Letras por meio do aprimoramento e da capacitação profissional para atuar fundamentalmente como professor pesquisador. Além disso, o licenciado poderá atuar como crítico literário, revisor de textos, tradutor e secretário executivo, em língua portuguesa e suas literaturas ou em língua inglesa e suas literaturas.

Específicos:

- Oferecer ao graduando em Letras uma formação direcionada para a sua atuação na Educação Básica, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais dos fatos da linguagem e sobre as diversas variedades e registros linguísticos;
- Proporcionar reflexão sobre os usos da língua portuguesa e da língua inglesa e das literaturas de língua portuguesa e de língua inglesa;
- Promover a investigação teórica, científica, técnica e didático-pedagógica como forma de produzir e de divulgar conhecimentos científicos e culturais por meio da integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão e da integração entre graduação e pós-graduação;
- Propiciar a atualização quanto às abordagens e ao desenvolvimento de metodologias que contribuam para uma prática educativa crítica frente às exigências do ensino de línguas e de literaturas.

4.4 Perfil do Egresso

O ensino superior é fundamentalmente relevante em realidades como a do Tocantins, estado de independência político-geográfica recente e onde as oportunidades de estudo qualificado são ainda incipientes. Nessa perspectiva, o Curso de Letras tem o objetivo de formar professores de línguas com habilidades e competências para atuarem na educação básica e de ensinarem a língua materna ou a língua inglesa e suas respectivas literaturas com evidente domínio e proficiência, mas, igualmente, tem ainda o objetivo de propiciar aos seus educandos estratégias para desenvolverem sua sensibilidade estética e os meios de atuação crítica na realidade circundante.

Visando a isso, o curso se estrutura de modo a propiciar ao aluno que durante sua formação ele conviva com as obras de erudição literária em línguas portuguesa e inglesa, como também com os textos mais relevantes da literatura universal disponíveis naqueles idiomas, sabendo ao mesmo tempo apreciar e identificar as chamadas literaturas periféricas.

O curso ensinará práticas significativas de leitura e produção textual nas mais diversas discursividades em gêneros escritos, orais e multimodais, objetivando ainda propiciar ao graduando condições de multiletramentos, que passam por uma formação humanística e crítica e pelo domínio das novas tecnologias de ensino de línguas e de literatura. Uma vez que o processo formador deverá propiciar aos licenciandos esse contato formativo com as manifestações linguísticas, educacionais, literárias e culturais, esperam-se egressos habilitados ao ensino de línguas e dotados de sensibilidade estética e da capacidade de

(inter)agir de maneira eficaz em sua realidade imediata como produtores e consumidores competentes de significados, conceitos e ideias por meio das língua(gen)s.

Para que possa completar o processo pelo qual a Universidade Federal do Tocantins cumpre sua função social, o egresso do Curso de Letras disporá de uma formação que o habilite para o autoconhecimento e para a criticidade diante da linguagem com vista a apreciar as práticas linguísticas e literárias regionais tocantinenses e amazônicas, tendo convivido no seu processo formador com os gêneros literários alternativos, tais como a literatura popular, a literatura multimodal e outras.

4.5 Campos de Atuação Profissional

Com a formação propiciada pelo Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional, os egressos estarão aptos a exercer a docência na área do ensino básico de Linguagens e suas tecnologias. Também estarão prontos a exercer as mais diversas práticas leitoras e escritoras, em contextos formais ou informais, inter(agindo) na realidade circundante de maneira crítica e participativa por meio das linguagens oral e escrita. De maneira mais específica, os campos de atuação do licenciado em Letras são:

1. Ensino de Língua Portuguesa:

- Em escolas de ensino fundamental e médio da rede pública de ensino;

2. Trabalhos autônomos com práticas discursivas e linguísticas, formalizadas ou não, tais como resenhas de obras literárias, revisão de textos, escrita ficcional, editoração, produção de manuais linguísticos, produção de textos, ensino de língua estrangeira e outros afins.

4.6 Competências, Atitudes e Habilidades

Ao final do ciclo de graduação do seu processo formativo o egresso do Curso de Letras deverá ser capaz de:

- Compreender e conduzir investigações de língua e linguagem, através da análise de diferentes teorias, bem como da utilização das mesmas na resolução de problemas de ensino e aprendizagem da língua portuguesa;

- Analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento de uma língua, em particular da língua portuguesa;
- Conhecer teórica e descritivamente os componentes fonológico, morfossintático, léxico e semântico da língua portuguesa;
- Compreender as diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como dos vários níveis e registros de linguagem;
- Conhecer do ponto de vista teórico, crítico e prático o sistema literário das línguas lusófonas;
- Refletir de maneira analítica e crítica sobre a configuração de um texto literário;
- Perceber, estética e politicamente, o discurso literário como leitura de mundo;
- Saber desempenhar papel de multiplicador com capacidade para formar leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos;
- Ter atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento autônomo e colaborativo por meio de tecnologias digitais;
- Ter atitude interdisciplinar, reconhecendo a relevância dos diversos discursos e teorias circulantes na sociedade contemporânea;
- Utilizar recursos pedagógicos que permitam a transposição didática e de conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 A Organização Por Núcleos e Distribuição da Carga Horária

Conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015, a distribuição dos componentes curriculares do curso é feita em dois núcleos. O núcleo I compreende “os estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais” (CNE/CP nº 02/2015, p. 9). Já o Núcleo II é o núcleo de “aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino” e “atendendo às demandas sociais” (CNE/CP nº 02/2015, p. 10). Dentro de cada núcleo, há componentes

curriculares específicos, voltados para os conhecimentos de línguas, linguística e literaturas, e componentes curriculares de dimensão pedagógica. Os componentes curriculares do Núcleo I e Núcleo II somam 2.190 horas.

A prática como componente curricular é compreendida como

conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. (PARECER CNE/CES nº15/2005)

A prática como componente curricular perpassa todo o curso de Letras, desde o primeiro período. Ela faz parte de componentes curriculares do curso, com carga horária de 15 horas. O teor da prática como componente curricular de cada componente está especificado nas ementas. Além disso, há ainda as 'Práticas Interdisciplinares, que têm como foco a prática como componente curricular.

Dos estágios supervisionados (420 horas). Os estágios supervisionados estão distribuídos em quatro componentes curriculares, cada um com 105 horas. As especificidades de cada estágio são descritas na seção 8.

A soma dos componentes curriculares de dimensão pedagógica (690) perfaz um quinto da carga horária total do curso (CNE/CP n. 2/2015).

Na carga horária integrante do eixo do conteúdo específico, estão agrupadas as atividades acadêmicas obrigatórias tanto da habilitação quanto da licenciatura, ou seja, as de conhecimento voltado para as línguas e suas literaturas, bem como as pedagógicas. Os componentes curriculares de estágio, distribuídos em 4 semestres, somam 420 horas. A carga horária da prática como componente curricular, distribuída ao longo do curso em alguns componentes e nas Práticas Interdisciplinares, soma 465 horas. Acrescentam-se ainda 210 horas de atividades complementares, totalizando o curso em 3285 horas, que devem ser cumpridas no período mínimo de 4 anos (8 semestres).

5.2 Aulas Campo

As aulas campo serão realizadas em instituições como escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio, sistema prisional ou socioeducativo, assentamentos, aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

As seguintes disciplinas contemplam aula-campo: História da Educação; Política, Legislação e Organização da Educação Básica; Didática; Libras; Básica”

Estágio Supervisionado e componentes curriculares que contêm Prática como Componente Curricular.

5.3 A Prática Como Componente Curricular

A articulação entre teoria e prática, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos pilares da formação de profissionais do magistério da Educação Básica.

O Parecer CNE/CP n. 9/2001 apresenta uma nova concepção de Prática – como componente curricular – (PCC), que abarca uma dimensão do conhecimento presente tanto nos momentos em que se trabalha a reflexão sobre a atividade profissional, quanto no estágio, momento em que se exercita a atividade profissional. Nesse sentido, a PCC deve ser planejada quando na elaboração do projeto pedagógico, sendo contemplada desde o início da formação, estendendo-se ao longo de todo o seu processo, em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico.

Desse modo, as 465 horas da PCC deverão ser pensadas na perspectiva interdisciplinar, pois nessa prática a ênfase estará nos procedimentos de observação e reflexão, no registro das observações realizadas e na resolução de situações-problema.

[A PCC] consiste num novo conceito temático, que preserva a disciplinaridade na estrutura, mas que deverá superá-la no funcionamento. Portanto, trata-se de um exercício de superação de uma tradição cartesiana, de marca positivista, que tende a compartimentalizar os conteúdos e encerrá-los em grades curriculares estanques, por vezes não articuladas. A meta é um currículo orgânico, capaz de articular interdisciplinarmente as diferentes áreas do conhecimento (SOUZA NETO E SILVA, 2014).

Na presente proposta curricular, desde o início do curso, as ementas são elaboradas a partir da compreensão da prática pedagógica como práxis – ação refletida – concretizada desde o processo de planejamento curricular, até as tomadas de decisão no dia a dia da docência, da orientação, da intervenção. Vale ressaltar que o enfoque de alguns componentes curriculares acaba por lhes conferir uma carga horária mais ampla no sentido do aprofundamento e da concretização da articulação entre teoria e prática.

O presente PPC do Curso de Letras de Porto Nacional apresenta um elemento aglutinador dos diferentes componentes curriculares do curso, com vistas à potencialização de ações de formação que evidenciem a característica trans-interdisciplinar do conhecimento. Trata-se das Práticas Interdisciplinares, nas quais serão ofertadas propostas de trabalho por dois ou mais professores do curso. Essas Práticas buscarão a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tendo os alunos como protagonistas.

As Práticas Interdisciplinares serão compostas por quatro temáticas condizentes com os objetivos do curso e o perfil do corpo docente e discente: Estratégias de Aprendizagem e Avaliação; Produção e Análise de Material Didático Sobre Literatura Tocantinense; Linguagem, Educação e Diversidade Cultural; Artes, Cultura e Sociedade; Políticas Educacionais e a Prática de Sala de Aula. A cada semestre, o Colegiado escolherá três dessas temáticas para ofertar.

A Prática como Componente Curricular poderá ser realizada em aula campo em escolas públicas e privadas do ensino fundamental e do ensino médio, no sistema prisional ou socioeducativo em assentamentos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas, intercambiando com esses lugares uma contribuição educacional, cultural, política, linguística. Assim, valoriza-se a cultura local desses grupos minoritários. A PCC pode também ser realizada com foco na reflexão da prática educacional, preparação de materiais didáticos, resolução de situações-problema, construção de projetos interdisciplinares, seminários, oficinas, podendo lançar mão de apoio de ambientes digitais para pesquisa e produção de conhecimento e materiais pedagógicos. As Práticas Interdisciplinares serão ofertadas aos alunos no quarto período e conferirão dinamicidade ao curso, uma vez que os alunos poderão escolher, para cursar, uma dentre as três temáticas ofertadas para matrícula. O aluno tem a obrigatoriedade de cumprir 75 horas nessa modalidade, podendo frequentar mais de uma prática interdisciplinar, desde que apenas uma por semestre. As horas excedentes de práticas interdisciplinares poderão ser aproveitadas como horas complementares. As Práticas Interdisciplinares podem incluir aulas campo, mas também contar com apoio de ambientes digitais em modo semipresencial. Os conteúdos semipresenciais, quando existirem, serão ministrados em forma de sala de aula invertida, ou seja, com disponibilização de material (textos, vídeos, apresentações ou outros materiais online) para estudo e propostas de discussão presenciais ou online na plataforma Moodle (ou outra de escolha do docente), em escrita colaborativa (Google documentos ou Word Online), blogs do docente ou da turma ou ainda

em grupos de discussão fechados em redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) para produção de matérias e projetos. Haverá orientação presencial em horário combinado entre os grupos e o docente. E é assim que entendemos que essa atividade é também transdisciplinar, ou seja, é aquilo que está ao mesmo tempo entre os componentes curriculares, através dos diferentes componentes curriculares e além de quaisquer componentes curriculares. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.

5.4 Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)

A abordagem de conteúdos e metodologias que valorizem as relações étnico-raciais permite e estimula o trabalho conjunto entre dois ou mais campos distintos, em busca de um trabalho trans/interdisciplinar, portanto a temática é tratada conforme a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010, em diversos componentes curriculares obrigatórios e optativos do Curso de Licenciatura em Letras em Língua Portuguesa. A proposta é que a temática seja abordada de forma interdisciplinar estabelecendo ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. A temática será tratada como propostas para reflexão e ensino em componentes curriculares como **Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação**, entre outros, cumprindo, assim, também a exigência do Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº 2 2015 que regulamenta a necessidade da abordagem da diversidade étnico-racial pela matriz curricular.

5.5 Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11)

A educação ambiental se aproxima e interage com outras dimensões da educação contemporânea, mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais dos estilos de vida individuais e coletivos. Os espaços e as estruturas de Educação Ambiental são considerados importantes focos para a difusão de uma cultura ambiental fora e dentro das Instituições de Ensino. Ao mesmo tempo, a criação e manutenção desses espaços refletem a resposta a uma demanda social crescente. Portanto, a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11) perpassará os componentes curriculares do

curso, principalmente as de **Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I, História da Educação, Sociologia da Educação**, cujas ementas abordam diretamente questões de sustentabilidade socioambiental no ensino.

5.6 Outros Temas e Conteúdos Transversais (Artigo 13 § 2º da Resolução CNE/CP Nº2 de 01 de julho de 2015)

O Projeto Pedagógico proposto adequa-se aos conteúdos exigidos pela Resolução CNE/CP Nº2 2015 que diz:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O componente curricular de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é de cumprimento obrigatório na matriz curricular da Licenciatura em Letras em Língua Portuguesa com carga horária de 75 horas.

A fim de demonstrar a presença dos demais conteúdos transversais exigidos, elaboramos uma tabela, com alguns dos componentes curriculares que os contemplam. Alertamos, contudo, que os conteúdos estão distribuídos ao longo de vários componentes curriculares.

Conteúdo transversal	Componente Curricular
Fundamentos da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Política, Legislação e Organização da Educação Básica; • História da Educação; • Filosofia da Educação; • Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II e III.
Formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e	<ul style="list-style-type: none"> • Política, Legislação e Organização da Educação Básica;

metodologias	<ul style="list-style-type: none"> • História da Educação.
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia da Educação; • Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II; • Literaturas das Identidades Periféricas.
Educação especial	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos de Educação Inclusiva
Diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional.	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia da Educação I; • Literatura das Identidades Periféricas; • História da Educação; • Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; • Literatura Brasileira e Identidade Nacional; • Literatura Brasileira Moderna e Contemporânea;
Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia da Educação; • Política, Legislação e Organização da Educação Básica; • Filosofia da Educação.

5.7 Matriz Curricular do curso Licenciatura em Letras Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas – Composição, Pré-requisitos e Equivalências dos Componentes Curriculares

Per.	Código UFT	Componente Curricular	Créditos	CH teórica	CH Prática	PCC	CH Total	Pré-requisito	Núcleo	Equivalência PPC 2010
1	6LPNC001	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem	5	60	#	15	75	#	I	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem
1	6LPNC002	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	#	I	Língua Inglesa I
1	6LPNC003	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	5	60	#	15	75	#	I	Escrita Acadêmica
1	6LPNC004	Filosofia da Educação	4	60	#	#	60	#	I	Filosofia da Educação
1	6LPNC005	Introdução aos Estudos Literários	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Greco-romana (optativa)
Total			24	300	#	60	360	#		
2	6LPNC006	História da Educação	5	60	#	15	75	#	I	História da Educação
2	6LPNC007	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	4	60	#	#	60	#	I	Teoria Literária: Texto Narrativo
2	6LPNC008	Sociologia da Educação	5	60	#	15	75	#	I	Sociologia da Educação
2	6LPNC009	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	5	60	#	15	75	#	I	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa
2	6LPNC010	Norma Linguística	5	60	#	15	75	#	I	Tópicos de Gramática Normativa e Articulação Textual (optativa)
Total			24	300	#	60	360			
3	6LEPL001	Literatura Brasileira: Estudos Coloniais	4	60	#	#	60	#	I	Literatura Brasileira Colonial
3	6LEPL002 6LEIL003	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	5	60	#	15	75	#	I	Política, Legislação e Organização da Educação Básica
3	6LEPL003	Estudos de Poesia Portuguesa	5	60	#	15	75	#	I	Estudos Literários Portugueses, Medievais e Clássicos
3	6LEPL004 6LEIL005	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	4	60	#	#	60	#	I	Teoria Literária: Texto Poético
3	6LEPL005	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	4	60	#	#	60	#	I	Introdução à Fonética e Fonologia
Total			22	300	#	30	330			
4	6LEPL006	Morfologia do Português	5	60	#	15	75	#	I	Morfologia da Língua Portuguesa
4	6LEPL007	Crítica e Sociedade na Narrativa Portuguesa	4	60	#	#	60	#	I	Literatura Portuguesa: Arcades, Românticos, Realistas e Simbolistas
4	6LEPL008	Literatura Brasileira e Identidade Nacional	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Brasileira: Românticos, Realistas e Simbolistas
4	6LEPL009 6LEIL009	Didática	5	60	#	15	75	Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; História da Educação; Política, Legislação e Organização da Educação Básica	I	Didática; Planejamento Educacional
4	6LEPL010	Língua Latina e Elementos Filológicos de Base Românica	4	60	#	#	60	#	I	Língua Latina (optativa)
4		Práticas Interdisciplinares	5	15 ¹	#	60	75	#	#	Não há.
Total			28	300	0	120 ²	420			
5	6LEPL012	Literatura Infantojuvenil	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Infantojuvenil (optativa)
5		Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa	5	60	#	15	75	#	I	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa (optativa)
5	6LEPL014 6LEIL012	Psicologia da Educação I	5	60	#	15	75	#	I	Psicologia da Aprendizagem

¹ A carga horária teórica deste componente curricular deve ser inserida na somatória da carga horária total da Prática como Componente Curricular – PCC – e não na carga horária teórica total.

² Na somatória da carga horária da Prática Como Componente Curricular, neste campo, estão incluídas as 15 horas teóricas do componente curricular *Práticas Interdisciplinares*, pois, uma vez que se trata de componente que compõe a carga horária das PPCs, não é incluída na soma da carga horária teórica dos componentes que não compõem as PPCs.

5	6LEPL015 6LEIL014	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	5	60	#	15	75	#	I	Sintaxe: Fundamentos e Princípios da Análise
5	6LEPL016	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I	7	45	60	#	105	Didática	#	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I
Total			27	285	60	60	405			
6		Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Portuguesa: Orfismo, Presencismo e Contemporaneidade
6		Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	5	60	#	15	75	#	I	Literatura Brasileira: Modernismo
6		Semântica	5	60	#	15	75	#	I	Semântica
6		Seminários de Pesquisa I	5	60	15	#	75	#	II	Metodologia da Pesquisa
6		Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II	7	45	60	#	105	Didática; Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I	#	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II
Total			27	285	75	45	405			
7		Análise do Discurso	5	60	#	15	75	#	I	Análise do Discurso
7		Fundamentos da Educação Inclusiva	5	60	#	15	75	#	I	Fundamentos de Educação Inclusiva
7		Sociodialetoleologia	5	60	#	15	75	#	I	Sociolinguística; Dialetologia Brasileira
7		Psicologia da Educação II	4	60	#	#	60	#	I	Psicologia do Desenvolvimento
7		Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas III	7	60	45	#	105	Didática; Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II	#	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas III
Total			26	300	45	45	390			
8		Literaturas das Identidades Periféricas	5	60	#	15	75	#	I	Literaturas das Identidades Periféricas (optativa)
8		Língua Brasileira de Sinais – Libras	5	60	#	15	75	#	II	Libras
8		Tópicos em Linguística Contemporânea	5	60	#	15	75	#	II	Não há.
8		Seminários de Pesquisa II	5	15	60	#	75	Seminários de Pesquisa I	II	TCC - Monografia
8		Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas IV	7	45	60	#	105	Didática; Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas III	#	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas IV
Total			27	240	120	45	405			
			205	2310	300	465	3075			

Código UFT	Disciplinas	Créditos	CH Total
6LPNC012	Artes, Cultura e Sociedade	5	75
	Políticas Educacionais e a Prática de Sala de Aula	5	75
	Estratégias de Aprendizagem e Avaliação	5	75
	Linguagem, Educação e Diversidade Cultural	5	75
	Produção e Análise de Material Didático Sobre Literatura Tocantinense	5	75

Composição da Carga Horária	CH Total
Núcleo I	1920
Núcleo II	270
Núcleo III	210
Prática como componente curricular (PCC)	465
Estágio Curricular Supervisionado	420
Atividades complementares ³	210
Total do curso	3285
Dimensão pedagógica (Sem PCC) ⁴	690

Componentes Curriculares de Núcleo Comum						
PPC Versão 2018 Língua Portuguesa			PPC Versão 2018 Língua Inglesa			
Período	Componentes Curriculares	Carga Horária	Período	Componentes Curriculares	Carga Horária	
1º	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem	75	1º	Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem	75	Equivalentes
1º	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	75	1º	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	75	Equivalentes
1º	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	75	1º	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	75	Equivalentes
1º	Filosofia da Educação	60	1º	Filosofia da Educação	60	Equivalentes
1º	Introdução aos Estudos Literários	75	1º	Introdução aos Estudos Literários	75	Equivalentes
2º	História da Educação	75	2º	História da Educação	75	Equivalentes
2º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	60	2º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo	60	Equivalentes
2º	Sociologia da Educação	75	2º	Sociologia da Educação	75	Equivalentes
2º	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	75	2º	Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa	75	Equivalentes
2º	Norma Linguística	75	2º	Norma Linguística	75	Equivalentes
3º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	75	3º	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60	Equivalentes
3º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	60	3º	Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético	75	Equivalentes

³ As Atividades complementares compõem a carga horária do Núcleo III. Por este motivo não são computadas na somatória da carga horária total do curso.

⁴ Os componentes de dimensão pedagógica já estão incluídos em Núcleo I e Núcleo II. Por este motivo não são computados na somatória da carga horária total do curso.

3º	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	3º	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	75	Aproveitamento mediante complementação de carga horária/conteúdo
4º	Didática	75	4º	Didática	60	Equivalentes
4º	Práticas Interdisciplinares	75	4º	Práticas Interdisciplinares	75	Equivalentes
5º	Psicologia da Educação I	75	5º	Psicologia da Educação I	75	Equivalentes
5º	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	75	5º	Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise	75	Equivalentes
6º	Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	75	6º	Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea	75	Equivalentes
6º	Seminários de Pesquisa I	75	6º	Seminários de Pesquisa I	75	Equivalentes
7º	Fundamentos de Educação Inclusiva	75	7º	Fundamentos de Educação Inclusiva	75	Equivalentes
7º	Psicologia da Educação II	60	7º	Psicologia da Educação II	60	Equivalentes
8º	Língua Brasileira de Sinais – Libras	75	8º	Língua Brasileira de Sinais – Libras	75	Equivalentes
8º	Seminários de Pesquisa II	75	8º	Seminários de Pesquisa II	75	Equivalentes

5.8 Equivalências e Complementações de Habilitação

Nos casos em que houver o reingresso no curso de um/a aluno/a que possui a habilitação em Língua Inglesa e que deseja obter também a habilitação em Língua Portuguesa será realizado o aproveitamento dos componentes curriculares de núcleo comum, dos componentes curriculares equivalentes entre os dois PPCs, assim como de componentes de Língua Portuguesa que possam ter sido cursados como excedentes. O/A discente, assim, deverá cursar os componentes curriculares específicos faltantes da habilitação de língua portuguesa complementando a carga horária necessária para a integralização do curso. Nos casos em que o/a discente houver concluído a habilitação em Língua Inglesa de acordo com o PPC de 2009, será realizada a equivalência entre os componentes curriculares daquele documento com o corrente.

Nos casos de ingresso de portadores de diploma de Letras com habilitação em Língua Inglesa de outras Instituições de Ensino Superior e/ou outros diplomas de licenciatura, será realizada análise das ementas e programas de componentes curriculares solicitados pelo/a discente a fim de verificar-se se há equivalência. O/a docente responsável pelo componente pleiteado como equivalente analisará o caso e admitirá ou não o aproveitamento.

A análise de equivalências tem por base o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins:

Art. 94 - O acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático e 100% (cem por cento) da carga horária.

Art. 95 - Na hipótese de o componente curricular cursado apresentar conteúdo programático inferior ao exigido no currículo em vigor, o Colegiado de Curso determinará o seu aproveitamento, mediante a realização de:

I - complementação de carga horária, definindo-se qual semestre e turma.

II - complementação de conteúdos por meio dos quais a complementação poderá ser realizada, nas seguintes modalidades:

a) participação em aulas específicas do componente curricular;

b) realização de estudos independentes e posterior realização de prova;

III - trabalho de pesquisa devidamente registrado.

Parágrafo único - As instruções acerca da complementação de estudos deverão ser registradas na Ata de Aproveitamento e fornecidas ao acadêmico por escrito, estabelecendo-se datas de participação nas aulas ou datas de provas, ou prazos para entrega de trabalhos e o respectivo professor responsável. Somente após a realização da complementação, devidamente documentada, será registrada a nota no histórico escolar.

Art. 96 - Cumprida pelo acadêmico a complementação exigida, o respectivo resultado será encaminhado à Coordenação de Curso, que procederá na forma do artigo 91.

Art. 97 - Os acadêmicos, após obtenção de aproveitamento dos componentes curriculares, deverão ser regidos pelo sistema em vigor.

Art. 98 - O aproveitamento dos componentes curriculares será homologado pelo Colegiado de Curso, constando na Ata de Aproveitamento de Componentes Curriculares.

Art. 99 - A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares obedecerá aos prazos definidos em calendário acadêmico (UFT, 2004, p. 17/18).

A migração para a nova matriz curricular acontecerá somente para os alunos que tiverem cursado até o quarto semestre. A migração será realizada mediante assinatura de termo de concordância. Excepcionalmente, alunos após o 5º período poderão migrar para a nova matriz curricular, caso desejarem.

Nos casos em que houver discrepância na carga horária entre componentes equivalentes, se tiver sido cursado o mínimo de 75% da carga horária do componente para o qual pleiteia-se aproveitamento, este poderá ser realizado sem necessidade de complementação de carga horária, de acordo com o Regimento Acadêmico da UFT. Caso os alunos tenham cursado componentes com carga horária excedente ao PPC 2019, poderão aproveitá-las como atividades complementares.

As 465 horas de Práticas como Componente Curricular (PCC) serão cumpridas com o aproveitamento da carga horária prática (CHP) dos componentes curriculares cursados do PPC 2009 (até 310 horas), excetuando-se os componentes de Estágio Supervisionado, posto que não são compatíveis com as PCCs. A fim de completar a carga horária, os alunos podem

cursar uma ou mais Práticas Interdisciplinares e/ou Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa, as quais não têm equivalente no PPC 2009. Os componentes curriculares cursados como optativas no PPC 2009/2010 podem ser aproveitadas como componentes optativos ou como atividades extracurriculares. As horas excedentes cursadas em componentes do PPC 2009 podem também ser aproveitadas como atividades extra curriculares na nova estrutura curricular. Componentes curriculares obrigatórios do PPC 2009/2010 que não constam mais no PPC 2019 podem ser aproveitados como componentes curriculares optativos ou horas de atividades complementares.

5.9 Ementário

5.9.1 Núcleo I

1º Período

Componente Curricular: Princípios e Fundamentos dos Estudos da Linguagem			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Panorama histórico dos fenômenos da linguagem e suas abordagens científicas. As concepções de linguagem. Behavioristas e estruturalistas. A Linguística como ciência. Saussure. Chomsky e a revolução gerativista. As principais correntes atuais e o debate entre gerativismo e funcionalismo. A Linguística no Brasil.			
PPC: Observação e análise, à luz das teorias da Linguagem, de aulas de Língua Portuguesa em escolas públicas e/ou particulares, com o objetivo de compreender as concepções de linguagem que orientam o ensino de Língua Materna.			
Bibliografia básica:			
FIORIN, J. L. (Org.). <i>Introdução à linguística I: objetos teóricos</i> . São Paulo: Contexto, 2005.			
BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de linguística Geral I</i> . 5 ed. Campinas-SP, Pontes, 2005. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri.			
MARTELOTTA, M. E. (Org.). <i>Manual de Linguística</i> . São Paulo: Contexto, 2013.			
Bibliografia complementar:			
FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística II: Princípios de análise</i> . São Paulo: Contexto, 2007.			
BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística Geral II . 2 ed. Campinas-SP, Pontes, 2006. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri.			
DUCROT, Oswald & TODOROV, Tzvetan. <i>Dicionário de ciências da linguagem</i> . Lisboa: Dom Quixote, 1987.			
MATTOSE CÂMARA Jr, Joaquim. <i>História da linguística</i> . Petrópolis: Vozes, 1975.			
SAUSSURE, F. de. <i>Curso de linguística geral</i> . 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.			
WEEDWOOD, B. <i>História concisa da linguística</i> . São Paulo: Parábola, 2002.			
LUCHESE, D. <i>Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística</i>			

moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Componente Curricular: Estratégias de Leitura em Língua Inglesa			
CHT: 75	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Leitura e Compreensão de Textos em nível básico e pré-intermediário. Estratégias de leitura em língua inglesa: <i>skimming</i> , <i>scanning</i> , predição, inferência, cognatos, introdução às palavras de transição (<i>linking words</i>). Análise de gêneros textuais. Estudo dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros textuais analisados.			
PCC: Leitura em Língua Inglesa na Educação, com abordagens no gênero informativo.			
Bibliografia básica: BEATY, K. <i>Read and Think!:</i> a reading strategies course. 3 vols. Hong Kong: Pearson, 2004. MUNHOZ, R. <i>Inglês Instrumental:</i> Estratégias de Leitura – módulo I. São Paulo: Textonovo, 2001. RICHARDS, J. C.; ECKSTUT-DIDIER, S. <i>Strategic Reading 1:</i> Building effective reading skills. New York: Cambridge, 2003.			
Bibliografia complementar: EASTWOOD, John. <i>Oxford Practice Grammar</i> . Oxford: Oxford U. P., 1999. GRELLET, Françoise. <i>Developing reading skill</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 1991. HUTCHINSON, T: WALTERS, A. <i>English for Specific Purposes</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 1987 MURPHY, Raymond. <i>Essential Grammar in Use</i> . Cambridge: Cambridge University Press, 2010. NAINGAY, Susan. <i>Making sense of reading</i> . Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993. REID, Joy M. <i>The Process of Composition</i> . New York: Prentice Hall Regents, 2000. SOUZA, Adriana Grade Fiori, ABSY, Conceição A., COSTA, Gisele Cilli, MELLO, Leonilde Favoreto. <i>Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental</i> . São Paulo. Disal, 2005. SWAN, Michael. <i>Practical English Usage</i> . Oxford: Oxford U. P., 1995. TAKAKI, Nara Hiroko. Contribuições de teorias recentes de letramentos críticos para inglês instrumental. <i>Rev. bras. linguist. apl.</i> (online). 2012, vol.12, n.4, pp.971-996. VINCE, M. <i>Macmillan English Grammar in Context</i> . Oxford: Macmillan, 2008.			

Componente Curricular: Leitura e Produção de Textos Acadêmicos			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	Créditos: 5
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Textualidade, com ênfase na compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros textuais/discursivos; Fundamentos teóricos para a leitura e compreensão de gêneros acadêmicos; Organização do texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica; Discurso alheio no texto escrito de natureza técnica, científica e/ou acadêmica; Gêneros técnicos, científicos e/ou acadêmicos: resumo, fichamento, resenha, relatório e artigo científico.			
PCC Reflexão e discussões propositivas para o trabalho com leitura e produção de textos			

acadêmicos desde o Ensino Médio.

Bibliografia:

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: Educ. 1999 Coleção Princípios.

PLATÃO & FIORIN. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo, Ática, 1996.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

MEURER; BONINI; MOTTA- ROTH (Orgs) *Gêneros, teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

Bibliografia complementar:

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 22. Ed. São Paulo: Ática, 2007. V. 1. 432 p.

MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; LOUSADA, E. *Resumo*. 6.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 69 p.

MACHADO, A. R.; ABREU-TARDELLI, L. S.; LOUSADA, E. *Planejar gêneros acadêmicos*. 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 120 p.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: contexto, 2006.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual*. Petrópolis: Vozes, 2010.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. *Prática textual*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Componente Curricular: Filosofia da Educação

CHT: 60h

CHTe: 60h

PCC: não há

CR: 04

Pré-requisitos: não há

Ementa: Formação do pensamento filosófico ocidental: os pré-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles. Educação na perspectiva filosófica clássica. As concepções filosóficas de ser humano. A linguagem e sua relação com a formação – social, política e cultural – humana. As relações entre linguagem, conhecimento e educação. Ética e Filosofia Moral. As concepções clássica e contemporânea da filosofia e suas influências ideológicas para a manutenção do poder. Diversidade étnica.

Bibliografia básica:

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Filosofia da Educação*. São Paulo: FTD, 1994.

Bibliografia complementar:

ABRÃO. Bernadete Siqueira. (org.) *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1990. (Coleção Os Pensadores)

CASTRO, Susana de. (org.). *Introdução à Filosofia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Filosofia: dos pré-socráticos a Santo Agostinho*. São

Paulo: Contexto, 2008.

_____. *O que é pedagogia*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos)

_____. *O que é pedagogia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)

HOURDAKIS, Antoine. *Aristóteles e a educação*. São Paulo: Loyola, 2001.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

MONTAIGNE, Michel de. *A educação das crianças*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NISKIER, Arnaldo. *Filosofia da Educação*. Uma visão crítica. São Paulo: Loyola, 2001.

PLATÃO. *Cartas e Epigramas*. Bauru/SP: Edipro, 2011.

PRÉ-SOCRÁTICOS. *Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores)

PAVIANI, Jayme. *Platão & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Best Seller, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio - ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SÓCRATES. *Vida e obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

Componente Curricular: Introdução aos Estudos Literários			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
EMENTA: Introdução aos estudos teóricos literários. Apreciação de textos fundadores da literatura e da teoria literária. Abordagem sobre os gêneros literários. Teoria do poema lírico clássico, da narrativa épica e do drama antigo. Introdução aos estudos sobre a transição entre as formas literárias clássicas (lírica, drama antigo, épica) e as formas literárias posteriores (poesia, narrativa e drama romântico).			
PCC: Produção de reflexão em seminários ou proposta de atividade a respeito do ensino de literatura no Ensino Básico.			
BIBLIOGRAFIA: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. <i>A Poética Clássica</i> . Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1981. PLATÃO. <i>A República</i> . 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2000. AUERBACH, Erich. <i>Mimesis</i> . A representação da realidade na literatura ocidental. Trad. George Sperber. São Paulo: Perspectiva, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AUBRETON, Robert. <i>Introdução a Homero</i> . São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1968. CULLER, Jonathan. <i>Teoria literária</i> . Uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo, Beca, 1999. DIDEROT, Denis. <i>Discurso sobre a poesia dramática</i> . Trad. Franklin de Mattos. São Paulo: Cosac Naify, 2005. ELIADE, Mircea. <i>Mito e realidade</i> . São Paulo: Perspectiva, 1972. FORSTER, E.M. <i>Aspectos do romance</i> . Porto Alegre: Globo, 1969. FRIEDRICH, Hugo. <i>Estrutura da lírica moderna</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1991. HUGO, Victor. <i>Do grotesco e do sublime</i> : tradução do prefácio de <i>Cromwell</i> . Trad. Célia Berrettinni. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. JAEGER, Werner. <i>Paideia: a formação do homem grego</i> . 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.			

JOLLES, André. *Formas simples*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.
 LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
 LUKÁCS, Georg. *A Teoria do romance*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000.
 STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

2º Período

Componente Curricular: História da Educação			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: História da Educação: da Colônia à Educação contemporânea no Brasil. (a ação educacional dos jesuítas, políticas educacionais pombalinas, a formação da elite no Império, as reformas educacionais na República). O pensamento pedagógico brasileiro. A Escola na Sociedade de Classes. Democracia e Inclusão. Movimentos sociais em direção a universalização da educação. A educação brasileira e a conjuntura nacional e internacional. As opressões e como combatê-las? Patriarcado; Machismo; Feminicídio; Violência contra as mulheres; Povos indígenas; Racismo; LGBTfobia.			
PCC: A Ontologia do ser Docente e as relações estabelecidas com a Escola na sociedade de classes.			
Bibliografia básica: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.			
Bibliografia complementar: GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 3ª ed. SP: Ática, 1995. FELIPPE, Wiliam. As classes sociais no capitalismo. 2ª ed. SP: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008. GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 1992. PEREIRA, Isabel Cristina Auler; PINHO, Maria José de. (orgs.). Perspectivas da formação docente: o programa Parfor em foco. Palmas/TO: Eduft, 2016. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 24. Ed.. RJ: Vozes, 2000. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 16ª ed. SP: Cortez, 1998. SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1984. Cartilha do GTPCEGDS – Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, e das/os LGBT. 2ª ed. ANDES/SN. Brasília. 2017.			

Componente Curricular: Fundamentos Teórico Críticos do Texto Narrativo			
CHT: 60h	CHTe: 60h	PCC: não há	CR: 04
Pré-requisitos: não há			
<p>EMENTA: Estudo da transição entre a épica antiga e as formas narrativas posteriores. Teoria e análise dos gêneros narrativos: conto, novela, romance e crônica. Apreciação de textos fundadores da narrativa e da teoria da narrativa. As correntes críticas da narrativa. Introdução aos aspectos teóricos da narrativa contemporânea.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA: BAKHTIN, Mikhail. <i>Questões de literatura e estética: a teoria do romance</i>. Trad. Aurora Bernardini e outros. São Paulo: Hucitec/Ed. Unesp, 1988. CHKLOVSKI, Victor. A construção da novela e do romance. In: <i>Teoria da Literatura: formalistas russos</i>. Porto Alegre, Globo, 1971. LUKÁCS, Georg. <i>A Teoria do romance</i>. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARTHES, R et al. <i>Análise estrutural da narrativa</i>. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986. BENDER, Flora Christina; LAURITO, Ilka Brunhilde. <i>Crônica: história, teoria e prática</i>. São Paulo: Scipione, 1993. BOURNEUF, R., OUELLET, R. <i>O universo do romance</i>. Trad. J.C.S. Pereira. Coimbra: Almedina, 1976. CANDIDO, Antonio et al. <i>A personagem de ficção</i>. 5.ed. S. Paulo: Perspectiva, 1975. _____. <i>A crônica, o gênero e suas fixações no Brasil</i>. São Paulo: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. COMPAGNON, Antoine. <i>O demônio da teoria. Literatura e senso comum</i>. Trad. Cleonice P. Barreto Mourão e Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2001. ECO, Umberto. <i>Interpretação e superinterpretação</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1993. FORSTER, E. M. <i>Aspectos do romance</i>. Trad. M. H. Martins. Porto Alegre: Globo, 1969. GENETTE, G. <i>Discurso da narrativa</i>. Trad. F. C. Martins. Lisboa: Vega, s.d. LEITE, Lúcia C. Moraes. <i>O foco narrativo</i>. S. Paulo: Ática, 1985. LIMA, Luiz Costa. <i>Teoria da literatura em suas fontes</i>. vls. 1 (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983) e 2 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002). PROPP, Vladimir. <i>Morfologia do conto</i>. Lisboa: Editora Vega, 1978. VANHOOZER, Kevin J. <i>Há um significado neste texto?</i> São Paulo: Vida, 2005.</p>			

Componente Curricular: Sociologia da Educação			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Relações educação e sociedade, educação e sociologia. Compreensão das concepções teóricas da educação no discurso sociológico de autores clássicos e</p>			

contemporâneos: Durkheim, Weber, Marx, Bourdieu e outros. A concepção de sociedade moderna em Marx, Durkheim e Weber. A sociologia da educação e o paradigma do trabalho. A educação como socialização. A educação como alienação/emancipação. A racionalização da educação e a formação do especialista. As contribuições da Sociologia para a compreensão e problematização das relações entre educação, saber e poder. Diversidade étnica e cultural. A posição social e política ocupada por minorias étnicas, de gênero, etc.

PCC: Análise de filmes com ênfase em aspectos educacionais e sociológicos. Atividades de observação nas escolas a fim de perceber: 1) a formação e existência de grupos específicos que compõem a dinâmica das formas de sociabilidade próprias do espaço escolar; 2) a percepção e a organização do tempo no espaço escolar.

Bibliografia básica:

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (Coleção O que você precisa saber sobre)

QUINTANEIRO, Tânia. e outros. *Um Toque de Clássicos*. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

Bibliografia complementar:

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.*

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice. M.(orgs.) *Educação e Sociedade (leituras de Sociologia da educação)*. 9a. Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

COHN, Gabriel (org.). *Weber. Sociologia*. São Paulo: Ática, 2000.)*

DURKHEIM, Emile. *A educação moral*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. *

DURKHEIM. *Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

FIGUEIREDO, Vilma. A Ciência da sociedade. Curso no 25º Encontro Anual ANPOCS. 2001. www.anpocs.org.br.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *A riqueza do tempo perdido*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 1999. Disponível em www.scielo.br. Acessado com 19 de agosto de 2009.

GOMES, Candido Alberto. *A educação em perspectiva sociológica*. São Paulo: EPU, 1994.

IANNI, Octávio (org.). *Marx. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1996.*

LARAIA, Roque de Barros, *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.) *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O capital*. Livro 1. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção

Primeiros Passos)

MAX WEBER. *Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MINER, Horace. *Ritos Corporais entre os Nacirema*. In: ROONEY, A. K; DE VORE, P. L. (Orgs.) *You and Others – Readings in Introductory Anthropology* (Cambridge , Erlich) 1976. Disponível em <http://www.furb.br/2005/arquivos/788660-650601/voce%20tem%20cultura.pdf>.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.) BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.*

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.*

Componente Curricular: Leitura e Introdução à Produção Textual em Língua Inglesa

CHT: 75h

CHTe: 60h

PCC: 15h

CR: 05

Pré-requisitos: não há

Ementa: Aprofundamento da habilidade de leitura e produção de textos em inglês em nível intermediário. Relações entre escrita e oralidade. Análise de gêneros textuais. Estratégias de leitura. Coesão e coerência. Conectores e sequenciadores lógicos e temporais em língua inglesa. Estruturação dos Parágrafos: Tópicos frasais e Argumentos. Escrita de resumos em língua inglesa. Estudo dos aspectos léxico-gramaticais dos gêneros textuais analisados.

PCC: Produção textual em contextos de ensino.

Bibliografia básica:

KELLY, C. & GARGAGLIAN, A. *Writing from within*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

HARTLEY, J. *Academic writing and publishing: a practical guide*. New York: Routledge, 2008.

REID, Joy M. *The Process of Composition*. New York: Prentice Hall Regents, 2000.

Bibliografia complementar:

EASTWOOD, John. *Oxford Practice Grammar*. Oxford: Oxford U. P., 1999.

GRELLET, Françoise. *Developing Reading Skill*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HARMER, J. *How to teach writing*. Essex: Pearson, 2005.

HUTCHINSON, T; WALTERS, A. *English for Specific Purposes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

MOTTA-ROTH, D. (org.). *Redação acadêmica: princípios básicos*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, Imprensa Universitária, 2003.

MURPHY, Raymond. *Intermediate Grammar in Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NAINGAY, Susan. *Making sense of reading*. Surrey: Nelson (University of Malaya), 1993.

SWAN, Michael. *Practical English Usage*. Oxford: Oxford U. P., 1995.

Componente Curricular: Norma Linguística

CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Construção histórica da norma linguística. Definição de uma norma linguística brasileira. Caracterização do português brasileiro contemporâneo. Norma linguística e articulação textual: ortografia oficial, acentuação gráfica, pontuação, concordância e regência nominal, concordância e regência verbal, operadores argumentativos, coesão textual. formação histórica das nações e das línguas nacionais, estratificação e preconceitos sociais, políticas de direitos humanos e de acesso à educação no Brasil.</p>			
<p>PCC: Resenhas, exercícios, seminários e trabalhos de pesquisa voltados ao domínio e à preparação do ensino escolar da norma linguística.</p>			
<p>Bibliografia básica: ABREU, A. S. Curso de redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2004. BAGNO, Marcos. Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2001. ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.</p>			
<p>Bibliografia complementar: AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Unicamp, 1992. BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012. _____ (Org.). Norma linguística. São Paulo: Loyola, 2004. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CASTILHO, Ataliba T. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, Mário A. Gramática Descritiva do Português. São Paulo: Ática, 1996.</p>			

3º Período

Componente Curricular: Literatura Brasileira: Estudos Coloniais			
CHT: 60h	CHTe: 60h	PCC: não há	CR: 04
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Viajantes e cronistas: as imagens e metáforas da colonização. A retórica de Padre Antônio Vieira e as sátiras de Gregório de Matos: a arte barroca e os paradoxos do sistema colonial. A poesia e a subversão da política colonial – os pastores e os inconfidentes. A literatura colonial e as leituras sobre o Brasil. Outras formas de narrar a colônia ou o olhar pós-colonial: mulheres, negros e índios em escritos contemporâneos como os de Ana Miranda, Bernardo Carvalho, Daniel Munduruku, <i>Kaka Werá Jecupé</i>, Marcelino Freire e Milton Hatoum. Diversidade étnico racial e direitos humanos.</p>			
<p>Bibliografia básica: BONNICI, Thomas. <i>O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura</i>. Maringá: Eduem, 2012. BOSI, Alfredo. <i>Dialética da colonização</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. CANDIDO, Antônio. <i>Formação da literatura brasileira – momentos decisivos</i>. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/Edusp, 1997.</p>			
<p>Bibliografia complementar: BOSI, Alfredo. <i>História concisa da literatura brasileira</i>. São Paulo: Cultrix, 1992. CAMPOS, Haroldo. <i>O sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: O caso Gregório de Matos</i>. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1989. CANDIDO, Antonio. “Uma aldeia falsa”. In: _____. <i>Na sala de aula</i>. São Paulo: Ática,</p>			

- 1993.
- CHIAPPINI, Lúgia, BRESCIANI Maria Stella, (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro/Niterói: José Olympio/UFF, 1986.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Tradução Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim. *Leitor e Leitura na ficção colonial*. Ouro Preto: LER-Livraria e Editora Real de Ouro Preto, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- KIENING, Christian. *O sujeito selvagem: pequena poética do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 2014
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.
- MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba: uma história do pré-Brasil*. São Paulo: Manole, 2010.
- NEPOMUCENO, Luís André. *A musa desnuda e o poeta tímido – o petrarquismo na arcádia brasileira*. São Paulo: Annablume; Patos de Minas: UNIPAM, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras 2012.
- RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTIAGO, Silviano. “A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Componente Curricular: Política, Legislação e Organização da Educação Básica			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			

Ementa:

A relação Estado - Sociedade na definição das políticas públicas de educação. Política educacional no Brasil: aspectos sociopolíticos e históricos. Organização dos sistemas de ensino atentos as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais. Política educacional e atenção à diversidade. A Legislação de Ensino Federal, Estadual e Municipal a ver: Constituição Federal, LDB 9394/96, Plano Nacional de Educação, Estrutura e funcionamento da educação básica. Financiamento e gestão. Política de formação e profissionalização dos (as) trabalhadores (as) da educação. Assédio moral.

PCC: Acompanhar as sessões da Câmara Municipal, com vista a compreender como são constituídas as leis da educação, à compreensão do funcionamento do Legislativo Municipal. Visa conhecer as esferas estadual e federal, na impossibilidade de participar presencialmente as mídias apresentadas pelas TVS Câmara e Senado Federal, serão utilizadas como recursos.

Bibliografia básica:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
 _____. Lei nº 9394/96. Fixa diretrizes e bases da educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
 _____. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.
 SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 13.185/2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), 2015.
 _____. Lei Federal 8.069/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
 _____. Lei Federal 13.415/2017. Dispõe sobre a Reforma do Ensino Médio. Brasília, 2017.
 _____. Projeto de Lei nº 867/2015 da Câmara dos Deputados Federal, que dispõe sobre a Escola sem Partido. Brasília, 2015.
 _____. Projeto de reforma da Lei nº 8.112/1990, sobre Assédio Moral. Projeto de Lei Federal nº 4591/2001.
 SHIROMA, Eneide Oto (Org.). Política Educacional, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Componente Curricular: Estudos de Poesia Portuguesa**CHT: 75h****CHTe: 60h****PCC: 15h****CR: 05****Pré-requisitos:** não há

Ementa: Estudos de identidade cultural e alteridades na poesia portuguesa; Lírica, sociedade e colonização; Sociedade e subjetividade na poesia moderna e contemporânea portuguesa. Diversidade e direitos humanos

PCC: Pesquisas bibliográficas; leituras; análise de textos, pinturas, músicas e filmes; seminários

Bibliografia básica:

ABDALA JÚNIOR, Benjamin e PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História Social da Literatura Portuguesa*. 4 ed. São Paulo, Ática, 1994.
 MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa em perspectiva*. São Paulo, Atlas, 1992.
 SARAIVA, Antônio José e Lopes, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17 ed. Porto, Porto Editora, 1996.

Bibliografia complementar:

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Camões: épica e lírica*. São Paulo, Scipione, 1993.
- ADORNO, Theodor. *Notas sobre Literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, s.d.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- _____. *Homo sacer; o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Bueno. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Ediouro, 1998.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos camonianos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- CORREIA, Natália. (org.) *Cantares dos trovadores galego-portugueses*. Lisboa: Estamba, 1978.
- FRANCHETTI, Paulo. *Nostalgia, exílio e melancolia: leituras de Camilo Pessanha*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*. Trad. Marise M. Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- GUIMARÃES, Fernando. *A Poesia Contemporânea Portuguesa e o Fim da Modernidade*. Lisboa: Caminho, 1989.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Thomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da saudade*. 4 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- _____. *Sentido e forma da poesia neo-realista*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1983
- _____. *Poesia e metafísica*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- MONGELLI, Lênia Márcia. *Fremosos cantares; antologia da lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: Martins fontes, 2009.
- PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo às vanguardas*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *O arco e a lira*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- REIS, Carlos; DIAS, Aida Fernanda e PIRES, Maria da Natividade. *História Crítica da Literatura Portuguesa*. V.1 . Lisboa: Verbo, [s.d.].
- SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- _____. *Estudo sobre a arte d'os Lusíadas*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- SPINA, Segismundo. *A lírica Trovadoresca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1972.

Componente Curricular: Fundamentos Teórico Críticos do Texto Poético			
CHT: 60h	CHTe: 60h	PCC: não há	CR: 04
Pré-requisitos: não há			
EMENTA: Estudo da transição entre as formas de composição da lírica antiga (Ode, Écloga, Idílio, Elegia, Hino) e as formas poéticas posteriores. Teoria e análise do gênero lírico. Apreciação teórica e crítica de poemas diversos. As correntes críticas da poesia. Introdução aos aspectos teórico-críticos da poesia moderna e da poesia contemporânea.			
BIBLIOGRAFIA: FRIEDRICH, Hugo. <i>Estrutura da lírica moderna</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1991. STAIGER, Emil. <i>Conceitos fundamentais da poética</i> . Trad. Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. STALLONI, Yves. <i>Os gêneros literários</i> . Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BERARDINELLI, Antonio. <i>Da poesia à prosa</i> . São Paulo: Cosac Naify, 2007. BOSI, Alfredo. <i>Leitura de Poesia</i> . São Paulo, Ática, 1996. CANDIDO, Antonio. <i>O estudo analítico do poema</i> . São Paulo, Humanitas, 1996. ECO, Umberto. Análise de linguagem poética. In: _____. <i>Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas</i> . São Paulo, Perspectiva, 1968. p. 67-92. FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. Trad. Sonia. Moreira. <i>Palavra – Revista do Departamento de Letras da PUC-Rio</i> , n. 1, p. 156-165, 1993. GOLDSTEIN, N. <i>Versos, sons, ritmos</i> . São Paulo: Ática, 1989. MORICONI, Ítalo. <i>Como e por que ler poesia contemporânea</i> . São Paulo: Objetiva, 2003. PAZ, Octavio. <i>Signos em Rotação</i> . Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1990. _____. <i>O arco e a lira</i> . Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. _____. <i>Os filhos do barro</i> . Do romantismo às vanguardas. São Paulo: Cosac Naify, 2007. POUND, Ezra. <i>A arte da poesia</i> . São Paulo: Cultrix, 1995. _____. <i>ABC da Literatura</i> . São Paulo, Cultrix, 1970. TYNIANOV, Iuri. <i>O problema da linguagem poética I</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.			

Componente Curricular: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa			
CHT: 60h	CHTe: 60h	CH prática: não há	PCC: não há
CR: 04		Pré-requisitos: não há	
Ementa: Fonologia, Fonêmica e Fonética: caracterização. Conceito de fonema e fone. Fisiologia do aparelho fonador e produção dos sons. Sistema consonantal e vocálico do português brasileiro: caracterização fonética e fonológica. Conceitos fonológicos de base estruturalista. Processos fonológicos. A sílaba no português brasileiro. IPA (International Phonetic Alphabet): transcrição fonológica e transcrição fonética. Relações grafo-fonológicas. Fonética e Fonologia e interface com o ensino de línguas. Variação fonológica e preconceito linguístico.			
Bibliografia básica:			

BISOL, L. (org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. Porto Alegre, EDIPCRS.1996.

ENGELBERT, Ana Paula P. F. **Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa**. Curitiba:Ibpx, 2011.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo, Contexto, 1999.

Bibliografia complementar:

AGUILERA, V. A. (org.) **Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos**.

Londrina: Ed. da UEL, 1999.

BAGNO, M. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 1997

BISOL, Leda / BRESCANCINI, Claudia R.. **Fonologia e Variação**. EDIPUCRS - PUCRS, 2002.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão.1977.

CASTILHO, A. T. **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. Campinas-SP: Pontes, 2007.

CHAGAS, Paulo S.; SANTOS, Raquel S. **Fonética** in FIORIN, J.L.(org.) *Introdução à Linguística II. Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Fonologia**. in FIORIN, J.L.(org.) *Introdução à Linguística II. Princípios de Análise*. São Paulo: Contexto, 2005.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Zahar.

COUTINHO, Ismael L. **Metaplasmos** in *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974.

FONTAINE, Jacqueline. **O Círculo Linguístico de Praga**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **A Estilística do Som** in *Introdução à Estilística*. São Paulo: Queroz, 1997.

MASIP, Vicente. **Fonologia, Fonética e Ortografia Portuguesas**. São Paulo: E.P.U.,2014

MATTOS E SILVA, Rosa V. **O Português Arcaico: Fonologia**. São Paulo: Contexto,1996

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Goiânia:Vozes, 2000

SILVA, Thaís Cristófar. **Dicionário de Fonética e Fonologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Exercícios de Fonética e Fonologia**. São Paulo: Contexto,2010

SILVEIRA, Regina Célia P. **Uma pronúncia do Português Brasileiro**. São Paulo:Cortez, 2008.

TRUBETZKOY, N. S. **A fonologia atual**. Trad. R. A. FIGUEIRA. In:DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos de linguística. Fonologia e sintaxe*. V. 2. Campinas:Unicamp, 1981, p.p. 15-35.

4º Período

Componente Curricular: Morfologia do Português

CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Delimitação do Objeto de Estudo: O que é Morfologia; Palavra e Vocábulo; Formas Livres, Formas Presas e Formas Dependentes; Forma, Função, Significado e Classe; Conceitos Básicos de Morfologia e Princípios Teóricos: Morfema, Morfe e Alomorfe; Classificação dos Morfemas; Análise Mórfica – Princípios Básicos e Auxiliares; Mudança Morfofonêmica; As características morfológicas do português brasileiro contemporâneo; Classificação de palavras: Da tradição gramatical às modernas propostas de classificação.			
PCC: Observação e análise, à luz da concepção de linguagem como processo de interação, de livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados em escolas públicas e/ou particulares, com o objetivo de compreender as concepções de linguagem que permeiam o ensino das classes gramaticais no referido material, bem como suas implicações.			
Bibliografia: BASÍLIO, Margarida. Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil. São Paulo: Contexto. 2006. CAMARA JR, J. Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 42. ^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009; ROSA, Maria Carlota. Introdução à Morfologia. 6.ed., São Paulo: Contexto: 2015.			
Bibliografia complementar: BASÍLIO, Margarida. Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil. São Paulo: Contexto. 2006. SÂNDALO, F. Morfologia. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). <i>Introdução à Linguística I</i> . São Paulo: Contexto, 2010. P. 181-206. LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. <i>Manual de morfologia do português</i> . Campinas: Pontes, 2003. ILARI, Rodolfo. Introdução ao Léxico . São Paulo: Contexto, 2002. GONÇALVES, Carlos Alexandre. <i>Flexão & derivação em português</i> . Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.			

Componente Curricular: Crítica e Sociedade na Narrativa Portuguesa			
CHT: 60h	CHTe: 60h	PCC: não há	CR: 04
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Modernidade, idealismo e crítica na narrativa portuguesa do século XIX; Ditadura, resistência e contemporaneidade no romance português; Diversidade e direitos humanos.			
Bibliografia básica: ABDALLA JÚNIOR, Benjamin. <i>De vãos e ilhas</i> . São Paulo: Atelié Editorial, 2003. SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade</i> . São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997. SARAIVA, Antônio José e Lopes, Oscar. <i>História da literatura portuguesa</i> . 17 ed. Porto: Porto Editora, 1996.			
Bibliografia complementar:			

ABDALA JR., Benjamim e Paschaolin, Maria Aparecida. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982.

ABDALA Jr, Benjamin. *A Escrita Neo-Realista: análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1981

AGAMBEM, Giorgio. *O que é o contemporâneo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *Homo sacer; o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Bueno. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BUENO, Aparecida de Fátima. *Literatura Portuguesa: História, memória e perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2007.

CARVALHAL, Tania Franco e TUTIKIAN, Jane. *Literatura e História; Três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

COELHO, Nelly Novaes. *Escritores portugueses do século XX*. Lisboa: Imprensa Nacional Cada da Moeda, 2007.

COSTA, José Horácio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.

CERDEIRA, Teresa Cristina. *A mão que escreve; ensaios de Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

FERNANDES, Annie Gisele e SILVEIRA, Francisco Maciel.(orgs.) *A Literatura Portuguesa; visões e revisões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. *A ficcionalização da História; mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2011.

GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante – ensaios sobre o romance português contemporâneo*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós – modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo; história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Portugal como destino*. Lisboa: Gradiva, 2012.

LYOTARD, Jean François. *A condição Pós-moderna*. Trad.. Ricardo Correia Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *Literatura e revolução*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MACHADO, A. M. e PAGEAUX, D. H. *Literatura portuguesa, literatura comparada e teoria literária*. Lisboa: Edições 70, 1981.

MOISÉS, Massaud. *Literatura portuguesa*. São Paulo, Cultrix, 1973.

DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado: o foco narrativo em Virgílio Ferreira*. São Paulo: Ática, 1978.

RANCIERE, Jacques. *A partilha do sensível*. Trad. Monica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental, Editora 34, 2005.

ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto: ensaios*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da (org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

Componente Curricular: Literatura Brasileira e Identidade Nacional			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			

Ementa: Discutir a literatura brasileira a partir da crítica sobre identidade, ideal, consciência de nação e formação do cânone literário nacional do século XIX como um contínuo devir. Os poetas do romantismo: língua, povo, sociedade e cultura. O romance urbano e a construção de um ethos nacional das estéticas Romântica, Realista e Naturalista. A poesia do final do século XIX. Direitos humanos e diversidade étnica.

PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Médio, discutindo as temáticas presentes nas obras escolhidas.

Bibliografia básica:

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, .
COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp, 2002.

Bibliografia complementar:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé
BOSI, Alfredo. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
_____. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
_____. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.
CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2011.
CÂNDIDO, Antônio & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. I. Das origens ao Realismo. São Paulo: DIFEL, 1985.
CHIAPINI, Lígia, BRESCIANI Maria Stella, (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
GRAÇA, Antônio Paula. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 1998.
SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Duas cidades; ed. 34, 2000.
_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas cidades; ed. 34, 2000.
SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
MOISÉS, Massau. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 5. V. , 1983 a 1989..

Componente Curricular: Didática

CHT: 75h

CHTe: 60h

PCC: 15h

CR: 05

Pré-requisitos: Filosofia da Educação; Sociologia da Educação; História da Educação; Política, Legislação e Organização da Educação Básica

Ementa:

Pressupostos históricos e filosóficos da Didática. Prática pedagógica escolar enquanto prática social específica. A gestão e cultura organizacional da escola. Sujeitos do processo educativo (educador e educando). As relações e inter-relações escolares. Concepção de ensino e aprendizagem nas diferentes teorias pedagógicas (Tradicional, Escolanova,

Tecnicista, críticas e tendências atuais). O processo do planejamento educacional (tipos de planejamento, componentes básicos e a estruturação didática da aula). A formação do professor, a construção da sua identidade profissional e a práxis pedagógica. Projeto Político Pedagógico da Escola. O docente, a sala de aula e o Assédio Moral.

PCC: O Projeto Político Pedagógico da Escola e a Sala de Aula.

Bibliografia básica:

CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) Didática: o ensino e suas relações. 11ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

Bibliografia complementar:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

LUCKESI Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

VEIGA, Ilma P. O Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____, Ilma Passos Alencastro. (org.). Técnicas de Ensino Por Que Não? 12ª ed. Campinas, SP, Papyrus, 2001.

Componente Curricular: Língua Latina e Elementos Filológicos de Base Românica

CHT: 60h

CHTe: 60h

PCC: não há

CR: 04

Pré-requisitos: não há

Ementa:

Estudo das estruturas básicas da língua latina e análise de sua relevância para o entendimento da língua portuguesa. A morfologia latina: gênero, número e caso. Verbos auxiliares. Verbos regulares. Sintaxe latina: a frase e seus elementos constituintes; contribuição do latim para o vocabulário e para a sintaxe do português. Origem e formação das línguas Românicas: substrato/superstrato/adstrato. A origem e evolução da língua portuguesa – o português arcaico; a formação da ortografia portuguesa; fontes do léxico português; aspectos de fonologia histórica e os metaplasmos.

Bibliografia:

BASSETO, Bruno Fregni. Elementos de Filologia Românica. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. rev., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, c.1976.

GALVÃO, José Raimundo. *Filologia Românica*. Universidade Federal do Sergipe, 2009.
RONAI, Paulo. *Gradus Primus: curso básico de latim*. São Paulo: Cultrix, [s/d].

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.
BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica 2*. São Paulo: Edusp, 2011.
ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1979.
FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e Literatura Latina e suas derivações portuguesas*. Petrópolis: Vozes, 2006.
GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do Latim*. Editora da UnB, Brasília, 2008.
SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.
SILVEIRA BUENO, F. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
WILLIAMS, B. Edwin. *Do Latim ao Português*. Trad. Antônio Houaiss. Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA., 1961.

5º Período

Componente Curricular: Literatura Infantojuvenil			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: A especificidade da literatura infantil. Relação entre texto e ilustração. A narrativa infantil e juvenil moderna e contemporânea, a memória e o presente. Poesia e infância. O clássico em adaptação- relação entre a literatura e o cinema. Identidade, etnia, afetividade e lugar de fala na infância e na adolescência.			
PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Fundamental II			
Bibliografia básica: PERROTI, Edmir. <i>A crise do discurso utilitário: contribuição para o estudo da literatura brasileira para crianças e jovens</i> . São Paulo, 1985. Dissertação de Mestrado, USP COELHO, Nelly Novaes. <i>Literatura infantil: teoria, análise, didática</i> . 1ed., São Paulo: Moderna, 2000. ZILBERMAN, Regina. <i>Como e por que ler a literatura infantil brasileira</i> . Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.			
Bibliografia complementar ARROYO, Leonardo. <i>Literatura infantil brasileira: ensaios preliminares para sua história e suas fontes</i> . São Paulo, Melhoramentos, 1968. BORDINI, Maria da Glória. <i>Poesia Infantil</i> . São Paulo, Ática, 1986 COELHO, Nelly Novaes. <i>Literatura infantil: teoria, análise, didática</i> . São Paulo,			

Moderna, 2000.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura infantil: teoria e prática*. 18 ed., São Paulo: Ática, 2003.

FARIA, Maria Alice. *Como usar a literatura infantil na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHENS, Maria Lucia. *Ruptura e subversão na literatura para crianças*. São Paulo: Global Editora, 2009.

PALO, Maria José & OLIVEIRA, Maria Rosa D. *Literatura Infantil: voz de criança*. São Paulo, Ática, 1986

PERROTI, Edmir. *Confinamento cultural, Infância e Leitura*. São Paulo: Ed. Summus, 1990. _____. *O leitor na cultura: a promoção da leitura infantil e juvenil no Brasil*. Tese de Doutorado. (USP, 1990).

PONDÉ, Glória. *Glória Maria Fialho. Personagem e leitor: a identidade da criança na literatura infantil*. Rio de Janeiro, 1986. Tese de Doutorado em Letras, UFRJ.

ROSEMBERG, Fulvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

YUNES, Eliana & PONDÉ, Glória. *Leitura e leituras da literatura infantil*. São Paulo: FTD, 1988

ZILBERMANN, Regina & LAJOLO, Marisa. *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos*. 4 ed., São Paulo: Global, 1993 (Global Universitária. Série crítica e teoria literária).

Componente Curricular: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15 h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: A Linguística Aplicada como área de investigação científica. Teorias de Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem de língua materna, na formação dos profissionais de Letras.			
PCC: Elaboração e aplicação (em escola pública ou privada) de uma proposta didática para o ensino de leitura e/ou da escrita à luz da concepção de Linguagem como Interação. O objetivo da referida atividade é possibilitar que os acadêmicos reflitam sobre a formação do leitor crítico e reflexivo frente às demandas sociais.			
Bibliografia básica: KLEIMAN, Ângela. A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001. KLEIMAN, Ângela B. & CAVALCANTI, Marilda C. (orgs.). Linguística Aplicada: suas faces e interfaces . Campinas, SP: Mercado de Letras. 2007. ALMEIDA FILHO, J. C. P. <i>Linguística Aplicada, aplicação de Linguística e ensino de línguas</i> . Seminário Integrado de Ensino de Línguas e Literatura. Anais... Porto Alegre: Yázigi, 1987.			
Bibliografia complementar: BAGNO (org.) <i>Linguística da norma</i> . São Paulo: Loyola, 2002. p.155-177 BAKHTIN, M.M. <i>Os gêneros do discurso</i> . In <i>Estética da criação verbal</i> . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. BAKHTIN, M. <i>Marxismo e filosofia da linguagem</i> . 4. Ed. São Paulo, Hucitec, 1988. BRASIL, M.E.C. <i>Base Nacional Comum Curricular</i> . Brasília, 2017.			

BRASIL. S. E. F. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

CAVALCANTI. M. C. A propósito de Linguística Aplicada. *Trabalhos em linguística Aplicada*, Campinas, 7: 5-12, 1986.

CELANI. M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? In: PASCHOAL, M. S. Z. ; CELANI M. A. A. (orgs.) *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: Educ. 1992, p. 15-23.

DIONÍSIO, A. P. *et all. Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

GARCEZ, L. A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto. Brasília: UNB. 1998.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

GERALDI, J. W (org.) *O Texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2002.

KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de letras, 1995.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festchrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de Linguística Aplicada*. Mercado das Letras, Campinas, 1996.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1996.

ROJO, R. (org.) *Alfabetização e Letramento: perspectivas linguísticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

Componente Curricular: Psicologia da Educação I			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: A influência das correntes inatistas, empiristas e interacionistas na constituição da Psicologia da Educação. O Comportamentalismo, a psicologia genética de Jean Piaget, a psicologia sócio-histórica de L. S. Vygotsky, a Psicologia cognitiva: contribuições para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. A construção do conceito de inteligência. A formação do sujeito integral na Educação Básica, em especial, na adolescência.			
PCC: Pesquisa-ação sobre a influência das concepções de Psicologia da Educação nas crenças dos alunos do primeiro período sobre ensino-aprendizagem.			
Bibliografia básica: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i> . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. PIAGET, J. <i>Seis estudos em Psicologia</i> . Trad. M. A. M. D'Amorim e P.S.L. Silva. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Trabalho original publicado em 1964. VYGOTSKY, L. S. <i>Pensamento e Linguagem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2005. Trabalho original publicado em 1934.			
Bibliografia complementar:			

CALLIGARIS, C. A Adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000. – (Folha Explica)
 CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
 MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. G. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.
 COLL, E. et. al. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.
 WOOLFOLK, A. E. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Componente Curricular: Sintaxe: Princípios e Fundamentos de Análise			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15 h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Sintaxe: conceito, objeto, método. Formação histórica das categorias e dos processos linguísticos trabalhados na Sintaxe: a Sintaxe na tradição gramatical. As perspectivas atuais do estudo da Sintaxe: as abordagens formalista e funcionalista. As unidades constitutivas da Sintaxe e sua estruturação na língua portuguesa. Processos sintáticos e sua produtividade na língua portuguesa: subordinação e coordenação. Sintaxe, Semântica e articulação textual: ambiguidade, transformações, funções argumentativas e pontuação do período. Características sintáticas do português brasileiro contemporâneo.</p>			
<p>PCC: Observação e análise, à luz da concepção de linguagem como processo de interação, de livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados em escolas públicas e/ou particulares, com o objetivo de compreender as concepções de linguagem que permeiam o ensino das classes gramaticais no referido material, bem como suas implicações.</p>			
<p>Bibliografia básica: AZEREDO, J. C. Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. BERLINCK, R.A; AUGUSTO, M.R.A.; SCHER, A.P. “Sintaxe”. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2004. p. 207-244. KOCH, INGEDORE V.;SOUZA E SILVA, M. Cecília P. de. Linguística aplicada ao Português: sintaxe. São Paulo: Cortez, 1998.</p>			
<p>Bibliografia complementar: AZEREDO, José C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2008. _____ Fundamentos de Gramática do Português. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2012. BECHARA, E. Lições de português pela análise sintática. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2010. _____ Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.</p>			

CARONE, Flavia de Barros. **Subordinação e coordenação**. São Paulo: Ática, 1993.

CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Novos Horizontes nos Estudos da Linguagem e da Mente**. São Paulo: UNESP, 2005.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, C. **Uma história das ideias linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.

GOMES, José M.B. **Teoria dos constituintes imediatos**. João Pessoa: EDU/UFPB, 1981.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português**. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Elisa. **Sintaxe e Coesão no Texto** in *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*, André Valente (org.). Petrópolis: Vozes, 1999.

HENRIQUE, Cláudio C. **Sintaxe portuguesa para a linguagem culta**. São Paulo: Oficina do Autor, 2003.

ILARI, Rodolfo. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-Ação Pela Linguagem**. 10ª ed., São Paulo: Contexto, 2007.

LEMLE, Miriam. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1989.

LOBATO, Lúcia M. P. **Sintaxe gerativa do português**. Campinas: Unicamp, 1986.

NEGRÃO, Esmeralda V., SCHER, Ana P., VIOTTI, Evani C. **Sintaxe: explorando a estrutura da sentença** in *Introdução à Linguística, V.II*, José Luiz Fiorin (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional**. São Paulo: UNESP, 2001.

OLIVEIRA, Marcia Santos Duarte de. **Análise Sintática do Português Falado no Brasil**- Volume 1. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Márcia Angélica. **Aprenda Análise Sintática**. São Paulo: Saraiva, 1996.

6º Período

Componente Curricular: Estudos de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: O império colonial português: imaginário e poder nas relações da metrópole e colônia; A luta anticolonial e a literatura; Pós-independência e nacionalismos; pós-colonialismos e literaturas africanas contemporâneas. Diversidade e direitos humanos.			
PCC: Pesquisas bibliográficas; leituras; análise de textos, pinturas, músicas e filmes; seminários			
Bibliografia básica:			
ABDALA JÚNIOR, Benjamin e PASCHOALIN, Maria Aparecida. <i>História Social da</i>			

Literatura Portuguesa. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994.
 ABDALLA JÚNIOR, Benjamin. *De vôos e ilhas*. São Paulo: Atelié Editorial, 2003.
 SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997.

Bibliografia complementar:

ABDALA JR., Benjamin. *Literatura, História e Política*. São Paulo: Ática, 1988.
 ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
 BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
 BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a Literatura; estratégias de leitura*. Maringá Eduem, 2012.
 CHAVES, Rita e MACÊDO, Tania. (orgs.) *Marcas da diferença; as literaturas africanas de Língua Portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.
 CRISTOVÃO, Fernando, Maria de Lurdes Ferraz e Alberto de Carvalho. *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1997.
 FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968
 FERREIRA, Manuel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Vol. I e II, 1986.
 FONSECA, Maria Nazareth Soares. *Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.
 FONSECA, Maria Nazareth Soares e CURY, Maria Zilda Ferreira. *África; dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
 HAMILTON, Russel G. *Literatura africana: literatura necessária . Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
 HONWANA, Alcina Manuel. *Espíritos vivos, tradições modernas*. Maputo: Promedia, 2002.
 LARANJEIRA, Pires. *Ensaio Afro-literários*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.
 LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2003
 _____. *Oralidades e escritas pós-coloniais; estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
 MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
 MATA, Inocência. *Literatura Angolana: Silêncios e Falas de Uma Voz Inquieta*. Lisboa: Mara Além, 2001.
 MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: LEÃO, Ângela Vaz. (org.). *Contatos e ressonâncias: Literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Pucminas, 2003. p 44 -72
 PADILHA, Laura. *Entre voz e letra; o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói, EDUFF, Palas, 2007.
 SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Componente Curricular: Literatura Brasileira: Moderna e Contemporânea			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			

Ementa: Discutir a literatura brasileira moderna e contemporânea, privilegiando autores e as obras representativas do século XX, observando as mudanças ocorridas na sociedade desse período. Serão analisadas as rupturas estéticas em relação à tradição e sua intencionalidade ideológica, contemplando reflexões sobre a identidade nacional e as questões político-econômicas no processo de modernização do país nos espaços urbanos e rurais. Articulando o moderno ao contemporâneo, a partir de obras produzidas nas últimas décadas do século XX, serão observadas a pluralidade de tendências e a diversidade de autores; os processos de construções e desconstruções identitárias na ficção contemporânea refletindo sobre os aspectos culturais de classe, gênero, étnico, raça e nacionalidade.

PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Médio, discutindo as temáticas presentes nas obras escolhidas; observando as estratégias ficcionais e a presença de rupturas estéticas e reflexões ideológicas existentes na Literatura Brasileira Moderna e a Contemporânea.

Bibliografia básica:

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
 SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas das Letras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
 LIMA, Luiz Costa. *Lira e Antilira: Mário, Drummond e Cabral*. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
 SCHØLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia complementar:

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
 ARRIGUCCI, JR, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
 BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010.
 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Editora da Uerj, 2012.
 HUETCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1991.
 HOLLANDA, Heloísa Buarque. (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
 PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. 3ed., São Paulo: Perspectiva, 2003
 RONCARI, Luiz. *O Cão do sertão: Literatura e engajamento: ensaios sobre João Guimarães Rosa, machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Componente Curricular: Semântica			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Fundamentos do significado e da produção de sentidos. Relações semânticas a			

partir da abordagem referencial, da abordagem mentalista e dos papéis temáticos.

PCC: Investigação analítica de textos circulantes no ambiente escolar: livros, cartazes, exercícios etc., a partir dos instrumentos ofertados pelas teorias semânticas. O ambiente no qual se dará a prática de aplicação das noções estudadas em Semântica é onde os discentes realizam seus estágios supervisionados, ou seja, os acadêmicos dispensarão aos materiais encontrados na escola um tratamento semântico, conforme as orientações do professor responsável pela disciplina. As informações e demais dados obtidos nesta prática serão compartilhadas tanto em sala de aula quanto em rodas de conversa, com os objetivos de fortalecer a relação interdisciplinar; de aplicar a teoria no cotidiano no qual os alunos estão integrados e para o qual o curso se volta e, por fim, consolidar os conhecimentos adquiridos na disciplina de Semântica.

Bibliografia Básica:

CANÇADO, M. *Manual de Semântica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ILARI, R.; GERALDI, W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

Bibliografia complementar:

ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, R. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

MULLER, A. L.; VIOTTI, E. Semântica formal. In: FIORIN, J.L. (ORG.). *Introdução à linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. Pontes, 2012.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. Semântica lexical. In: FIORIN, J.L. (ORG.). *Introdução à linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. Pontes, 2012.

7º Período

Componente Curricular: Análise do Discurso

CHT: 75h

CHTe: 60h

PCC: 15h

CR: 05

Pré-requisitos: não há

Ementa: Fundamentos teórico-práticos da Análise do Discurso na perspectiva de linha francesa. Análises a partir de gêneros/tipologias discursivas e demais mecanismos analíticos inerentes à constituição da teoria do discurso.

PCC: Observação e exame, à luz da Análise do Discurso, de textos multimodais circulantes no ambiente escolar: livros, filmes, exercícios etc. O ambiente para esse emprego estende-se ao universo no qual os discentes realizam seus estágios supervisionados, visando pesquisar as redes discursivas presentes na escolarização dos cidadãos e, conseqüentemente, permitir aos educandos desta disciplina lhes antever suas implicações para que, assim, suas respectivas atividades docentes tenham a real eficácia pretendida por um ensino efetivamente crítico cujo impacto possa ser sentido no interior do meio social.

Bibliografia básica:

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. *A linguagem e seu funcionamento*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª

ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997

Bibliografia complementar:

AMOSSY, R. (Org.) *Imagem de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 7ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Corrêa, Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2º ed. Trad. Fabiana Komesu et. al. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GUIMARÃES, E. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Contexto, 2009.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez, 1996.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, S. *Mal comportadas línguas*. 2ª ed. Curitiba: Criar, 2002.

SOARES, T. B. *Discursos do sucesso: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

Componente Curricular: Fundamentos da Educação Inclusiva

CHT: 75h

CHTe: 60h

PCC: 15h

CR: 05

Pré-requisitos: não há

Ementa: Análise histórica da Educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Organização administrativa e pedagógica das escolas de ensino básico. A educação inclusiva para: deficientes visuais, auditivos, intelectuais, físicos e múltiplos; para pessoas com síndrome de Down e outras síndromes; para pessoas com altas habilidades e superdotados; e para pessoas com transtornos globais de desenvolvimento. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

PCC: Na escola a educação inclusiva para: deficientes visuais, auditivos, intelectuais, físicos e múltiplos; para pessoas com síndrome de Down e outras síndromes; para pessoas com altas habilidades e superdotados; e para pessoas com transtornos globais de desenvolvimento.

Bibliografia básica:

MANTOAN Maria Tereza E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.
 REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação**. Campinas-SP: Papyrus, 2005.

Bibliografia complementar:

BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ilda Mara (orgs). **Um olhar sobre a diferença**. Campinas SP: Papyrus, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CRUICKSHANK, Willian M. **A Educação da Criança e do Jovem Excepcional**. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

DROVET, Ruth Caribé da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1990.

SASSAKI, R. K. **Inclusão - Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

Componente Curricular: Sociodialetoлогия			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Língua e sociedade. Conceito de norma linguística. Características da variação e da mudança linguística do português brasileiro: aspectos históricos e sociais. Variedades regionais e socioletais. Língua e dialeto: conceitos, divisão dialetal do Brasil. Geolinguística monodimensional e pluridimensional. Atlas linguísticos brasileiros. Áreas dialetais do Brasil. Pressupostos metodológicos da pesquisa sociodialetal. Prática pedagógica: variação linguística e ensino.			
PCC: Análise dos conteúdos voltados à variação linguística presente nos livros didáticos das escolas públicas. -Coleta de dados dialetais junto à comunidade de fala, com o intuito de se conhecer variantes de natureza fonético-fonológica, semântico-lexical e morfossintática; -Análise desse material com o intuito de se propor conteúdos didáticos voltados ao alunado tocantinense e à norma local.			
Bibliografia: BRANDÃO, Silvia Figueiredo. <i>A geografia linguística no Brasil</i> . São Paulo, Ática, 1991. Coleção Princípios. CALVET, Louis-Jean. <i>Sociolinguística: Uma introdução crítica</i> . São Paulo: Parábola, 2007. MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luíza. <i>Introdução à sociolinguística: o</i>			

tratamento da variação. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2013.

Bibliografia complementar:

AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.) *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. 1. ed. Londrina: EDUEL, 1998.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.) *A geolinguística no Brasil: trilhas seguídas, caminhos a percorrer* (Org.) Londrina: Eduel, 2013.

ALTENHOFEN, C.V. Áreas linguísticas do português falado no Sul do Brasil: um balanço das fotografias linguísticas do ALERS. In: P. Vandresen (Org.) *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BELINE, Ronald. A variação linguística In: J.L. Fiorin (org.) *Introdução à linguística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002. p.121-140.

BORTONI-RICARDO. Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CAMACHO, R.G. Sociolinguística. Parte II. In: F. Mussalim & A . C. Bentes (orgs.). *Introdução à linguística: 1. Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p.49-75.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: Tradição e Modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CASTILHO. Ataliba T. de. O Português do Brasil. In: ILARI. Rodolfo. *Linguística Românica*. 3a. São Paulo. Ática. 2000. pp.237-69.

ISQUERDO, Aparecida Negri (Org). *Estudos Geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil-Portugal*. Campo Grande: UFMS: 2008.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

MARGOTTI, Felício W. A perspectiva da geolinguística pluridimensional. *Cadernos do IL*. Porto Alegre: Instituto de letras/UFRGS, n. 26-27, p.67-74, 2003.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. “*O português são dois...*”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PRETTI, Dino. *Sociolinguística*. São Paulo, Contexto, 1995.

RONCARATI, C. & ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo, Ática, 1985.

Componente Curricular: Psicologia da Educação II			
CHT: 60h	CHTe: 60h	PCC: não há	CR: 04
Pré-requisitos: não há			

<p>Ementa: Processos psicológicos de constituição subjetiva: Psicanálise e Humanismo. As vicissitudes da Pós-modernidade na constituição humana: novas configurações sociais, familiares e sintomáticas. O posicionamento do professor frente à sua escolha profissional e à ação pedagógica. A formação do sujeito integral na Educação Básica, em especial, na adolescência. A inserção de competências socioemocionais nos currículos.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>DESSEN, M. A.; JÚNIOR, A. L. C. A ciência do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação, prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>PAPALIA, Diane E, OLD, Sally, W. Desenvolvimento Humano. 7ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.</p> <p>KOLLER, S. H. (Org.) Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.</p> <p>MARTÍNEZ. A. M.; REY, F. G. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>NASIO, J.D. Os sete conceitos cruciais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.</p> <p>SALOM, E.; MORENO, J. M.; BLÁZQUEZ, M. Desenvolvimento da conduta pró-social por meio da educação emocional em adolescentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.</p>

8º Período

Componente Curricular: Literaturas das Identidades Periféricas			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: Discussão sobre a subalternidade, precariado e Literatura Marginal e/ou da periferia. A identidade das minorias e o processo de exclusão e silenciamento histórico no espaço literário. Cânone e literatura de minorias: A escritura negra, feminina e homoafetiva. O espaçamento geográfico como fator de exclusão: a literatura periférica. Literatura e representação social. Diversidade étnica, sócio-cultural e direitos humanos.</p> <p>PCC: Elaboração de sequências didáticas para aplicação de oficinas no ensino fundamental maior e ensino médio, contemplando discussões de textos literários sobre a diversidade étnica, sócio-cultural e direitos humanos</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>DALCASTAGNÈ. Regina. <i>Literatura brasileira contemporânea: um território contestado</i>. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Editora da Uerj, 2012.</p> <p>SPIVAK, Gayatri Chakravorty. <i>Pode o subalterno falar?</i> Tradução de Sandra Regina</p>			

Goulart Almeida. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
 PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária*. São Paulo: 7 Letras, 2016.

Bibliografia complementar:

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002
 LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
 MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
 NAVARRO, Márcia Hoppe. (org.) *Rompendo o silêncio: gênero e raça na literatura da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
 RAMALHO, Christina (org). *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
 SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
 SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-200)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.
 SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

5.9.2 Núcleo II

6º Período

Componente Curricular: Seminários de Pesquisa I			
CHT: 75h	CHTe: 60h	CHPrática: 15h	PCC: não há
CR: 05		Pré-requisitos: não há	
Ementa:			
<p>Procedimentos básicos necessários à elaboração de trabalhos científicos e acadêmicos. Estudos das NBR conforme a ABNT e suas especificidades. Acompanhamento à elaboração do Projeto de Pesquisa para TCC. Definição de temas, conhecimento de trabalhos científicos já aprovados tais como artigos, monografias e dissertações.</p>			
Bibliografia básica:			
<p>SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i>. 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. <i>Metodologia Científica</i>. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. DEMO, Pedro. <i>Pesquisa: Princípio científico e educativo</i>. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.</p>			
Bibliografia complementar:			
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR.15287: <i>Informação e Elaboração de Projeto de Pesquisa: apresentação</i>. Rio de Janeiro, 2011. GOLDENBERG, Mirian. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências</i></p>			

Sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.

NETO, João Augusto Mattar. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOROZ, M. e GIANFALDONI, M. H. T. A. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2002.

LAVILLE, Cristian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

8º Período

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – Libras			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Reconhecimento linguístico e legal das línguas de sinais. A importância da Libras na constituição do ser surdo. Línguas de sinais, identidades e cultura surda. Retrospectiva sobre educação de surdos no Brasil e educação bilíngue. Introdução à gramática da Libras. Introdução à conversação em Libras. Acessibilidade e a comunidade surda brasileira.			
PCC: Aprender Libras como instrumento necessário para atuar no ensino de pessoas surdas ou com baixa audição.			
Bibliografia básica:			
BRITO, L. F. <i>Por uma gramática de Língua de Sinais</i> . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
GESSER, A. <i>LIBRAS: que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.			
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2004.			
Bibliografia complementar:			
BERNARDINO, E. F. Absurdo ou lógica? A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Profetizando Vida, 2000.			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 1. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volume 2. São Paulo: EDUSP; FABESP; Fundação Vitae; FENEIS; BRASIL TELECOM, 2001.			
QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011			
SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			

Componente Curricular: Tópicos em Linguística Contemporânea			
CHT: 75h	CHTe: 60h	PCC: 15h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			

<p>Ementa: Discussão das abordagens linguísticas representativas na contemporaneidade. Aprofundamento dos princípios de análise linguística com base em diferentes teorias linguísticas contemporâneas. Comparação entre diferentes abordagens linguísticas. Interface de teorias contemporâneas com o ensino.</p> <p>PCC: A ser definida de acordo com o enfoque teórico metodológico adotado no componente pelo(a) docente que for ministrá-lo; ênfase na prática do(a) futuro(a) pesquisador(a) docente.</p> <p>Bibliografia básica: MUSSALIN, Fernanda; BENTES. <i>Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos</i>. Vol. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2005. FRANÇA, Aniela Improta et. All. <i>Linguística no século 21: convergências e divergências no estudo da linguagem</i>. São Paulo: Contexto, JÚNIOR, Lucrécio Araújo de Sá; MARTINS, Marc Antônio. <i>Rumos da Linguística no século XXI: historiografia, gramática e ensino</i>. São Paulo: Blucher, 2016.</p> <p>Bibliografia complementar: MUSSALIN, Fernanda; BENTES. <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</i>. Vol. 1 e 2. São Paulo: Cortez Editora, 2001. LOPES, Edward. <i>Fundamentos da linguística Contemporânea</i>. São Paulo: Cultrix, 1976 PARREIRA, Maria Cristina et. All (Orgs). <i>Pesquisas em Linguística no século XXI: perspectivas e desafios teórico-metodológicos</i>. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.</p>

Componente Curricular: Seminários de Pesquisa II			
CHT: 75h	CHTe: 15h	CHPrática: 60h	PCC: não há
CR: 05		Pré-requisito: Seminário de Pesquisa I	
<p>Ementa: Retomada do Projeto de Pesquisa do TCC e acompanhamento da execução da pesquisa. Definição das partes do trabalho em capítulos para seu desenvolvimento. Debate sobre a ética na pesquisa e a relação de orientação entre orientador e orientando. Leituras e fichamento de trabalhos científicos já aprovados como artigos, monografias e dissertações. Definição de orientador individual por temáticas. Acompanhamento da sistematização dos TCCs e defesas públicas.</p> <p>Bibliografia básica: SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do Trabalho Científico</i>. 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. <i>Metodologia Científica</i>. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008. DEMO, Pedro. <i>Pesquisa: Princípio científico e educativo</i>. 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.</p> <p>Bibliografia complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR.14724: Informação Documento de trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. GOLDENBERG, Mirian. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências</i></p>			

Sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.

NETO, João Augusto Mattar. Metodologia Científica na Era da Informática. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOROZ, M. e GIANFALDONI, M. H. T. A. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2002.

LAVILLE, Cristian e DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

5.9.3 Estágios Supervisionados

5º Período

Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I			
CHT: 105h	CHTe: 45h	CHPrática 60h	PCC: não há
CR: 07		Pré-requisito: Didática	
PRÁTICA: Investigação Pedagógica: estrutura e funcionamento da escola. Doze horas de observação e participação do/no contexto escolar. Oito aulas de observação de língua portuguesa no ensino fundamental. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para redação do texto).			
EMENTA: Projeto de Estágio, Leis Regulamentadoras do Estágio, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, Concepções de linguagem, Transversalidades no ensino de língua e literatura. Documentos oficiais para o ensino de Língua Portuguesa. Letramento e o livro didático. Literatura e ensino.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006. MAGNANI, M. R. M. Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola. Campinas, SP: Papyrus, 1995. Documentos: Projeto de Estágio do Curso; Lei 11.788/08.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BAGNO, M. Linguística da Norma. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. BAGNO, M. Preconceito linguístico. 56. ed. Loyola: São Paulo, 2015. BEZERRA, M. A. Textos: seleção variada e atual. <i>In:</i> DIONISIO, A. P. ; BEZERRA, M. A. (Orgs.). O livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, p. 35-47. BRASIL, SEF. PCN: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998. BRASIL, LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. CÂNDIDO, A. Nas salas de aula. 5ed. São Paulo: Ática, 1995. GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J. W.			

(Org.) **O texto na sala de aula**. 2 ed. Cascavel, PR. Assoeste, 1984, p. 41 – 48 Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 KLEIMAN, A; SEPULVEDA, C. **Oficina de gramática** – metalinguagem para principiantes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
 ROJO, R.; BATISTA, A. A. G (Org.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
 TOCANTINS, SEDUC. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental**. 2009. Seduc.
 ZANINI, M. Uma visão panorâmica da teoria e da prática do ensino de língua materna. **Acta Scientiarum**. n. 21/1, p. 79-88, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4189>.

6º Período

Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II

CHT: 105h	CHTe: 45h	CHPrática: 60h	PCC: não há
CR: 07		Pré-requisitos: Didática, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I	

PRÁTICA:

Projeto de Estágio. Quatro aulas de observação de língua portuguesa no ensino Fundamental. Doze regências e/ou oficinas (com, no máximo 3) no ensino fundamental (individualmente ou em duplas). Nove horas de microaulas. Catorze horas de planejamento das aulas. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para escrita e reescrita do texto).

EMENTA:

O ensino de português na perspectiva dos gêneros do discurso. O PCN de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. Letramento literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES-ROSSI, M.A.G. (Org.) **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. São Paulo: Cabral Editora, 2002.

ROJO, R.; BARBOSA, J. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. 2017. (completar)

BRASIL, S.E.M. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa: 1ª. a 3ª. Série**. Brasília: SEM, 2000.

GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. **Oficina de leitura: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2010.

MENEGASSI, R. J; FUZA, A. F. F. O Conceito de Leitura nos Documentos Oficiais.

SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 13/2, p. 315-336, dez. 2010.

ROJO, R. (org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas,

SP: Mercado de letras, 2000.
 TOCANTINS, SEDUC. **Proposta Curricular do Ensino Médio – Língua Portuguesa.**
 Tocantins, 2009.

7º Período

Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas III

CHT: 105h	CHTe: 60h	CHPrática: 45h	PCC: não há
CR: 07		Pré-requisitos: Didática, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas II	

PRÁTICA:

Projeto de Estágio. Doze horas de observação e participação do/no contexto escolar. Oito aulas de observação de língua portuguesa no ensino fundamental. Vinte e cinco horas para escrita do Relatório Final de Estágio (10 horas de análise dos dados e 15 para redação do texto).

EMENTA:

O ensino de português na perspectiva dos gêneros do discurso. Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa no ensino médio. Transposição didática. A literatura no Ensino médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual:** análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CEREJA, William Roberto. **Ensino de Literatura - Uma Proposta Dialógica para o Trabalho com Literatura.** São Paulo: Atual, 2005.

_____. Gêneros discursivo no ensino de leitura e produção de textos. In: KARWOSKI, A.M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. (orgs). **Gêneros Textuais:** Reflexões e Ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p.73-83.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIAD, R. S.;MAYRINK-SABINSON, M.L.T. A escrita como trabalho. In: MARTINS M. H. (Org.). **Questões de linguagem.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 54-63.

FUZA, A; OHUSCHI, M. C.; MENEGASSI, R. J. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem & Ensino,** Pelotas, v.14, n.2, p. 479-501, jul./dez. 2011.

MENEGASSI, R. J. A influência do interlocutor na produção de textos. **Revista UNIMAR,** Maringá-PR, n. 19 (1): p. 111-125, 1997.

_____. Professor e escrita: a construção de comandos de produção de textos. **Trabalhos em Linguística Aplicada,** Campinas-SP, (42): 55-79, Jul./Dez. 2003

MEURER; BONINI; MOTTA- ROTH (Orgs.) **Gêneros, teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola, 2005.

PERFEITO, A. M. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. In: **Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa** (Formação de professores EAD 18). V. 1. Ed. 1. Maringá: EDUEM, 2005. p. 27-75.

TOCANTINS, SEDUC. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental.** 2009. Seduc.

8º Período

Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas IV

CHT: 105h	CHTe: 45h	CHPrática: 60h	PCC: não há
CR: 07		Pré-requisitos: Didática, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas III	
EMENTA: O ensino de português na perspectiva dos gêneros do discurso. Metodologias para o ensino de Língua Portuguesa no ensino médio. Gêneros discursivos. Transposição didática. A literatura no Ensino Médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. LOPES-ROSSI, M.A.G. (Org.) Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. São Paulo: Cabral Editora, 2002. SOUZA, A. L.; CORTI, A. P.; MENDONÇA, M. Letramentos no ensino médio. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL, S.E.M. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa: 1ª. a 3ª. Série. Brasília: SEM, 2000. COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006. CRISTOVÃO, V. L. e NASCIMENTO, E. L. (Orgs.) Gêneros textuais: teoria e prática. Londrina: Moriá, 2004. MENEGASSI, R. J. P. Avaliação de leitura. <i>In:</i> MENEGASSI, R. J. (org). <i>Leitura e ensino.</i> Maringá: Eduem, 2005, p. 99-118. MENEGASSI, R. J.; ANGELO, C. M. P. Conceitos de leitura. <i>In:</i> MENEGASSI, R. J. (org). <i>Leitura e ensino.</i> Maringá: Eduem, 2005, p. 15-40. MEURER; BONINI; MOTTA- ROTH (Orgs) Gêneros, teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005 TOCANTINS, SEDUC. Proposta Curricular do Ensino Médio – Língua Portuguesa. Tocantins, 2009.			

5.9.4 Práticas Interdisciplinares

Componente Curricular: Artes, Cultura e Sociedade			
CHT: 75h	CHTe: 15h	PCC: 60h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Estudos das diferentes formas artísticas e suas relações com aspectos culturais, históricos e sociais; Discussão do diálogo entre as artes e o ensino; Reflexão sobre a sensibilidade artística e sociedade nas novas mídias; Organização e aplicação de oficinas, exposições, mini-eventos e outras atividades em que as artes dialoguem comparativamente. Diversidade e direitos humanos.			
PCC: Pesquisas bibliográficas; leituras; análise de textos, pinturas, músicas e filmes; oficinas			
Bibliografia básica: CANDIDO, Antonio. Direito à literatura. <i>In:</i> _____. <i>Vários Escritos.</i> São Paulo, Rio de			

Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.
 HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Thomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
 MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs). *Educação da Cultura Visual: Conceitos e contextos*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011

Bibliografia complementar:

AGAMBEM, Giorgio. *O que é o contemporâneo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
 _____. *Homo sacer; o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Bueno. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
 ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1995.
 BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. v. 1.
 DINIZ, Thais Flores Nogueira e VIEIRA, André Soares. *Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea*. Volume 2. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
 FOUCAULT, Michel. *Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2001
 HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 MARTINS, Raimundo. A cultura visual e a construção social da arte, da imagem e das práticas do ver. In: OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org.). *Arte, educação e cultura*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
 RAHDE, Maria Beatriz Furtado. *Imagem – Estética moderna e pós-moderna*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000

Componente Curricular: Políticas Educacionais e a Prática de Sala de Aula			
CHT: 75h	CHTe: 15h	PCC: 60h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
Ementa: Visão da educação - contextualizada no cenário nacional e internacional. Organismos internacionais e a relação com as políticas para a educação brasileira. O papel do diretor escolar na implantação de políticas nas escolas. As políticas desempenhadas na escola e como se traduzem em ações e conteúdos escolares. Diversidade			
PCC: As políticas educacionais, a escola e a sala de aula.			
Bibliografia básica:			
OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas,			

estrutura e organização. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
 PARO, Vitor Henrique. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.
 VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

Bibliografia complementar:

ARROYO, Miguel G. A escola possível é possível? In: ARROYO, M.G (org). Da escola carente à escola possível. São Paulo, Ed. Loyola.1986.
 BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da exclusão: O neoliberalismo e a crise da escola pública. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
 MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2008.
 PARO, Vitor Henrique. Eleição de Diretores. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2003.
 PNE. Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED, II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 09 de novembro de 1997.
 SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo, do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). Capitalismo, Trabalho e Educação. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2005.
 SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, Vitor Henrique. A Teoria do Valor em Marx e a Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
 TEODORO, António; JEZINE, Edineide (orgs.). Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação: indicadores e comparações internacionais. Brasília: Liber Livro, 2012.
 TOMMASI, Livia de. WARDE, Mirian Jorge. HADDAD, Sérgio. (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Componente Curricular: Estratégias de Aprendizagem e Avaliação			
CHT: 75h	CHTe: 15h	PCC: 60h	CR: 05
Pré-requisitos: não há			
<p>Ementa: As estratégias de aprendizagem como potencialização da autonomia e da responsabilidade diante da velocidade das mudanças tecnológicas, sociais e culturais. Estratégias cognitivas, metacognitivas e afetivas como valorização das marcas de diversidade sociocultural e étnica. Utilização de múltiplas linguagens comunicativas (Superanotações, redes semânticas, mapas conceituais, mapas mentais) em ambientes físicos ou virtuais. Os estilos de aprendizagem: visual, auditivo e cinestésico. As estratégias de avaliação formativas e participativas. Fatores étnico-raciais, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.</p> <p>PCC: Vivências de reconhecimento dos próprios estilos de aprendizagem; Oficinas de estratégias de aprendizagem/avaliação e de criação/adaptação de novas estratégias; Visitas às escolas de Educação básica para compreensão e análise das estratégias de aprendizagem</p>			

utilizadas.

Bibliografia básica:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar 2. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PENA, A. O.; GÓMEZ, J.P.R.; RUBIO, A. M.; J. P. GOMES. Potencializar a capacidade de aprender e pensar - o que mudar para aprender e como aprender para mudar. São Paulo: Madras, 2004.

COSCARELLI, C. V.; MITRE, D. Oficina de leitura e produção de textos: livro do aluno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Bibliografia complementar:

BROWN, H. Douglas. Strategies for Success: a practical guide to learning English. New York: Pearson, 2002.

GARDNER, Howard; MORAN, Seana; CHEN, Jie-Qui, Inteligências Múltiplas ao Redor do Mundo. Rio de Janeiro: Arimed, 2009.

LAFOTUNE, L.; SAINT-PIERRE, L. A afetividade e a metacognição na sala de aula. 1ª edição – Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

OXFORD, Rebecca. Language Learning Strategies: what every teachers should know. Massachussets: Heinle&Heinle, 1990.

PAIVA, V.L.M.O. Estratégias individuais de aprendizagem de língua inglesa. Letras e Letras. v. 14, n. 1, jan./jul. 1998. p. 73-88.

PENA, A. O.; NUNES, M. J. R.; GAMBI, T. Mapas Conceituais: uma técnica para aprender. Edicoes Loyola, 2005.

Componente Curricular: Linguagem, Educação e Diversidade Cultural

CHT: 75h

CHTe: 15h

PCC: 60h

CR: 05

Pré-requisitos: não há

Ementa: As concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à representação étnica, sexual e performances de gênero; formas organizativas do trabalho pedagógico – políticas e práticas culturais nos estudos de gênero; processos de exclusão e inclusão através da língua, literatura e ensino.

PCC: Elaborar sequências didáticas para aplicação em turmas do Ensino Fundamental, anos finais e Médio, discutindo temáticas sobre linguagem, diversidade, cultura e sociedade.

Bibliografia

ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, Rubenilson Pereira de. Gênero, Diversidade Sexual e Currículo: práticas discursivas de (não) subjetivação no ambiente escolar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2016.

ARAUJO, Rubenilson Pereira de. Estranhando o currículo: a temática homoafetiva no ensino de literatura infantil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

CANDAU, Maria Vera. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In CANDAU, Maria Vera (org). Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France,

pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002. (1 ed. 1996, Série Leituras Filosóficas).

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

LOURO. Guacira. L. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes 1997.

SANTOS, Gislene A. dos. A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo/ Rio de Janeiro: Pallas; 2002. 7

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático – Salvador, BA, EDUFBA, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

VIEIRA, Renata; MACIEL, Lizete Bomura. Menino Brinca de boneca? Contribuição da teoria histórico-cultural para se pensar o preconceito em sala de aula. In: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE; Porto Alegre – RS: Edipucrs, 2008.

Site: https://www.oie-miseal.ifch.unicamp.br/pf-oiemiseal/public-files/bibliografia_brasil_genero.pdf

Componente Curricular: Produção e Análise de Material Didático Sobre Literatura Tocantinense

CHT: 75h

CHTe: 15h

PCC: 60h

CR: 05

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Bases teóricas e metodológicas na produção de material didático de literatura. Literatura e ensino. Biobibliografia: autores e obras da Literatura Tocantinense. Introdução aos gêneros de divulgação e didatização de literatura (mapas, resumos expandidos, manuais, dicionários, esquemas, gráficos, tabelas, figuras, blogs, verbetes, resenhas). Elaboração de materiais de exposição e análise da literatura tocantinense.

PCC: Materiais de exposição e análise da literatura tocantinense.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, João Alexandre. “Leitura, ensino e crítica da literatura” In: _____. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê, 1996.

TEZZA, Cristóvão. Material didático: um depoimento. *Educar em Revista*. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 20, jul./dez., 2002, p. 35-42.

CARVALHO, Tereza Ramos de. *Personagens em trânsito: a interlocução literatura e história social no Tocantins*. São Paulo: Livrus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna,

2005.

BANDEIRA, Denise. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. Disponível em <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24136.pdf>>.

BOGO, Fidêncio. *O quati e outros contos*. Palmas, TO: s/e., 2001.

BRASILIENSE, Eli. *Pium*. Goiânia: Cultura Goiana, 1984.

LIMA, Moura. *Serra dos Pilões – jagunços e tropeiros*. 3.ed. Gurupi: Cometa, 2001.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Retrato da Academia Tocantinense de Letras*. Goiânia: Kelps, 2006.

MOREIRA FILHO, Juarez. *Oco do Mundo*. 3.ed. Goiânia: Bandeirante, 2010.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *História do Tocantins*. Goiânia: Kelps, 1990.

RODRIGUES, Edivaldo. *As crônicas do Paralelo 13*. s/l: 2002.

SAVIOLI, Francisco Platão & Fiorin, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006.

6 METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Portuguesa propõe que a formação profissional do professor atente significativamente para a dimensão política e cultural, objetivando responder às questões atuais em relação ao respeito à diversidade. Sendo assim, as contribuições de teor metodológico oriundas das pesquisas em educação, como os estudos recentes sobre a aprendizagem colaborativa, as metodologias ativas e o diálogo entre saberes e culturas, estimularão a inquietação, a dúvida, a reflexão de novas ideias, a procura de novas abordagens que comprometam o aluno com problemas reais da sociedade por meio de uma formação trans/interdisciplinar.

A metodologia do curso pressupõe, em primeiro lugar, que o aluno seja o sujeito protagonista do seu processo de aprendizagem; em segundo lugar, que desenvolva a criticidade através da explicitação das contradições que permeiam o processo de ensino e de aprendizagem e da explicação e compreensão das questões que precisam ser resolvidas e que conhecimentos são necessários para resolvê-las. Estamos nos referindo a uma abordagem metodológica, que baseia-se no diálogo e na construção conjunta de conhecimento. Nesta proposta, a avaliação da aprendizagem perde a dimensão de qualificação de conteúdos assimilados e de instrumento controlador, para adquirir uma nova dimensão inerente ao ato de conhecer, compromissada com o diagnóstico do avanço do conhecimento do aluno, sistematizado ou construído, constituindo-se em estímulo para o prosseguimento da produção do conhecimento.

O projeto propõe formar docentes capazes de analisar o movimento da sociedade, perceber suas tensões e contradições, posicionar-se diante delas e promover discussão e construção de conhecimento entre os alunos do ensino básico. Destarte, visando a formação do perfil do licenciado, os procedimentos metodológicos aplicados no Curso privilegiarão a busca do saber, a aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades necessárias a esse profissional, promovendo a vinculação de novas ideias ou conceitos à bagagem cognitiva do aluno.

7 INTERFACE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De que pesquisa/ensino falamos? De uma pesquisa e ensino integrados numa realidade circundante que requer compromisso ético com as necessidades sociais mais amplas. Desse modo, a universidade tem como princípio a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, possibilitando, assim, uma ação integrada que se inicia com as pesquisas realizadas pelos docentes, que podem se refletir no ensino e se estender à sociedade em geral, através das atividades de extensão.

Pode-se dizer, como propõe Sobral (2013), que a concepção vigente de universidade a vê como um espaço de promoção da ciência e da cidadania em benefício da sociedade. É seu papel disseminar tanto os conhecimentos que ela mesma produz, como todos os saberes circulantes na sociedade de que é parte, o que não está implícito, mas é pressuposto, uma vez que a Universidade é sustentada pelo tripé indissolúvel: ensino x pesquisa x extensão.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos docentes do Curso de Letras do câmpus de Porto Nacional contemplarão três áreas: Pedagógica, Linguística e Literária, nas quais serão produzidos conhecimentos, que em seguida serão disponibilizados por meio de publicações, palestras, cursos de extensão, oficinas, eventos, amostras envolvendo professores, acadêmicos do Curso de Letras e comunidade externa.

A atuação dos professores e alunos do Curso de Letras, nessas atividades, tem como objetivo discutir temáticas específicas das letras e construir um diálogo possível entre a realidade universitária e a realidade das escolas públicas, buscando, ainda, proporcionar à sociedade discussões, reflexões e conhecimento com a intenção de contribuir para a construção e difusão de conhecimento referenciado e de uma cultura cidadã profissional, humanística, artística e cultural.

Na visão de que para o Curso de Letras fortalecer-se, o Prof. Sebastião Elias Milani no ano de 2005 criou no Câmpus de Porto Nacional o Centro de Línguas, com os seguintes cursos: Inglês, Espanhol, Francês, Grego e Italiano. O Centro de Línguas tinha sua sede na UFT - Centro, com professores e alunos do Câmpus, sendo coordenadora a Prof^ª Neila Nunes de Souza. Há que se mencionar que os cursos, atendendo ao princípio da universidade pública, eram gratuitos.

Em 2010 a Prof^ª Daniella Corcioli Azevedo Rocha elabora um projeto de criação de um Centro de Línguas e submete ao Colegiado de Letras para aprovação, assim, criou-se o Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes (CECLLA), sendo a primeira coordenadora e, desde então, prepara os alunos do Curso de Letras para atuarem como professores e ministrarem as aulas, mantendo o princípio da universidade pública e gratuidade. Nesse espaço são ministrados cursos de línguas e atividades de extensão à comunidade universitária e à comunidade local. Vale um apontamento, de que os Cursos do (CECLLA), são reconhecidos pela comunidade tanto a acadêmica quanto externa a universidade. É interessante observar que o público que frequenta os cursos de línguas estrangeiras constitui-se de alunos das séries mais avançadas da Educação Básica e de profissionais liberais interessados em adquirir conhecimento de uma língua estrangeira. Esse Centro tem como pretensão ser uma referência para a população local e ser um espaço para a práxis do ensino de Língua Estrangeira aos alunos do Curso de Letras.

No que se refere à pesquisa, observada como fundamento educativo e não apenas como princípio científico, desprovido de função social, o Curso de Letras tem procurado estabelecer uma articulação entre a graduação e a pós-graduação, ofertando cursos de *lato sensu*. Em virtude do número significativo de doutores em seu quadro docente, o Curso de Letras, que oferta desde 2015 o Mestrado, tem desenvolvido esforços para a consolidação do *stricto sensu* e da oferta do Doutorado, contemplando as áreas de Linguística e Literatura, visando, sobretudo, os egressos do Curso de Letras e a qualificação dos profissionais que atuam na área.

Alunos da graduação participam de projetos de pesquisa de docentes que integram programas como o PIBIC, PIVIC, PIBID, entre outros, e de programas institucionais como o PADI, PADU, PIM, PIMI, entre outros. São desenvolvidas atividades de extensão que estabelecem elo com a pesquisa, como: Semana Acadêmica de Letras, Seminário de Leitura e Produção Textual na Universidade - SLPTU, Jornada de Pesquisa em Língua e Literatura -

JPELL, Seminário de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Língua(s) - SESPEL, Colóquios, Mostras Artísticas, fílmicas, entre outros organizados pelo Curso com reflexões temáticas norteadoras das Letras.

Para atender os objetivos do Curso, definiram-se as seguintes linhas de pesquisa:

1. Teoria e crítica literária;
2. Literatura, História e Imaginário;
3. Linguagem, discurso e ensino;
4. Educação e Estudos Culturais.

Os professores do Curso de Letras têm procurado orientar suas pesquisas contemplando as linhas estabelecidas pelo Curso, sem deixar de ponderar que a universidade não ensina senão à comunidade, não pesquisa senão na comunidade, à qual deve desafiar quanto a saberes estabelecidos, mas sem nunca deixar de partir das necessidades concretas dessa mesma comunidade. Não é a comunidade que deve servir à universidade, mas a universidade que deve servir à comunidade. Portanto, a integração socialmente sensível entre as múltiplas áreas de atuação da universidade é sem dúvida a única postura digna do imperativo da ética do reconhecimento e da ética da responsabilidade. É a responsabilidade ética o fundamento da pesquisa, do ensino e da extensão.

7.1 Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão: a Monitoria, o PIBID e o PADI

O Curso de Letras oferece alguns programas para o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. São eles: PIM, PIMI, PAD, PIBID. Todos eles estão voltados para contribuir com as outras atividades que são oferecidas pelo curso, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Percebe-se que os acadêmicos, ao passar por algum desses programas, apresentam maior desenvoltura dentro da sala de aula, contribuindo com discussões que permitem compreender o seu amadurecimento teórico, no desempenho para atuação no ensino, tanto no Estágio Supervisionado quanto na aplicação de oficinas ou quaisquer outras atividades envolvendo o tripé ensino, pesquisa e a extensão.

Todos os Programas têm ofertado vagas para alunos bolsistas ou voluntários. O PIM (Programa Institucional de Monitoria) ou PIMI (Programa Institucional de Monitoria Indígena) destina atualmente três bolsas para o Curso de Letras. Os alunos interessados poderão participar do processo seletivo, após a publicação do Edital pela coordenação do

curso definindo a quantidade de vagas por disciplina, a quantidade de bolsas, que serão distribuídas de acordo com o perfil definido. O PIMI é um programa destinado para alunos indígenas e tem como finalidade acompanhar o processo de adaptação do aluno indígena e auxiliá-lo nas atividades acadêmicas e em sua melhor inserção nas atividades culturais e sociais da universidade.

O PIM e o PIMI têm buscado fortalecer a formação profissional dos nossos alunos. O monitor tem a oportunidade de acompanhar os professores em atividades de ensino, nos componentes curriculares já cursadas por ele, auxiliando os alunos das turmas em que as atividades de monitoria são realizadas, contribuindo para o aprendizado dos acadêmicos que possuem dúvidas ou dificuldades mais significativas. Os componentes curriculares constantes no Edital de monitoria são preferencialmente os que apresentam maior número de reprovação, sendo selecionados para o exercício da monitoria os alunos que possuem elevado domínio de conteúdo nos componentes curriculares para os quais se candidatam.

Para muitos alunos, a monitoria funciona como uma iniciação ao magistério e, até mesmo, à pesquisa. Como o ensino está vinculado à pesquisa, os monitores são motivados a investigar questões relevantes que emergem no exercício da monitoria, resultando na reflexão sobre o próprio trabalho docente, desenvolvido juntamente com o professor da disciplina em sala de aula. A monitoria também pode significar um passo importante para a participação do acadêmico como bolsista de iniciação científica, no segundo momento de sua vida acadêmica.

O PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) tem como objetivo o estímulo à atividade docente em escolas públicas de Porto Nacional com o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) abaixo do definido pelo MEC. É um Programa que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. Atualmente o Programa é reconhecido nacionalmente, aplicado pelas instituições públicas e privadas, e atravessa um momento crítico no processo de reformulação definido pelo MEC/CAPES. Suas atividades foram encerradas e foi publicado um novo edital que define novas regras para o atual programa. O Curso de Letras oferecerá 25 vagas, sendo que 24 estudantes terão direito à bolsa e um deverá ser voluntário.

O PADI (Programa de Apoio ao Discente Ingressante) tem como finalidade oferecer aos alunos ingressantes um suporte pedagógico que possibilite uma integração maior entre o ensino de graduação e o Ensino médio e diminuir o impacto sofrido pelo aluno ao entrar no

Ensino Superior, ajudando-o a superar as possíveis lacunas no processo de ensino e de aprendizagem.

O Curso de Letras tem desenvolvido esse Programa com sucesso e tem a ele vinculado cinco alunos bolsistas. É um programa que transita entre o ensino e a pesquisa, fortalecendo e alcançando resultados positivos para a graduação.

É interessante ressaltar que o ensino da graduação cumpre o seu papel de possibilitar aos seus alunos o ensino, a pesquisa e a extensão, e esses programas proporcionam cada vez mais ao aluno vivenciar a universidade e integrar ao seu projeto de um ensino que favoreça o exercício da docência.

7.2 Interface com as Atividades Complementares

As Atividades Complementares são as ações desenvolvidas pelo discente paralelamente às demais funções acadêmicas. Têm por finalidade enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a formação social, acadêmica e profissional do graduando. Além disso, as Atividades Complementares constituem-se como componentes curriculares, totalizando carga horária de 210 horas, a serem desenvolvidas ao longo do curso. De acordo com o parecer do CNE/CES nº 492/2001, essas atividades caracterizam-se pela flexibilidade de carga horária semanal, com controle (comprovação) do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo.

Em consonância com a Resolução CONSEPE nº 09/2005, tais ações são subdivididas em três níveis: I - Atividades de Ensino, II - Atividades de Pesquisa e III - Atividades de Extensão.

As atividades complementares de Ensino compreendem:

- I. As disciplinas cursadas na UFT e/ou em outras IES, nacionais ou internacionais, desde que de áreas afins;
- II. As atividades de monitoria acadêmica da Universidade Federal do Tocantins;
- III. A participação em minicursos ou oficinas, na condição de ministrante;
- IV. A participação em cursos de aperfeiçoamento na área de língua portuguesa e/ou língua estrangeira;
- V. Práticas interdisciplinares previstas no PPC, além das 75 horas obrigatórias.

Por sua vez, as Atividades de Pesquisa englobam a participação do discente em:

I. Palestras, seminários, simpósios, congressos, encontros e demais eventos relacionados à área de Letras e afins, cuja abrangência esteja em âmbito local, regional, nacional ou internacional;

II. Apresentação de trabalhos em eventos acadêmico-científicos;

III. Participação em Projetos de Pesquisa e demais grupos de estudos;

IV. Projetos institucionais de iniciação científica, tais como PIBIC (Programa institucional de bolsas de iniciação científica) e PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica), e

V. Publicações (artigos, resumos e demais gêneros) em anais de evento, periódicos ou livros, desde que haja conselho editorial.

As Atividades de Extensão compreendem a participação do discente em:

I. Autoria e/ou participação em projetos voltados à comunidade interna e externa, com vínculo acadêmico;

II. Participação na organização de eventos, encontros, congressos, seminários, workshops etc.;

III. Participação em eventos, congressos, seminários, workshops etc., de cunho extensionista, cuja abrangência esteja em âmbito local, regional, nacional ou internacional;

IV. Participação em oficinas e minicursos;

V. Visitas técnicas e trabalho de campo;

VI. Estágios extracurriculares;

VII. Representação discente em órgãos colegiados, tais como Colegiado do Curso, Conselho Diretor, CONSEPE e CONSUNI, entre outros;

VIII. Representação discente (UNE, UEE, DCE, DA, CAs e Ligas Acadêmicas).

Recomenda-se que o discente realize suas atividades complementares distribuídas entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Para cada certificado, serão validadas no máximo 60

horas.

Ressalta-se que o Curso de Letras mantém eventos com periodicidade anual que permitem aos acadêmicos e aos professores a troca e o constante exercício da construção do conhecimento, formando a base do fazer universitário e a indissociabilidade entre os eixos ensino, pesquisa e extensão. São exemplos de eventos anuais:

“Semana Acadêmica de Letras” com reflexões temáticas voltadas para as áreas de Linguística, de Literatura, de Educação e de Línguas Estrangeiras;

o “SESPPEL - Seminário de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino de Língua(gens)” que oportuniza aos discentes e docentes da UFT um espaço para dialogarem, possibilitando a troca de conhecimentos sobre as disciplinas com relevância dentro dos cursos de Licenciatura: Estágio Supervisionada em Língua Portuguesa e Literaturas I, II, III, IV;

O SLPTU - “Seminário de Leitura e Produção Textual na Universidade”, cujo escopo principal atrela-se às novas perspectivas para a formação de professores, com foco na escrita em ambiente universitário.

No que se refere à validação das Atividades Complementares, os documentos comprobatórios (declarações ou certificados) deverão ser encaminhados pelo interessado, perante o Protocolo do câmpus, para parecer da Coordenação de Letras. Adota-se a contagem das Atividades Complementares em forma de créditos, por exemplo, um crédito é equivalente a 15 horas/aula.

8 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

8.1 Introdução e Diagnóstico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei N°9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e da Resolução 02/2015, consideramos que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática.

De acordo ainda com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o currículo da Licenciatura em Letras permite uma adequada distribuição dos componentes curriculares

de cunho pedagógico – fundamentos essencialmente teóricos – e dos componentes curriculares de cunho teórico prático – estágios supervisionados.

Os componentes curriculares de cunho pedagógico permitem ao futuro professor a inserção nas discussões históricas e atuais sobre a escolarização e possibilitam um embasamento teórico sobre diferentes concepções do processo educacional. Tal embasamento é fundamental para as discussões metodológicas e aplicadas ao ensino de línguas que se desenvolvem nos estágios supervisionados.

Conforme orientações utilizadas para a elaboração do PPC, acrescentamos a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) n°03/2005, que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura. O artigo 3 de tal Resolução define estágio curricular como um conjunto de atividades teórico práticas relacionadas à área de estudo e pesquisa capazes de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional. Já o artigo 4° do mesmo documento afirma que o estágio tem como objetivo oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, objetivando ainda o desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

Nesse sentido, o estágio supervisionado se constitui de momentos articuladores entre estudos teóricos e a docência vivenciada no contexto escolar, eliminando a dicotomia existente no processo de construção do conhecimento. Decorre disso que o curso de Licenciatura em Letras/CPN, que objetiva a preparação de professores, procura alcançar esse resultado possibilitando a estes uma formação teórico prática centrada na competência técnica, científica, política e pedagógica. Essa formação deve possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades que contribuam para a análise e a problematização constantes de sua ação pedagógica na educação básica. O curso procura, portanto, via estágio, prever a formação de um docente capaz de realizar uma constante reformulação de sua prática pedagógica.

O desenvolvimento dos estágios supervisionados oportuniza aos estagiários confrontar os conhecimentos adquiridos em sua formação com situações de trabalho e com a prática pedagógica de professores das escolas, estimulando o hábito de observar, questionar e relacionar a teoria com a prática no cotidiano educativo escolar. Dessa forma, constitui-se como um trabalho interdisciplinar, articulando as disciplinas do curso e da escola, e como um

trabalho interpessoal, relacionando-se com diferentes atores da ação pedagógica – professores, supervisores, coordenadores pedagógicos, monitores e alunos.

Considerando a constante análise do que é vivenciado em suas experiências didáticas, os estágios supervisionados podem assumir um caráter de pesquisa das condições e práticas da profissão. A pesquisa decorre da observação, problematização, análise e discussão do que acontece dentro da instituição escolar enquanto local considerado fundamental para a formação do cidadão. Nesse processo, o estagiário assume um papel reflexivo sobre a prática docente.

8.2 Objetivo geral

Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e da linguagem à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e respectivas literaturas.

8.3 Objetivos específicos

- Proporcionar discussões sobre o aprendizado nos componentes curriculares pedagógicos, articulando-os ao ensino de Língua Portuguesa;
- possibilitar a realização de observações no cotidiano das escolas campo, para conhecer e analisar a realidade em que se dará a prática docente;
- auxiliar no planejamento de aulas de acordo com a realidade escolar observada;
- orientar a pesquisa de metodologias para o ensino de Línguas;
- permitir o desenvolvimento da regência em sala de aula, considerando os planos de aula, a realidade observada e o plano político pedagógico da escola;
- possibilitar a constante intervenção na prática ao longo da regência através de assessoramentos individuais;
- favorecer a problematização do vivenciado no estágio com o estudo dos referenciais teórico metodológicos que norteiam a prática docente;
- habilitar o acadêmico a relacionar teoria e prática, problematizando-as e analisando-as na elaboração de um trabalho final e no desenvolvimento de campo teórico-investigativo da docência.

8.4 Metodologia

O estágio supervisionado obrigatório do curso de Letras encontra-se distribuído em 4 componentes curriculares, ofertados do 5º ao 8º semestre. Os procedimentos devem ser observados no início de cada um dos citados semestres:

- o aluno se apresenta como estagiário à direção da escola pretendida encaminhado pela Central de Estágio do câmpus, seguindo os trâmites previstos entre Diretoria Regional de Ensino/Secretaria de Educação e escolas;

- em um segundo momento, o estagiário define, em conjunto com um professor de língua portuguesa ou língua inglesa da escola escolhida, seu horário e turno de estágio, o período de duração, a(s) turma(s) em que atuará e os conteúdos a serem desenvolvidos. A metodologia e outros itens da regência serão determinados pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Letras da UFT, o qual contemplará, sempre que solicitado, contribuições do professor da escola responsável pela(s) turma(s) em que o estagiário atuará;

- a seguir, o aluno dá encaminhamento aos documentos necessários (anexos) para a realização do Estágio, conforme as normas da Universidade e em consonância com a lei 11788/2008, protocolados na Central de Estágio do câmpus.

Cada componente curricular é composto de uma carga horária denominada teórica desenvolvida na Universidade e uma carga horária denominada prática desenvolvida junto à escola campo. De acordo com o período em que se encontra, o estagiário realizará observações, entrevistas, oficinas, palestras, regências de aulas entre outras atividades acadêmicas e docentes.

§ 1º Estágio I. METAS: O Estágio Supervisionado I para os cursos de Português e Inglês tem como meta a observação da rotina escolar do Ensino Fundamental, conforme mencionado no Plano de Ação e Relatório Final.

A carga horária do Estágio Supervisionado I corresponderá a 105 horas/aula para português e 105 horas/aula para inglês, compreendendo 45 horas teóricas realizadas no âmbito da Universidade e 60 horas práticas de estágio que serão efetivadas nas Escolas Concedentes, na Pesquisa Diagnóstica e observação da rotina escolar; na preparação dos Relatórios e do Memorial de Atividades;

§ 2º Estágio II. METAS: O Estágio Supervisionado II para os cursos de Português e Inglês tem como meta a participação nas atividades de ensino, regência e/ou oficinas pedagógicas oferecidas à escola, nos anos finais do Ensino Fundamental.

A carga horária do Estágio supervisionado II, tanto para o Curso de Inglês, quanto para o Curso de Português será de 105 horas/aula distribuídas em 45 horas teóricas e 60 horas de Estágio na Escola Campo, durante as quais o aluno desenvolverá as seguintes atividades no ensino fundamental: 4 horas de observação; 14 horas de planejamento, 12 horas de regência, 5 horas de microaulas, 10 horas destinadas à análise do material coletado, 15 horas para a escrita do memorial.

§ 3º Estágio III. METAS: O Estágio Supervisionado III para o Curso de Português e para o Curso de Inglês tem como meta a observação e participação das atividades de ensino, observação de aulas no Ensino Médio.

A carga horária do Estágio Supervisionado III corresponderá a 105 horas/aula para português e 105 horas/aula para inglês, compreendendo 60 horas teóricas realizadas no âmbito da Universidade e 45 horas práticas de estágio que serão efetivadas nas Escolas Concedentes, na Pesquisa Diagnóstica e observação da rotina escolar; preparação dos Relatórios e do Memorial de Atividades;

§ 4º Estágio IV. METAS: O Estágio Supervisionado IV para o Curso de Português e para o Curso de Inglês tem como meta a participação nas atividades de ensino, regência e/ou oficinas pedagógicas oferecidas à escola, no Ensino Médio.

A carga horária do Estágio Supervisionado IV, tanto para o Curso de Inglês, quanto para o Curso Português será de 105 horas/aula distribuídas em 45 horas teóricas e 60 horas de Estágio na Escola Concedente, durante as quais o aluno desenvolverá as seguintes atividades no Ensino Médio: 4 horas de observação; 14 horas de planejamento, 12 horas de regência, 5 horas de microaulas, 10 horas destinadas à análise do material coletado, 15 horas para a escrita do memorial.

9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na elaboração de uma pesquisa e em sua culminância em um artigo escrito. A pesquisa será orientada, preferencialmente, por um docente do Colegiado de Letras ou pesquisador da área de Letras, com vínculo efetivo à Universidade e ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico) deste câmpus, além

disso, seguirá uma das linhas de pesquisa do Curso. Os limites e formatos do TCC seguirão o Regimento previsto neste PPC. Os componentes curriculares preparatórios para a realização do TCC são Metodologia em Linguagens e Educação, a qual auxiliará na escrita do projeto e nos procedimentos de pesquisa, e Seminários de Pesquisa II que auxiliará o acadêmico no processo de escrita do artigo e cuja culminância se dá com a defesa do TCC.

- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) Nº 05/2011 – Dispõe sobre a criação e regulamento do Repositório Institucional (RI/UFT) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFT).

- RESOLUÇÃO DO CONSUNI Nº 25, DE 28 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Atualização de Coleções do Sistema de Bibliotecas (SISBIB) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

- RESOLUÇÃO DO CONSUNI Nº 36, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre o Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E DO PROJETO ACADÊMICO DO CURSO

A avaliação é fator determinante no trabalho pedagógico, pois é uma ação que possibilita a construção de uma representação das aprendizagens, de suas condições, modalidades, mecanismos e de seus resultados. Não é, portanto, um processo quantitativo, estático, de função classificatória relacionada à ideia de informações codificáveis que contabilizam o conhecimento. Trata-se de um instrumento que proporciona o diagnóstico permanente de problemas e a melhor apreensão de resultados alcançados, tendo em vista as competências a serem constituídas e, ainda, a percepção das mudanças eventualmente necessárias no percurso de aprendizagem. É uma ação qualitativa que ocorre nas seguintes dimensões: diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa. O objetivo de toda avaliação é produzir conhecimento para alimentar as ações dos professores, dos alunos e da gestão acadêmica.

Nesse sentido, a avaliação é uma ação estratégica na negociação das diferenças e das necessidades dos diversos sujeitos sociais envolvidos no processo educativo. Em função das normas de excelência preconizadas pela instituição, os docentes devem questionar e aprimorar tais normas, e discentes devem ser capazes de reconhecê-las.

A avaliação, intrinsecamente relacionada com as competências a serem constituídas pelos discentes, extrapola a sala de aula, perpassando toda a estrutura escolar. Realiza-se, portanto, por meio de processos e procedimentos diversificados, que incluem a avaliação de conhecimentos trabalhados em sala de aula e sua respectiva organização, ou seja, a avaliação é uma ação dialógica e democrática, como prática do cotidiano de toda e qualquer instituição educativa, inerente ao ensinar e ao aprender.

10.1 Corpo Docente

A avaliação dos alunos pelo corpo docente percorre todas as etapas do processo de ensino: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse processo, o corpo docente avalia os alunos de forma qualitativa e quantitativa, por meio de instrumentos diversificados que visam a verificar a aprendizagem, readequar planejamentos e conferir notas aos alunos. Portanto, a avaliação preconiza resultados de processos contínuos, formativos, qualitativos e quantitativos.

A avaliação formativa é um mecanismo de individualização no percurso de aprendizagem, pois leva em conta onde o aluno se encontra em termos de conhecimentos e habilidades. Permite ao professor ajudar aos alunos em suas próprias dificuldades, bem como reconhecer o progresso e o esforço individuais. Considerando que a avaliação formativa é qualitativa, os erros tornam-se oportunidades privilegiadas para o aprendizado.

O objetivo das avaliações formativas é estabelecer práticas que levem os alunos a resolverem situações problema e verificar se os conhecimentos se transformam em estratégias posteriores de ensino, realizando tarefas originais para serem adotadas em novos contextos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e consequente adaptação do processo didático aos progressos e dificuldades dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de metodologias diversificadas, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação formativa é importante para o processo ensino-aprendizagem do acadêmico, todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores centra-se na avaliação da aquisição de conhecimento e na dificuldade em adotar o processo de avaliação com

enfoque interdisciplinar e que articule diferentes áreas do conhecimento e de fazeres como forma para se conhecer as limitações e potencialidades do acadêmico em seus aspectos cognitivos e afetivos.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes e de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade dos componentes curriculares. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

A avaliação somativa visa à atribuição de notas e à verificação das competências e habilidades objetivadas. As estratégias utilizadas nas avaliações somativas devem revelar raciocínios e representações mentais dos alunos; alunos e professores devem analisar e estudar eventuais erros e desvios cometidos, diagnosticar tipos de obstáculos e dificuldades. Como a avaliação somativa resulta em uma classificação dos alunos através da atribuição de notas objetivas, ela exige um preparo que se oriente na direção dos objetivos do componente curricular e do curso (cf. competências e habilidades do egresso).

10.2 Corpo Discente

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do discente em relação a conhecimentos, competências e habilidades exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por componente curricular, para onde convergirão os resultados de avaliações, trabalhos, projetos e outras formas de verificação previstas no plano de ensino do componente curricular.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo exigida, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O acadêmico será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida.

Ao final do componente curricular os acadêmicos avaliarão o seu próprio desempenho. Essa avaliação constitui elemento essencial para orientar os professores e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

10.3 Processos de Avaliação Interna e de Avaliação Externa

A Universidade Federal do Tocantins adota a avaliação dos docentes pelos discentes. A avaliação docente é realizada pelos acadêmicos, como parte integrante da avaliação institucional, onde são avaliados todos os setores da universidade.

A Avaliação Externa proposta pelo MEC, nomeada como Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES, foi criada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão.

O SINAES possui uma série de instrumentos complementares para avaliação dos cursos de graduação: autoavaliação, avaliação externa, ENADE e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para orientação institucional, e pelos órgãos governamentais, a fim de implementar políticas públicas.

11 CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

11.1 Formação Acadêmica e Profissional do Corpo Docente

O corpo docente do Curso de Letras - habilitação Português e suas respectivas literaturas é formado por mestres e doutores em Letras, Linguística, Literatura e Educação, conforme quadro abaixo.

Docente	Graduação/ IES	Mestrado/ IES	Ano de Conclusã o	Doutorado/ IES	Ano de Conclusão	Regime
----------------	---------------------------	----------------------	----------------------------------	-----------------------	-----------------------------	---------------

Greize Alves da Silva	Graduação em Letras Universidade Estadual de Londrina – UEL (2008)	Mestrado em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina – UEL	2010	Doutorado Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina – UEL	2018	Dedicação exclusiva
Daniela Campos	Graduação em Psicologia Universidade Católica de Goiás – UCG (1998)	Mestrado em Educação Brasileira – Universidade Federal de Goiás – UFG	2003			Dedicação exclusiva
Rubra Pereira de Araújo	Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade do Tocantins – UNITINS (1998)	Mestrado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2011	Doutorado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2016	Dedicação exclusiva
Adriana Carvalho Capuchinho	Graduação em Letras – Português e Inglês Universidade de São Paulo – USP (2008) Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo – USP (1995)	Mestrado em Antropologia Social Universidade de São Paulo – USP	2002	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade de São Paulo – USP	2012	Dedicação exclusiva
Ana Claudia Turcato de Oliveira	Graduação em Letras Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (1999)	Mestrado em Letras Universidade Presbiteriana Mackenzie	2012	Doutorado em curso em Estudos Linguísticos Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG		Dedicação exclusiva

Ângela Francine Fuza	Graduação em Letras Português/Inglês Universidade Estadual de Maringá – UEM (2007)	Mestrado em Letras Universidade Estadual de Maringá – UEM	2008	Doutorado em Linguística Aplicada Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2015	Dedicação exclusiva
Antônio Egno do Carmo Gomes	Graduação em Letras Universidade Federal de Goiás – UFG (2004)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2007	Doutorado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2014	Dedicação exclusiva
Carine Haupt	Licenciatura Plena em Letras Português e Alemão UNISINOS (1998)	Mestrado em Linguística Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2006	Doutorado em Linguística Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2011	Dedicação exclusiva
Carlos Roberto Ludwig	Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2005) Licenciatura em Letras Português e Francês Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2005)	Mestrado em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2008	Doutorado em Letras Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2013	Dedicação exclusiva

Dalve Oliveira Batista dos Santos	Licenciatura em Letras Português Universidade Estadual da Bahia – UNEB. (2010)	Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	2014	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC		Dedicação exclusiva
Daniella Corcioli Azevedo Rocha	Licenciatura em Português e Inglês Universidade Federal de Goiás – UFG (2005)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2008	Doutorado em curso em Estudos Linguísticos Universidade Federal de Uberlândia – UFU		Dedicação exclusiva
Enilda Rodrigues de Almeida Bueno	Graduação em Pedagogia Universidade Federal de Goiás – UFG (1989)	Mestrado em Educação Brasileira Universidade Federal de Goiás – UFG	2001	Doutorado em Educação Universidade Federal de Goiás – UFG	2009	Dedicação exclusiva
Fábio Nascimento Sandes	Licenciatura em Letras Português e Inglês e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (2012)	Mestrado em Cultura, Educação e Linguagens, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	2015	Doutorando em Letras: Ensino de Língua e Literatura – UFT		Dedicação exclusiva

José Edicarlos de Aquino	Graduação em Letras – Português na Universidade Federal de Brasília- UnB	Mestrado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	2012	Doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Doutorado em Sciences du Langage pelo Sorbonne-Nouvelle	2016	Dedicação exclusiva
Lívia Chaves de Melo	Licenciatura em Letras Português e Inglês Universidade Federal do Tocantins – UFT (2006)	Mestrado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2011	Doutorado em Ensino de Língua e Literatura Universidade Federal do Tocantins – UFT	2015	Dedicação exclusiva
Lyanna Costa Carvalho	Bacharelado em Estudos Literários Universidade Federal de Goiás (2011)	Mestrado em Estudos Literários Universidade Federal de Goiás	2014	Doutorado em Literatura Comparada Universidade Federal do Rio de Janeiro	2018	Dedicação exclusiva
Maria da Glória de Castro Azevedo	Letras Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (1995)	Literatura Brasileira Universidade de Brasília – UnB	2003	Doutorado em curso em Literatura Brasileira Universidade de Brasília – UnB		Dedicação exclusiva
Maria Perla Araújo Morais	Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (1997)	Mestrado em Letras Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	2000	Doutorado em Literatura Comparada Universidade Federal Fluminense – UFF	2006	Dedicação exclusiva

Marília Fátima Oliveira	Licenciatura em Inglês Universidade de São Paulo – USP (2004) Licenciatura em Português Universidade de São Paulo – USP (2003)	Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade de São Paulo – USP	2008	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês Universidade de São Paulo – USP	2013	Dedicação exclusiva
Marisa Souza Neres	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais Universidade Federal de Goiás – UFG (2003)	Mestrado em Sociologia Universidade Federal de Goiás – UFG	2006	Doutorado em Sociologia Universidade de Brasília UnB	2019	Dedicação exclusiva
Neila Nunes de Souza	Pedagogia Universidade Católica de Pelotas - UCP (1991)	Mestrado em Educação Universidade Católica de Brasília – UCB	2000	Doutorado em Educação Universidade de Brasília UnB	2017	Dedicação exclusiva
Rejane de Souza Ferreira	Licenciatura em Português e Inglês Universidade Federal de Goiás – UFG (2004)	Mestrado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2007	Doutorado em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás – UFG	2014	Dedicação exclusiva

Thiago Barbosa Soares	Graduação em Letras na Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS Graduação em Psicologia na Universidade Paulista – UNIP Graduação em Filosofia na Universidade de Franca – UNIFRAN	Mestrado em Linguística na Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	2015	Doutorado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	2018	Dedicação exclusiva
Viviane Cristina Oliveira	Graduação em Letras. Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2006)	Mestrado em Letras Universidade Federal de Uberlândia – UFU	2010	Doutorado em andamento em Estudos Literários Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG		Dedicação exclusiva

É possível encontrar mais informações sobre a produção docente nos currículos lattes, acessíveis através dos endereços eletrônicos abaixo:

Adriana Carvalho Capuchinho – <http://lattes.cnpq.br/4424399125926215>

Ângela Francine Fuza – <http://lattes.cnpq.br/9621843478275996>

Ana Claudia Turcato de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/7298511352602283>

Antônio Egno do Carmo Gomes – <http://lattes.cnpq.br/0801235317376789>

Carine Haupt – <http://lattes.cnpq.br/3187491345404438>

Carlos Roberto Ludwig – <http://lattes.cnpq.br/5920210250667780>

Dalve Oliveira Batista-Santos – <http://lattes.cnpq.br/6883904594741783>

Daniella Corcioli Azevedo Rocha – <http://lattes.cnpq.br/1889002395462308>

Daniela Silva Costa Campos – <http://lattes.cnpq.br/6465162238595538>

José Edicarlo de Aquino – <http://lattes.cnpq.br/7134863803034093>

Enilda Rodrigues de Almeida Bueno – <http://lattes.cnpq.br/2353780682999726>

Fábio Nascimento Sandes <http://lattes.cnpq.br/3278347298349580>
Greize Alves da Silva – <http://lattes.cnpq.br/4978318468793519>
Lívia Chaves de Melo - <http://lattes.cnpq.br/6503345610084274>
Lyanna Costa Carvalho – <http://lattes.cnpq.br/3495748498877333>
Marília Fátima de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/1370684293990045>
Maria da Glória de Castro Azevedo – <http://lattes.cnpq.br/4884722685306469>
Maria Perla de Araújo Morais – <http://lattes.cnpq.br/3954661608683588>
Marisa Souza Neres – <http://lattes.cnpq.br/4369451906444562>
Neila Nunes de Souza – <http://lattes.cnpq.br/8911233404176979>
Rejane de Souza Ferreira – <http://lattes.cnpq.br/2762142240750530>
Rubenilson Pereira de Araújo <http://lattes.cnpq.br/4468053712806857>
Silvana Fernandes de Andrade – <http://lattes.cnpq.br/0268669428533990>
Thiago Barbosa Soares: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>
Viviane Cristina Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/3565754244268629>

11.2 Regime de trabalho

O corpo docente do Curso de Letras é composto por professores em regime de dedicação exclusiva, enquanto o corpo técnico-administrativo segue as normas do regime jurídico adotado pela Universidade.

11.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por sete membros, os quais foram escolhidos pelo Colegiado e respondem pela consolidação e avaliação deste projeto. Ao processo de redação deste documento participaram os membros:

Neila Nunes de Souza, Presidente do NDE.

Carlos Roberto Ludwig

Antônio Egno do Carmo Gomes

Daniela Costa Campos

Adriana Carvalho Capuchinho

Maria da Glória de Castro Azevedo

Rubra Pereira de Araújo

Marisa Souza Neres
Carine Haupt
Lyanna Costa Carvalho
Marília Fátima de Oliveira
Daniella Corcioli Azevedo Rocha

Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante – Nota Técnica Prograd de 03 de novembro de 2015

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, desenvolver e acompanhar implementações e estruturações referentes ao projeto pedagógico de curso;
- II – Prezar pela atualização do projeto pedagógico de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, todas as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV- Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso; VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que se sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso,
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Das Atribuições do Presidente

Art. 9º. O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será determinado pelo colegiado do curso, a ele competindo:

- I – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;

- II – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas;
- III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;
- II – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;
- III – Solicitar que sejam redigidas atas de todas as reuniões, por um representante do corpo docente ou do corpo administrativo;
- IV – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso,
- V – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso.

11.4 Produção de material didático ou científico do corpo docente

A atuação destes profissionais está comprometida com o tripé ensino-pesquisa-extensão. Assim, a produção de material didático e científico estará atrelada às pesquisas dos professores, bem como também poderá estar voltada para a extensão ou ensino. A publicação desse material se dá em veículos próprios, como revistas acadêmicas. Ressalta-se que as pesquisas dos professores estão vinculadas às linhas de pesquisas listadas a seguir:

- I. Teoria e Crítica Literária;
- II. Literatura, História e Imaginário;
- III. Linguagem, Discurso e Ensino;
- IV. Educação;
- V. Estudos Culturais;
- VI. Abordagens de Análise Linguística;
- VII. Linguística Aplicada;
- VIII. Análise do Discurso
- IX. Libras

Algumas dessas linhas de pesquisa também são desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos e Literários, vinculado a este Colegiado, no Câmpus de Porto Nacional, no qual muitos professores do Colegiado fazem parte como membros efetivos.

11.5 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo do Curso

O Colegiado do curso de Licenciatura em Letras – habilitação em Português e suas respectivas Literaturas e habilitação em Inglês e suas respectivas Literaturas conta com um técnico-administrativo, que exerce a função de secretário do curso.

Secretário de Curso:

Nome: Junio Cesar Alves de Sousa

Formação acadêmica: Graduação: Administração com Habilitação em Administração Rural.

Titulação máxima: Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

Regime de trabalho: 40 horas semanais

Cargo: Assistente administrativo

Função: Secretário de Curso

Experiência profissional: nove anos de experiência como servidor público federal (Assistente Administrativo).

12 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

As aulas do curso de Letras são ministradas no terceiro e primeiro andares de um prédio com acessibilidade por elevador. São 10 salas de aula climatizadas contando todas com uma tela de projeção, um quadro branco e um projetor multimídia. Em uma delas há uma TV LED 43”. A depender do componente curricular, as aulas podem ocorrer nos laboratórios.

12.1 Laboratórios e Instalações

O Laboratório de Línguas é equipado com 35 computadores, 20 headphones, 35 webcams USB, 1 quadro branco, 1 televisão LED 43”, 01 ar-condicionado. Sua especificidade está voltada para atender ao ensino-aprendizagem de línguas, seja materna, ou estrangeiras.

Em 2012 foi criado o Laboratório de Fonética e Fonologia do Tocantins (LAFOTINS), para estudo da fonética e fonologia de línguas materna e estrangeira, passando a ser reconhecido, posteriormente, como Laboratório de Multiletramentos (LAM).

O LAM conta hoje com 1 televisão LED 50”, 1 aparelho de DVD, 1 armário de 2 portas em MDF, 04 computadores em uma mesa longa com 6 cadeiras, 04 fones voip, 04 webcams USB, 01 quadro branco, 02 ares-condicionados, 1 lousa interativa *smart board*, 40

cadeiras estofadas com braço, uma mesa para computador e uma cadeira com rodízios. O laboratório é utilizado para realização de defesas de TCC e de mestrado, palestras, aulas da graduação e da pós-graduação, bem como para atividades de orientação, pesquisas em metodologias ativas e abordagens digitais de ensino-aprendizagem de línguas.

O Câmpus de Porto Nacional conta ainda com um laboratório de informática aberto à comunidade contando com 24 computadores com acesso à internet localizado no Centro de Gestão Educacional (CGE).

12.2 Biblioteca

Localizada em edificação para ela especificamente construída, a Biblioteca Setorial do câmpus de Porto Nacional Maria Revy Veloso de Andrade funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 21h30 e aos sábados, das 8h às 12h

Infraestrutura:

- 835.4 m²
- Área climatizada
- área de 81,88 m com dez cabines para estudo individual e sete mesas para estudo em grupo com 20 assentos
- sala de 93,84 m com oito mesas para estudo individual
- Sala da Gerência e de processamento técnico
- Setor de circulação e atendimento
- Dois computadores para atendimento ao usuário
- Quatro computadores para processamento técnico
- Um computador da Gerência
- Dois computadores disponíveis aos usuários para pesquisa
- Duas impressoras para processamento técnico

Todos os computadores estão interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, particularmente aquele mantido pela CAPES.

Quadro de pessoal:

- Bibliotecário Documentalista: 02
- Assistente Administrativo: 06
- Bolsista/Estagiário: 04

O acervo da biblioteca conta com livros e periódicos destinados ao ensino e à pesquisa; além de um acervo de vídeos, microfimes, cds e dvds. O acervo ocupa uma área de 217,5 m igualmente climatizada. Parte considerável do acervo é circulante e pode ser retirado pelos membros da comunidade acadêmica do câmpus. A atualização bibliográfica é realizada periodicamente, conquanto haja solicitação por parte dos

docentes. Atualmente, a biblioteca do Câmpus de Porto Nacional está informatizada, tornando possível a consulta via internet.

A biblioteca do Câmpus de Porto Nacional conta com um acervo de 14.499 volumes de livros, 368 obras de referência geral e dicionários, 321 enciclopédias, 275 multimídias (cds, dvds, vhs, microfilmes) e 146 coleções de periódicos. Os títulos de livros estão assim distribuídos nas grandes áreas:

- Ciências Humanas, Letras e Artes (8.767 volumes);
- Ciências Sociais Aplicadas (1.216 volumes);
- Ciências Exatas e da Terra (1.673 volumes);
- Ciências Agrárias (298 volumes);
- Ciências Biológicas (1.832 volumes);
- Multidisciplinar (418 volumes);
- Engenharia/Tecnologia (92 volumes);
- Ciências da Saúde (163 volumes).

A biblioteca possui também, em sala especial o acervo do antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto com de cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre a história a cultura dos índios brasileiros e suas relações com a sociedade colonial e nacional atual publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores editadas entre os séculos XVIII e XX.

Além deste acervo disponível em Porto Nacional, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Palmas (46.300 volumes); Araguaína (16.469 volumes, Miracema (13.500 volumes; Arraias (8.434 volumes); Tocantinópolis (8.666 volumes) e Gurupi (5.424 volumes) somando um total de mais de 133 mil volumes.

12.3 Periódicos Especializados

A UFT trabalha, atualmente, com o Portal de Periódicos da CAPES como fonte de pesquisa e acesso a publicações de pesquisa científica nas diversas área do conhecimento. Isto possibilita o acesso às pesquisas realizadas e publicadas ao longo dos anos, assim como permite acompanhar as publicações mais recentes e atuais. Cabe enfatizar a disponibilidade, por outro lado, em meio virtual, de centenas de títulos de periódicos especializados na área de educação e de Linguística, Letras e Artes, como também das áreas afins, entre as quais, destacam-se o Direito, as Ciência Sociais e o Teatro. Tais periódicos encontram-se

distribuídos em portais de universidades, institutos de pesquisa, fundações e agências fomentadoras de pesquisa de todo o mundo em língua portuguesa ou inglesa, entre outras.

12.4 Instalações E Equipamentos Complementares

O curso de Letras mantém o CECLLA – Centro de Estudo Continuo em Línguas, Literaturas e Artes no segundo andar do Centro de Gerenciamento Educacional (CGE) com duas mesas, computador, armário e uma estagiária administrativa do projeto.

O curso possui uma sala para 2 Núcleos – NEL – Núcleo de Estudos da Linguagem e NIEL – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários. A sala conta com 2 mesas ovais, 12 cadeiras estofadas, computador e impressora. É utilizada para orientações e pesquisas dos docentes e discentes da licenciatura e do mestrado em Letras.

12.5 Área de Lazer e Circulação

O câmpus de Porto Nacional dispõe de Restaurante Universitário que oferece refeições aos alunos a preço reduzido de segunda a sexta e uma lanchonete. Há banheiros com chuveiros, necessários ao público que permanece por um maior número de horas diárias no interior do câmpus. Mantém uma grande área verde, em parte *habitat* para um diversificado conjunto da fauna silvestre do Tocantins. Graças à recente aplicação do Plano Diretor do câmpus, ora se pauta pelo necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando, assim, o meio ambiente.

Para descanso e interações cotidianas da comunidade universitária, há no câmpus três áreas de convivência cobertas, tendo bancos e mesas em concreto e tomadas elétricas em todas elas. Há, ainda, uma sala para o Diretório Acadêmico e outra para a Liga Acadêmica de Letras no Bloco III.

12.6 Recursos Audiovisuais

Além dos recursos instalados nos laboratórios e nas salas de aula no Bloco X, há, na sala da coordenação do curso à disposição dos docentes sob reserva, um notebook, uma câmera fotográfica profissional com lente teleobjetiva e tripé, além de dois projetores multimídia.

12.7 Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais (Decreto Nº 5.296/2004)

O câmpus de Porto Nacional tem procurado adaptar-se ao atendimento às exigências do Decreto Nº 5.296/2004, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de estudo e trabalho. O Câmpus conta com reserva de vagas nos estacionamentos, crescente número de rampas de acesso aos blocos e piso tátil para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência visual. O bloco X, onde se localizam as salas de aula, conta com elevador.

12.8 Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso

A sala da Direção do Câmpus encontra-se no prédio administrativo à entrada principal do câmpus, sendo composta por uma sala de atendimento ao público com duas mesas, cadeiras, dois computadores e um sofá de três lugares para espera, além da sala do diretor com mesa de reuniões e cadeiras para 8 pessoas.

O Curso de Letras conta hoje com uma sala para a coordenação do curso no prédio do Centro de Gestão Educacional (CGE) contendo dois armários de duas portas em mdf, um fichário alto de 7 gavetas, um fichário pequeno de três gavetas, duas mesas de escritório com duas cadeiras giratórias e dois computadores desktop, três scanners, uma mesa redonda com 4 cadeiras estofadas e um escaninho para correspondência dos docentes.

13 ANEXOS

13.1 Regimento do Curso

Regimento Interno do Curso de Letras do Câmpus de Porto Nacional

Da Natureza e Finalidade

Capítulo I

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Letras, criado pelo Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, constitui órgão consultivo, normativo, administrativo e deliberativo nos limites de sua competência, consoante aos Regimentos Acadêmico, Geral e ao Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, devendo contribuir para a organização, o funcionamento, a expansão e o aperfeiçoamento do curso de Letras.

Da Composição

Capítulo II

Art. 2º. O Colegiado do Curso de Letras é composto por todos os docentes efetivos e substitutos de áreas específicas, de docentes de áreas afins em exercício no curso e de representantes discentes eleitos pela totalidade do corpo discente do respectivo curso, até o máximo de 20 % (vinte por cento) do total de integrantes.

Art. 3º. O presidente do Colegiado exercerá, cumulativamente, a função de coordenador do curso.

§ 1º. O Presidente será auxiliado pelo secretário, ou na ausência deste, por um membro escolhido pelo Colegiado.

§ 2º. Na falta ou impedimento da presidência, esta função será exercida por um membro eleito *ad hoc* pelo colegiado.

Das Atribuições

Capítulo III

Seção I

Das atribuições do Colegiado

Art. 4º. Compete ao Colegiado, em conformidade com o art. 37 do Regimento Geral da Fundação Federal do Tocantins:

1. Promover a estrutura didático pedagógica e a organização administrativa do curso, nos termos deste Regimento.
2. Constituir grupos de trabalhos de avaliação e acompanhamento para a análise de temas pertinentes à área quando necessário.
3. Propor disciplinas que serão disponibilizadas em Edital para concurso público, tendo em vista necessidades didático-pedagógicas e administrativas do curso.
4. Estimular a qualificação docente em consonância ao Plano de Qualificação e Formação Docente do Curso.
5. Recomendar a liberação de docentes para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de eventos técnico-científicos.
6. Aprovar alterações curriculares, ementas e programas de disciplinas nos limites de sua competência, observando as leis educacionais vigentes.
7. Realizar formulação, atualização e acompanhamento do Projeto Pedagógico de Curso, encaminhando-o, por meio do Conselho Diretor de Câmpus, à câmara de Graduação, ao Conselho de Ensino de Pesquisa e à Pró-Reitoria de Graduação, para fins de homologação.
8. Propor, discutir e aprovar projetos de pesquisa e atividades de extensão a serem desenvolvidos diretamente pelos docentes do Colegiado ou que envolvam seus professores.

9. Viabilizar parcerias sem fins lucrativos com entidades e instituições, objetivando cooperação com o Curso de Letras, com a finalidade de formação científico cultural.
10. Distribuir carga horária entre docentes do curso, contemplando atividades de ensino, pesquisa e extensão.
11. Elaborar, no início de cada semestre letivo, calendário de reuniões ordinárias do colegiado.

Seção II

Das Atribuições da Presidência do Colegiado

Art. 5º. Compete à Presidência, conforme o art. 38 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins:

1. Disponibilizar aos membros do Colegiado o calendário de reuniões ordinárias do semestre.
2. Convocar membros do Colegiado para reuniões ordinárias e extraordinárias.
3. Coordenar a elaboração de propostas de reorganização e de reestruturação do curso.
4. Realizar, no início de cada semestre, uma ou mais reuniões para planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
5. Comunicar ao Colegiado, em reuniões ordinárias e extraordinárias, decisões elaboradas nas câmaras deliberativas da Fundação Universidade Federal do Tocantins e das quais haja participado, assim como fornecer todas as informações pertinentes ao Câmpus, ao curso e aos membros do Colegiado.
6. Auxiliar o Diretor de Câmpus na compatibilização da programação de atividades acadêmicas, avaliando seus resultados junto ao Colegiado.
7. Desempenhar suas funções em articulação com os demais colegiados e Direção do Câmpus.
8. Cumprir carga horária de 8 (oito) horas-aula semanais, não estando impedido de desenvolver atividades de pesquisa e extensão, de acordo com o artigo 38, § 1º do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.
9. Zelar pelo cumprimento das leis e normas que regem as atividades acadêmicas do Curso, de acordo com as disposições dos artigos 128 a 133 e parágrafo único, e 135 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Seção III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Art.6º. Compete aos membros do Colegiado:

1. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias.
2. Compor comissões e grupos de trabalhos sugeridos pelo Colegiado.

3. Analisar, discutir, relatar e deliberar as propostas de trabalho atribuídas pela Presidência do Colegiado.
4. Apreciar e manifestar-se sobre transferência, remoção ou permuta de docentes do Colegiado, em conformidade com o artigo 112 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.
5. Estabelecer e apresentar à coordenação, no início do semestre letivo, um cronograma de atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
6. Manter comportamento ético em relação à comunidade acadêmica.
7. Zelar pelo cumprimento desse Regimento.

Capítulo IV

Do Funcionamento do Colegiado

Art. 7º. O Colegiado reunir-se-á, mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, quando convocado pela Presidência ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 2º As reuniões do Colegiado devem ser convocadas pela modalidade e-mail, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para as ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as extraordinárias. O texto da convocação deverá conter a indicação do local e horário da reunião, além da sugestão de pauta redigida de maneira clara e se possível com a indicação do nome do solicitante.

§ 3º Na abertura da reunião, a pauta será colocada em apreciação, podendo haver inclusão, exclusão e mudança na ordem de deliberação de pontos, desde que aprovado pela maioria.

§ 4º O tempo máximo de duração das reuniões não deve exceder 4 (quatro) horas. Em caso de não cumprimento da pauta, uma nova reunião deve ser convocada.

Art. 8º. As reuniões devem obedecer à seguinte ordem: abertura pela Presidência; discussão e aprovação da pauta; leitura, discussão e aprovação de ata; informes; debates, encaminhamentos e deliberações; encerramento.

Art. 9º. A presença dos membros do Colegiado às reuniões deve ser comprovada mediante lista de frequência e ata.

Art. 10º. Informes e debates devem ser objetivos e pautados pelo bom senso, respeito e ética.

§1º Os informes não devem ultrapassar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

§2º Os debates devem pautar-se pelos seguintes encaminhamentos:

I O responsável pelo ponto terá até 5 (cinco) minutos para exposição.

II As intervenções devem respeitar a ordem de inscrição, não excedendo o tempo máximo de 3 (três) minutos.

III As intervenções não devem ser interrompidas, salvo em pedidos de aparte, os quais podem ou não ser atendidos.

IV Devem ser evitadas réplicas e trélicas, salvo quando acrescentar ao esclarecimento do ponto em debate.

V Após o debate, serão feitos os encaminhamentos e conduzida a votação dos mesmos.

§3º Em conformidade com o artigo 129 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins, o membro do Colegiado pode ser advertido pela Presidência caso desrespeite outro membro do Colegiado com ofensa de natureza ética, moral, racial ou sexual.

Art. 11º. As deliberações são adotadas pelo voto da maioria simples (cinquenta por cento mais um) dos membros do Colegiado presentes.

§ 1º A votação será simbólica, nominal ou secreta; adota-se a primeira forma sempre que uma das outras duas modalidades não for requerida ou aprovada pelo Colegiado ou expressamente prevista em normas afins.

§ 2º Quando o número de abstenções exceder o número de votos válidos, haverá uma nova votação.

§ 3º Além do voto comum, em caso de empate, cabe à Presidência o voto de qualidade.

Art. 12º. As deliberações do Colegiado são baixadas pela Presidência sob a forma de resolução, homologação ou outra modalidade afim.

Art. 13º. O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade do curso.

§ 1º É considerada justificativa de falta a ausência comunicada do docente em razão de problemas de saúde, de aulas em curso de qualificação ou de participação em eventos científicos com saída previamente autorizada pelo Colegiado. Valem, respectivamente, para efeitos de comprovação da justificativa, atestados médicos, declaração emitida pelo professor orientador e declaração ou certificados de participação em eventos.

§ 1º A ausência a três reuniões consecutivas, sem apresentação de justificativa condizente, incorre em comunicação escrita pela Presidência do Colegiado ao membro faltoso, além da perda do direito de votar na reunião subsequente.

§ 2º Se o docente extrapolar o número de ausências expresso no parágrafo anterior, sem justificativa condizente, o caso será encaminhando à instância superior. No que se refere à representação discente, o faltoso será substituído por outro membro indicado pela diretoria do Centro Acadêmico.

Capítulo V

Das Atividades Acadêmicas do Curso de Letras

Art. 14°. A Organização Curricular do curso deve atender às Diretrizes Curriculares Nacionais referentes às licenciaturas do Curso de Letras, conforme Resolução CNE-CP 01/2002 e 02/2015.

Art. 15°. O ensino de graduação e pós-graduação deve ter fundamentação epistemológica, teórica, ética, histórica e metodológica, expresso em programas e planos de ensino encaminhados às instâncias competentes no período de planejamento.

Art. 16°. A avaliação segue normas estabelecidas pelo Regimento Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Tocantins e pelo Projeto Pedagógico do Curso de Letras.

Capítulo VI

Da Eleição Para a Presidência do Colegiado

Art. 17°. A Presidência do Colegiado é escolhida entre os docentes do curso de Letras segundo o Regimento Eleitoral da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Art. 18°. Pode concorrer à Presidência do Colegiado o membro do corpo docente do curso, preferencialmente com formação em Letras, pertencente ao quadro efetivo, com dedicação exclusiva e em pleno exercício de suas atividades acadêmicas.

Art. 19°. Uma comissão deve ser criada por ocasião do processo eleitoral, atendendo as prerrogativas do Regimento Eleitoral vigente.

Art. 20°. A Presidência eleita exerce o cargo pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua posse.

Capítulo VII

Disposições Gerais

Art. 21°. As propostas de alteração deste Regimento devem ser encaminhadas ao Colegiado para apreciação e votação por maioria absoluta de dois terços de seus membros.

Art. 22°. A Presidência e o Colegiado sujeitar-se-ão às normas constantes neste Regimento.

Art. 23°. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados pelo Colegiado, respeitadas as normas gerais que regem a Fundação Universidade Federal do Tocantins, especialmente as disposições constantes no Regimento Geral, no Estatuto e no Regimento Acadêmico.

Art. 24°. Este Regimento é homologado pelas instâncias superiores da Fundação Universidade Federal do Tocantins e entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Nacional, 22 de maio de 2018.

13.2 Ata de aprovação do PPC pelo Conselho Diretor do Câmpus

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DIRETOR - CONDIR

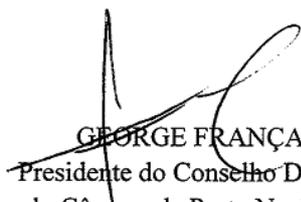
Secretaria do Conselho Diretor do Câmpus de Porto Nacional
Rua três, S/N, Jardim dos Ipês Porto Nacional/TO
(63) 3363-9408/condirportonacional@uft.edu.br



CERTIDÃO

Certificamos que o Conselho Diretor do *Câmpus* de Porto Nacional, em reunião realizada no dia 13/06/18, aprovou a reformulação dos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Letras: Português e Letras: Inglês, nos termos do parecer do Relator.

Porto Nacional/TO, 14 de junho de 2018.


GEORGE FRANÇA
Presidente do Conselho Diretor
do Câmpus de Porto Nacional

13.3 Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS, HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS

CAPÍTULO I

Identificação

Art. 1º. O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio curricular obrigatório e não obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Português, do Câmpus de Porto Nacional. Parágrafo único - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º. O Estágio Curricular obrigatório tem como objetivo possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Letras.

Art. 3º. O Estágio Curricular não obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio de vivências e experiências próprias da situação profissional na Universidade Federal do Tocantins ou em instituições conveniadas com a UFT de acordo com a assinatura do Termo de Compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 4º. O estágio curricular obrigatório está organizado em 4 disciplinas para cada habilitação, assim denominadas: Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas: Estágio

Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas I, II, III e IV, com uma carga horária de 105 h para cada disciplina.

CAPÍTULO IV

Programação de Estágio e Duração

Art. 5º. A duração dos estágios obrigatórios totaliza 420 horas. A orientação será conduzida por docentes do curso de Letras/Porto Nacional da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Deve-se levar em consideração a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 6º. A programação das atividades de cada estágio será de responsabilidade do docente orientador e do aluno.

§1- A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com docente orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V

Locais de Realização do Estágio

Art. 7º. As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino público e, excepcionalmente, quando não houver vaga nestas, em particulares, na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – em casos especiais, serão aceitos estágios em outras instituições como ONGs, museus, associação de moradores, sistema prisional, assentamentos, desde que comprovem atividades ligadas ao ensino de Letras. A carga horária máxima permitida nesses casos é de apenas um período semestral.

Art. 8º. A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário, considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição, a disponibilidade de vagas e o disposto no artigo 7º.

CAPÍTULO VI

Avaliação

Art. 9º. O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas de Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e Literaturas, de acordo com as concepções expressas no projeto político pedagógico do curso. A avaliação será realizada:

§ 1º pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado da Universidade, 80%;

§ 2º pelos profissionais colaboradores de estágio na Unidade Concedente, 20%.

Art. 10º. A carga horária da disciplina é constituída das aulas teóricas e das atividades práticas. O não cumprimento da carga total prática implica reprovação por frequência na disciplina.

Parágrafo único: a carga horária do estágio não poderá ser aproveitada em semestres subsequentes. A validação das atividades de estágio dar-se-á mediante o término de todas as atividades previstas na disciplina e de todas as atividades executadas na unidade concedente conforme definidas no plano de ensino do professor de estágio e acordadas com a unidade concedente.

CAPÍTULO VII

Das Atribuições do Estagiário

Art. 11º. Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

- I. participar de todas as atividades dos estágios;
- II- comprometer-se com suas atividades na turma em que estagia;
- III- cumprir com as normas da instituição,
- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela instituição,
- V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.
- VI - cumprir com as metas e horários estabelecidos.
- VII- cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágio.

CAPÍTULO VIII

Das Atribuições do Docente de Estágio Supervisionado

Art. 12º. Compete ao docente de Estágio Supervisionado:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;
- II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno;
- III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;
- IV- acompanhar o planejamento do estágio;
- V- realizar avaliação, conforme estabelecido no plano de ensino.

CAPÍTULO IX

Das Atribuições das Instituições Escolares

Art. 13º. Compete às instituições que recebem os estagiários:

- I - permitir o uso dos espaços disponíveis para o bom andamento do estágio;
- II- permitir o uso de recursos disponíveis pela instituição;
- III - tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 14º. O estágio curricular não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma, conforme a lei 11788/2008.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 15º. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado pelo Colegiado do Curso de Letras/CPN.

Art. 16º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

CAPÍTULO XI

Do Estágio Docência

Art. 17º. Os professores do Curso de Letras vinculados ao Mestrado em Letras/CPN poderão disponibilizar aos seus orientandos de Mestrado a possibilidade de realização de estágio

docência nos componentes curriculares que ministram na graduação. Para tal, deverão observar os seguintes requisitos: a) entregar à coordenação de curso o plano de trabalho de estágio docência para cada orientando que for participar desta atividade; b) apresentar o plano de estágio docência (parte do componente Docência Orientada do Programa de Pós Graduação em Letras), ao Colegiado do Curso de Letras na primeira reunião ordinária do semestre letivo em que o estágio docência será realizado.

Art. 18º. A coordenação do Curso avaliará a proposta de estágio docência a fim de conferir se a mesma está de acordo com as normas estabelecidas neste PPC. Caso haja incompatibilidade, a coordenação devolverá o documento ao professor responsável, com indicação das adequações a serem realizadas. Somente após as devidas correções e adequações, o estágio docência poderá ter início.

Art. 19º. O professor responsável pelo componente curricular e por orientar o estágio docência deverá acompanhar, pelo menos, as duas primeiras aulas a serem ministradas pelo pós graduando e acompanhar planos de aula e atividades.. As demais aulas programadas para realização do estágio docência poderão ser conduzidas apenas pelo orientando estagiário.

13.4 Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

Dispõe sobre o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de LETRAS da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional.

O Colegiado do Curso de LETRAS, do Câmpus Universitário de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão do dia 26 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Normatizar a organização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Parágrafo-Único:

Este regulamento faz distinção entre o componente curricular Seminário de Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso propriamente dito. Ao componente curricular cabe ministrar conteúdo segundo a ementa prevista no PPC do curso de Letras, seguindo o Plano de Ensino desenvolvido pelo professor da mesma. Por outro lado, a condução do Trabalho de Conclusão de Curso está sob responsabilidade do orientador do aluno e será avaliado perante banca examinadora.

SESSÃO I

DA DEFINIÇÃO E DOS FINS

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho monográfico ou artigo científico individual sobre temática na área de formação, podendo abordar questões decorrentes dos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, conhecimentos multifacetados da formação decorrentes dos componentes curriculares cursados, ou, ampliar o trabalho de

iniciação científica. As temáticas para as orientações correspondem às linhas de pesquisas do curso:

- I. Teoria e Crítica Literária;
- II. Literatura, História e Imaginário;
- III. Linguagem, Discurso e Ensino;
- IV. Educação;
- V. Estudos Culturais;
- VI. Abordagens de Análise Linguística;
- VII. Linguística Aplicada;
- VIII. Análise do Discurso
- IX. Libras

Art. 3º. A coordenação do componente curricular TCC será conduzida, preferencialmente, por um docente do colegiado de Letras, doravante coordenador de TCC, designado semestralmente pelo colegiado.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá contemplar:

- I. Discussão metodológica, teórica e conceitual e análise de dados.
- II. Os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, conforme a modalidade escolhida (artigo científico ou monografia), devem seguir o preconizado pelo Manual De Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins segundo a Resolução 36/2017 do Consuni. Tanto artigo quanto monografia devem conter os seguintes elementos pré-textuais:
 - a) capa,
 - b) folha de rosto,
 - c) folha de aprovação,

- d) agradecimentos,
- e) resumo na língua vernácula,
- f) resumo em língua estrangeira,
- g) listas (se houver ilustrações, tabelas, gráficos, abreviaturas)
- h) sumário.

Do mesmo modo, o TCC deve contemplar os elementos textuais que perfazem o texto argumentativo-demonstrativo composto de introdução, desenvolvimento e considerações finais, independentemente da nomenclatura adotada para a divisão do trabalho.

Por fim, a monografia ou o artigo deve conter os elementos pós-textuais, os quais são todos e quaisquer elementos pospostos ao texto, tais como:

- a) referências,
- b) apêndices e
- c) anexos.

Art. 5º. Cada docente do Colegiado do Curso de Letras poderá orientar, até 03 (três) alunos por semestre.

Art. 6º A aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso por banca examinadora em sessão pública de defesa é requisito para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em Letras.

§1º Em caso de publicação de artigo científico individual ou com orientação de docente do curso de Letras em periódico reconhecido com Conselho Editorial e ISSN, o acadêmico será dispensado da avaliação por banca examinadora. Entretanto, nesse caso, o acadêmico deverá apresentar seu trabalho em dia específico para os participantes do componente Seminários de Pesquisa II e terá nota atribuída pelo orientador (em caso de artigo com orientação) ou pelo docente coordenador do componente de Seminário de Pesquisa II (em caso de artigo individual).

§2º O artigo deverá ter sido publicado no prazo de até 18 (dezoito) meses anteriores à matrícula no componente Seminários de Pesquisa II ou até 60 dias após início das aulas do componente de Seminário de Pesquisa II em que o aluno estiver matriculado.

SESSÃO II

DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Letras:

- I. Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um projeto de pesquisa e de um trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado às linhas de pesquisa do Curso de Letras.
- II. Propiciar aos alunos do Curso de Letras a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio ou vivenciada no decorrer do Curso.
- III. Reconhecer a importância do papel da investigação no processo de formação do docente;
- IV. Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, difundindo a produção acadêmica.
- V. Oportunizar a experiência de apresentar e defender publicamente o trabalho perante Banca Examinadora, composta por três docentes: o orientador e mais dois outros membros.
- VI. Incentivar a socialização da pesquisa realizada pelos alunos formandos em eventos, bem como sua publicação em Língua Portuguesa e/ou em Língua Inglesa.
- VII - Motivar os licenciados a buscarem a pós-graduação *stricto sensu*.

SESSÃO III

DA ORIENTAÇÃO

Art. 8º. O TCC será elaborado pelo aluno, sob a orientação de um professor do Curso de Letras, de acordo com as exigências regulamentares.

§ 1º É permitida a coorientação por professores de outros Cursos do Câmpus e mesmo de outras IES, desde que previamente acordado entre orientador(a) e orientando(a) e sempre sob a tutela do orientador principal;

§ 2º Compete ao professor Orientador:

- I. Acompanhar o aluno na elaboração do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso concomitantemente com as instruções metodológicas do coordenador de TCC, o qual o avaliará considerando se o aluno contempla os seguintes elementos:
 - a - Capa;
 - b - Folha de rosto;
 - c - Identificação;
 - d - Introdução (delimitação do tema, formulação do problema a ser investigado e questões a serem respondidas);
 - e - Objetivos;
 - f - Justificativa;
 - g - Fundamentação Teórica;
 - h - Metodologia;
 - i - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);

j - Roteiro do trabalho;

k - Cronograma de atividades;

l - Referências bibliográficas.

II. Conduzir o trabalho de conclusão de curso, assistindo o aluno nas práticas investigativas e técnicas de sua elaboração.

III. Estabelecer, em consonância com o orientando, a linha teórica do trabalho, o plano de estudos, o respectivo cronograma, os locais e horários de atendimento;

IV. Produzir 01 (um) ou mais relatórios de orientação durante o semestre, em formulário ou modelo a ser fornecido pelo coordenador de TCC e informando a situação do processo de orientação.

V. Definir, ao final do semestre, se o TCC está, ou não, em condições de ser apreciado pela Banca Examinadora.

VI. Autorizar ou não o depósito das cópias da monografia ou de artigo para defesa, observados os prazos estabelecidos.

VII. Instruir previamente o aluno para a sua apresentação oral.

VIII. Presidir a banca examinadora, na defesa da monografia ou artigo do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:

a. proceder a abertura e o encerramento protocolar dos trabalhos;

b. conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores;

c. reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;

- d. comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
- e. providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;

IX. O professor orientador, em casos excepcionais, tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não atender, sem justificativa, o estabelecido neste regulamento. Deverá, para formalizar o interrompimento de sua orientação apresentando um relatório da situação ao coordenador do TCC e, se possível, encaminhar o aluno para nova orientação.

X. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

§ 4º Compete ao orientando:

- I. Consultar, antes do início do semestre em que cumprirá o Trabalho de Conclusão de Curso, um professor orientador do curso de Letras sobre a possibilidade de aceitar a orientação e recolher assinatura deste em termo de ciência de orientação.
- II. Observar rigorosamente os prazos estabelecidos para a entrega do TCC, após o aval do orientador ao coordenador.
- III. Elaborar seu projeto de monografia ou artigo científico de acordo com este Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do coordenador da disciplina e de seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre estas quatro fontes de orientação apontadas.

- IV. Observar que a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos no Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da Universidade Federal do Tocantins, no que forem elas aplicáveis.
- V. Elaborar integralmente o Trabalho de Conclusão de Curso, o que não exige o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.
- VI. Desenvolver as atividades do TCC de acordo com o plano e com o cronograma estabelecidos com o orientador;
- VII. Redigir o TCC com clareza, coerência de ideias, linguagem adequada e revisão ortográfica;
- VIII. Comunicar ao coordenador do TCC a substituição de orientador, caso haja necessidade, justificando as razões para tal, escolhendo um novo orientador e apresentando a anuência deste;
- IX. Entregar, na data, horário e local previamente estipulados no edital do TCC, três (03) vias: duas impressas e encadernadas (em capa dura azul marinho, brochura ou espiral) e outra em formato digital gravada em DVD.

SESSÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TCC

Art. 9º. Compete ao coordenador de TCC:

- I. Zelar e observar o cumprimento deste Regimento;
- II. Atender aos acadêmicos orientandos em suas dúvidas regimentais;
- III. Elaborar com cooperação e aprovação do colegiado o Edital de TCC (modelo anexo), o qual será redigido de acordo com os PPCs de Inglês e de Português e publicado no site do Curso de Licenciatura em Letras – CPN. O edital deverá conter o cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;
- IV. Emitir Termos de Ciência de Orientação (anexo) para orientadores e orientandos, constando:
 - a) nome do(a) orientador(a);
 - b) nome do(a) orientando(a);
 - c) título provisório do trabalho;
 - d) data prevista para defesa;
 - e) campo de assinatura de orientador(a) e orientando(a)
- V. Convocar, no início do semestre, reunião com os professores orientadores e seus orientandos, para conhecimento deste regimento e demais encaminhamentos dos trabalhos de orientação;
- VI. Receber e arquivar relatórios de orientação apresentados pelos orientadores;
- VII. Registrar a composição das Bancas e o cronograma das apresentações dos trabalhos;
- VIII. Organizar sempre que possível, evento (colóquio, seminário ou afins) para apresentação do TCC;

- IX. Encaminhar os procedimentos para a secretaria da coordenação do curso, receber e protocolar os TCCs aprovados pelas Bancas,
- X. Relatar em Ata própria (modelo anexo) o resultado final dos exames dos TCCs (reprovado, aprovado ou aprovação condicionada a reformulação), realizando o seu arquivamento;
- XI. Disponibilizar nova ata quando a aprovação do aluno estiver condicionada a apresentação de projeto ou TCC reformulados;
- XII. Encaminhar os exemplares dos TCCs aprovados à Biblioteca do Câmpus para incorporação ao acervo;
- XIII. Preencher os respectivos Diários do componente curricular Seminário de Pesquisa II (TCC) no Portal do Professor registrando as médias das notas atribuídas pela banca examinadora para o TCC. A média obtida deverá ser duplicada nas duas notas do diário. Caso haja aprovação condicionada a reformulações, deve-se esperar a avaliação final dos membros da banca e proceder o preenchimento de acordo com a nova nota.
- XIV. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;

SESSÃO V

DA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10º. Uma vez apresentado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso em Seminário de Pesquisa I, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchidos os seguintes requisitos:

- I. ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de início do componente curricular Seminário de Pesquisa II;

- II. haver a aprovação do professor orientador. Caso o orientador seja outro daquele do projeto inicial, faz-se necessária a ciência do orientador inicial sobre a alteração;
- III. haver comunicação por escrito ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

Art. 11º. Ao final da oferta do componente curricular Seminários de Pesquisa I, o estudante deverá receber do professor responsável pelo componente um comprovante de entrega e aprovação do projeto de pesquisa contendo: a) título do projeto; b) resumo da proposta de pesquisa do projeto; c) nome (mesmo que provisório) do professor que orientará a pesquisa; d) assinatura do professor responsável pelo referido componente. Este comprovante deverá ser apresentado ao Coordenador de TCC no início do semestre letivo do componente curricular Seminários de Pesquisa II.

Art. 12º. A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de acordo com as normas da Manual De Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da UFT e especificações deste regulamento.

Art. 13º. O TCC deve ser apresentado preenchendo os seguintes requisitos:

- I. Ser impresso em papel tamanho A4, fonte Times New Roman 12 para o corpo do texto, 11 para citações em mais de três linhas e 10 para notas de rodapé;
- II. Os elementos textuais da monografia deverão conter, no mínimo 35 (trinta e cinco) páginas e no máximo 50 (cinquenta) páginas. O artigo científico deverá possuir no mínimo 10 (dez) páginas e no máximo 20 (vinte) páginas de elementos textuais.
- III. IV - Após a defesa, o aluno, caso aprovado, terá sete dias para apresentar cópia digital do trabalho e dois volumes impressos e encadernados (capa dura, brochura ou espiral), com as devidas correções apontadas pela banca.

Art. 14º. A banca realizará a sessão pública de defesa apenas se os três membros estiverem presentes. A substituição de membro da banca será tolerada e a sessão de defesa será mantida, desde que atendidos os seguintes critérios:

- I. não se tratar da substituição do presidente da banca;
- II. ser comunicado ao coordenador de TCC, com tempo hábil para reformulação dos documentos relacionados;
- III. ser aceito pelo(a) orientador(a) e pelo(a) orientando(a).

Caso não seja possível atender aos requisitos citados, a defesa terá que ser adiada para uma nova data.

Art. 15º A sessão pública de defesa só poderá ser antecipada mediante o atendimento desses dois requisitos:

- I. documento apresentado por escrito pelo orientador ao coordenador de TCC, de ter havido consulta e anuência por parte de todos os envolvidos;
- II. anuência do coordenador de TCC, que providenciará a reformulação dos documentos.

Art. 16º. O presidente da banca deverá ser professor do curso de Letras/CPN, efetivo ou substituto. Os demais membros da banca examinadoras poderão ser:

- a) professores do Curso de Letras/CPN, efetivos ou substitutos, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Professor Orientador, em consonância com o orientando;
- b) professores de outro curso, da UFT ou de outra IES, que possuam, no mínimo, título de especialista e que atuem na área da pesquisa apresentada;

Art. 17º. Sempre que possível, o coordenador de TCC procurará arbitrar a formação de bancas examinadoras de forma a manter, entre os professores do curso de Letras, a equidade no número de indicações para composição da equipe julgadora, de modo a se evitar que um mesmo docente participe de um número superior a quatro (04) bancas examinadoras por semestre, excetuados os casos em que o professor atue como presidente.

SESSÃO VI

DA AVALIAÇÃO

Art.18º. O TCC deverá ser avaliado, respectivamente, pelo orientador e por mais dois docentes avaliadores.

Art. 19º. As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas e devem ser divulgadas no site do Curso de Letras e com afixação de cartazes, com antecedência mínima de 3 (três dias) úteis.

Art. 20º. A apresentação deve respeitar os limites de tempo permitido à fala de cada participante:

- I. 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;
- II. 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas ao aluno;
- III. Durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.
- IV. O aluno deverá responder às perguntas e comentários da banca ao final das três arguições, tendo para tanto mais 10 minutos.

Art.21º. Para avaliar o mérito do TCC os membros da banca deverão considerar os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito:

- a) aspecto formal em conformidade com as regras do Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico – Científicos da UFT;
- b) redação clara e correção gramatical;
- c) redação estruturada e organização lógica das partes;
- d) delimitação clara do tema;
- e) relação adequada entre a metodologia e o tema;
- f) relação adequada entre o referencial teórico e o tema;

II – quanto à apresentação oral:

- a) clareza e linguagem adequadas na apresentação;
- b) consistência das respostas;
- c) postura perante a banca.

Art. 22º. Não cabe recurso contra a decisão da banca avaliadora. Além disso, a banca é soberana para tomar qualquer decisão, bem como para dirimir qualquer conflito no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso e à sessão de defesa do mesmo.

Art. 23º. A nota concedida pela banca deverá ser duplicada nas duas notas do diário. Caso haja aprovação condicionada a reformulações, deve-se esperar a avaliação final dos membros da banca e proceder o preenchimento de acordo com o resultado final.

Art. 24°. A aprovação no componente curricular Seminário de Pesquisa II (TCC) exige nota mínima 7,0. Assim, não se aplicam as condições de nota de exame dos demais componentes curriculares.

Art. 25°. O coordenador de TCC, aguardando as alterações indicadas, quando aplicável, lançará a nota equivalente ao resultado final atribuído ao trabalho (aprovado ou reprovado) nas duas entradas de nota da disciplina Seminários de Pesquisa II no Diário do Professor, a fim de contemplar o sistema de duas notas.

Art. 26°. A banca tem autonomia para condicionar a aprovação do TCC à exigência de alterações a serem realizadas pelo aluno. As demandas da banca examinadora devem ser claras e explicitadas na ata de defesa. Nesse caso, o aluno terá até 05 (cinco) dias para proceder as alterações pedidas e entregar três cópias ao orientador (no caso de reformulação do TCC), que repassará aos membros da banca as que lhes couberem. Uma vez recebida sua cópia, o membro da banca tem até 02 (dois) dias úteis para proceder ao exame do trabalho reapresentado e emitir parecer, na ata de reavaliação de TCC (modelo anexo), consignando nova nota ao trabalho a substituir a anterior. O membro julgador deverá descrever com clareza quais pontos atendem ou não ao determinado pela banca quando da defesa.

Art. 27°. Quando a nota atribuída ao projeto não permitir a aprovação no componente curricular Seminário de Pesquisa II (TCC), o aluno também se encontrará sob aprovação condicionada à reformulação, neste caso, do projeto de pesquisa. Esse fato deve constar da ata da banca examinadora que deve esclarecer que o TCC estará aprovado sob a condição de reformulação do projeto de pesquisa conforme indicado pelo coordenador de TCC.

Art. 28°. No caso de a aprovação no componente curricular estar condicionada à reformulação do projeto de pesquisa, o mesmo deve ser entregue com as correções ao coordenador da disciplina no prazo de até 05 (cinco) dias. Uma vez recebida sua cópia, o coordenador de TCC tem até 02 (dois) dias úteis para proceder ao exame do trabalho reapresentado e emitir parecer, na ata de reavaliação de TCC (modelo anexo), consignando nova nota ao projeto a substituir a anterior. O coordenador deverá descrever com clareza quais pontos atendem ou não às reformulações pedidas.

Art. 29°. Para cada ato, aqui descrito, dos membros da banca julgadora, deverá haver uma ata providenciada pelo coordenador de TCC, que deverá recolher as assinaturas e fornecer cópia para o aluno.

Art. 30°. Caso o trabalho receba na defesa o conceito “aprovação condicionada à reformulação” e a versão reformulada **não** for apresentada no prazo estabelecido, será atribuída nota 0. Caso a versão reformulada ainda não contemple o mínimo pedido e a média de N1 (peso 1) e N2 (peso 3) não atinja 7,0, o aluno será considerado reprovado na disciplina.

Art 31°. Conforme os itens do artigo 25, a nota equivalente ao conceito atribuído à versão final do projeto de pesquisa (peso 1) e ao conceito final da banca julgadora (Peso 3) será a que constará no Diário de TCC.

Art. 32°. A banca pode ou não indicar o TCC para publicação.

SESSÃO VII

DOS PRAZOS

Art. 33°. A entrega do TCC para revisão geral e parecer prévio do orientador será feita em até vinte (20) dias antes do encerramento das aulas. O depósito da versão definitiva do TCC será entregue ao coordenador de TCC até quinze (15) dias antes da data estabelecida para a defesa e o coordenador deverá repassar a cópia dos membros da banca pelo menos oito (08) dias antes da defesa. A sessão de defesa pública do TCC deverá ocorrer pelo menos três (03) dias antes do encerramento das aulas.

Parágrafo único: Caso receba o conceito “aprovado(a)”, o aluno terá até sete (07) dias, após a apresentação em banca, para entregar o trabalho encadernado, conforme explicitado acima, e em formato digital para o Coordenador da disciplina. Caso receba outro conceito, deve-se observar o exposto anteriormente.

SESSÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.34°. Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo para garantir o bom funcionamento do curso, bem como para atender às exigências constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, nos níveis Fundamental e Médio, mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso Letras do Câmpus Universitário de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 35°. Este Regimento entra em vigência a partir de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Letras, revogando-se as disposições em contrário.

13.5 Direitos e Deveres dos Discentes

DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES DO CURSO DE LETRAS-CPN (UFT)

Todas as Instituições são reguladas por normas. É a partir do atendimento a essas normas que podemos experimentar uma convivência saudável, produtiva e cidadã. No Curso de Letras-CPN (UFT) somos regidos pelo que prescrevem o PPC e os Regimentos do Curso. É importante que o discente do curso saiba quais são seus direitos e deveres para, a partir desse conhecimento, usufruir plenamente e posicionar-se de forma responsável durante sua vida acadêmica na graduação.

São Direitos do Discente de Letras-CPN:

- I. Receber ensino de qualidade;
- II. Participar de atividades de pesquisa e extensão;
- III. Ter acesso, no início do período letivo, ao programa do componente curricular, contendo a ementa do mesmo, a bibliografia básica e complementar, o rol de obras científicas e literárias a serem estudadas no semestre;
- IV. Obter, preferencialmente na primeira aula de um componente curricular, explicações acerca da metodologia de ensino e os critérios, períodos e tipos de avaliação a que será submetido;
- V. Ser avaliado de maneira contínua e progressiva e ter acesso às suas notas, bem como ao seu quantitativo de faltas no componente curricular;
- VI. Realizar avaliação a que tenha faltado, desde que protocole o pedido de segunda chamada em até 48 (quarenta e oito horas) após a aplicação da avaliação pelo professor, e que o pedido seja legitimamente acompanhado de comprovação de motivo justo, ou seja, atestado médico contendo a data compatível, a indicação do CID, a assinatura e o número de registro em conselho do médico responsável.
- VII. Em caso de atividade avaliativa escrita cuja nota considere incongruente, dar entrada no Colegiado de Letras solicitando que a mesma seja revista ou conferida por outro docente da mesma área a que pertence o componente curricular, depois de esgotadas as iniciativas de conciliação junto ao professor ministrante; deverá anexar ao pedido cópia da atividade em questão e descrever sua justificativa. O Colegiado

poderá deferir ou indeferir o pedido, depois de apreciá-lo. Em caso de deferimento, o Colegiado indicará o docente responsável pela revisão ou conferência da atividade, o qual poderá manter a nota original ou aumentá-la, não podendo diminuí-la. Não cabe recurso da decisão da revisão ou conferência de atividade avaliativa.

VIII. Receber de volta seus trabalhos e avaliações, exceto o Exame Final, que ficará arquivado na secretaria da Coordenação do Curso;

IX. Contar com pelo menos um encontro semanal com o professor da disciplina para sanar dúvidas ou receber orientação complementar. O encontro deverá ocorrer sob prévio agendamento, nos horários e locais disponibilizados e divulgados pelo docente;

X. Organizar-se em Centros Acadêmicos (CA), Diretório Acadêmico (DA) Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Ligas Acadêmicas;

XI. Concorrer à representação estudantil, tendo em vista a participação em Órgãos Colegiados da Universidade;

XII. Receber assistência à permanência, à docência, à pesquisa, à moradia, à alimentação e à saúde psicológica, desde que contemplado por meio dos editais abertos pelas Pró-Reitorias da UFT ou propostas pelo Conselho Diretor do câmpus de Porto Nacional - Condir ou ainda pelo Curso de Letras-CPN;

XIII. Participar de Estágios que visem ao aperfeiçoamento em seu Curso;

XIV. Participar de atividades científico culturais e artísticas da vida universitária, acessando plenamente o tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão;

XV. Receber todas as informações a respeito do funcionamento da Universidade, do Curso de Letras e do Condir, principalmente aquelas que afetam sua vida acadêmica;

XVI. Ser formalmente representado nos Órgãos Colegiados da Administração da Universidade, com direito a voz e voto;

XVII. Expressar-se livremente;

XVIII. Ter assegurada ampla defesa nos casos de aplicação de penas disciplinares;

XIX. Recorrer ao órgão competente (Pró-Reitorias, Direção de Câmpus, Coordenação de Curso, Centro Acadêmico) ao se sentir lesado em seus direitos por qualquer ato de professor, servidor ou dirigente da Universidade e quando estiverem esgotadas as tentativas de conciliação.

São Deveres do Discente de Letras-CPN:

- I. Valorizar a Universidade pública e gratuita, zelando e preservando o ambiente acadêmico do Curso de Letras;
- II. Valorizar o ensino de qualidade, aplicando-se aos estudos;
- III. Frequentar as aulas, realizar atividades avaliativas e entregar trabalhos acadêmicos nos formatos e prazos estabelecidos pelo docente da disciplina;
- IV. Devolver, em perfeito estado e nos prazos estabelecidos, os livros retirados por empréstimo nas bibliotecas;
- V. Zelar pelo patrimônio científico, cultural e material da Universidade;
- VI. Tratar com respeito e atenção os colegas discentes, os servidores técnico-administrativos e os docentes em qualquer dependência da Universidade;
- VII. Comprometer-se com as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Curso de Letras-CPN (UFT);
- VIII. Manter, durante as aulas, respeito e atenção;
- IX. Manter-se informado e ativo quanto às iniciativas que visam à melhoria do Curso de Letras-CPN e da Universidade Federal do Tocantins.
